



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NUCLEO DE MEIO AMBIENTE – NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - PPGEDAM**

NÁDIA SUELI ARAUJO DA ROCHA

**A PESCA FEMININA NA COMUNIDADE SEGREDINHO:
Município de Capanema-PA**

Belém

2011

NÁDIA SUELI ARAUJO DA ROCHA

**A PESCA FEMININA NA COMUNIDADE SEGREDINHO:
Município de Capanema-PA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes.

**Belém
2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Campus Universitário de Bragança - Biblioteca Prof. Armando Bordallo da Silva

Rocha, Nádia Sueli Araújo da

A pesca feminina na comunidade Segredinho: Município de Capanema-PA / Nádia Sueli Araújo da Rocha; orientador, Sérgio Cardoso de Moraes. – Belém, 2011.

119 f.

Referências: 110-115.

Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Belém, 2011.

1. Pescadoras – Capanema (PA) - condições sociais 2. Mulheres-emprego 3. Participação social I. Moraes, Sérgio Cardoso III. Título

CDU: 150.9

NÁDIA SUELI ARAUJO DA ROCHA

A PESCA FEMININA NA COMUNIDADE SEGREDINHO:

Município de Capanema-PA

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

DEFENDIDO E APROVADO EM: ____ / ____ / ____

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA:

_____ - Orientador

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente

_____ - Membro

Prof^a. Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva

Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica

_____ - Membro

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente

À Marina,
meu anjo, que me ensinou
com sua própria vida
a aceitar que o nosso tempo
não é o tempo de Deus
e nossas perdas e conquistas
são determinadas por ele,
no tempo certo.

AGRADECIMENTOS

Entendo a vida como uma integração de valores que são constituídos com as trocas, as experiências e os saberes adquiridos com o outro. Em face de tal asserção explícito, com respeito, a minha gratidão e agradecimento a todos que, imbuídos de solidariedade e companheirismo, colaboraram para a construção dessa teia de conhecimento.

A Deus pela infinita bondade de me conceder o dom da vida e a fé para acreditar no outro como verdadeiramente humano e irmão.

Aos meus pais, Antonio Lucimar e Jovina a quem devo tudo que sou. Pelo amor a mim reservado e pela sabedoria com que me educaram.

Aos meus irmãos: Lifaete, Gerçom, Raquel, Gilmar e Lucimar pela confiança em mim depositada e por fazerem parte da minha constituição humana e cristã.

Ao meu marido Pedro, pelo carinho, compreensão e paciência, atributos que fortalecem o amor construído cotidianamente.

Ao prof. Sérgio Cardoso, meu orientador, pelos conhecimentos compartilhados não somente na construção desta dissertação, mas por fazer parte da minha formação profissional desde a graduação e ter me ensinado sempre com exemplos positivos de humildade e competência.

Aos demais professores do PPGEDAM pelo incentivo e sapiência em mostrar que somos parte de um projeto de existência baseado na busca por melhorias na vida de outras pessoas.

Aos meus amigos, Socorro, Carmem, Daniel, Tatiana, Gedsom, Gilney, Eulália e Francisca com os quais compartilho e experimento o sentido da verdadeira amizade.

A minha companheira de jornada Alessandra, acima de tudo minha amiga, cuja presença me ajudou a superar as dificuldades vividas no mestrado com mais leveza e confiança.

Aos meus amigos com os quais convivo no trabalho, Sílvia, Marcelo, José de Moraes e Juciany, que são parte da minha vitória conquistada com muito empenho e dedicação.

Aos meus colegas do mestrado, pelo carinho e acolhida somados aos conhecimentos que compartilhamos e construímos.

Às mulheres da comunidade de Segredinho, sem as quais essa conquista não seria possível. Serei eternamente grata por me ensinarem que os projetos humanos são construídos nas relações que nos expõem e nos integram nos espetáculos das contradições humanas.

Acredito que mais forte que a sabedoria, é a imaginação.

Que mais potente que a história, é o mito.

Que a esperança sempre triunfa sobre a experiência.

Que a única cura para a dor é o sorriso.

Que mais poderosos que a realidade, são os sonhos.

(Robert L. Fulghu)

RESUMO

ROCHA, N. S. A. **A Pesca Feminina na Comunidade Segredinho**: Município de Capanema-PA. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Belém, 2011.

A presente pesquisa intitulada “A pesca feminina na comunidade de Segredinho: Município de Capanema-PA”, tem como objeto de estudo o trabalho feminino na pesca o que converge também para a tessitura de reflexões a respeito das relações de gênero presente nesse contexto. Nesta pesquisa a participação feminina na pesca será discutida como fundamental na produção dos modos de vida e na constituição socioeconômica tendo como objetivo principal a análise dessa participação na pesca na comunidade de Segredinho/Capanema-Pa. Além disso, tenciona-se identificar as relações construídas na pesca no que se refere aos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais da comunidade e fomentar a discussão para a efetivação de ações coletivas que promovam organização local com vistas ao reconhecimento social e a gestão dos recursos naturais. A questão de pesquisa é expressa do seguinte modo: Sendo a pesca uma atividade historicamente masculina, o que leva as mulheres da Comunidade de Segredinho a realizarem a pesca? Quais as relações estabelecidas no desenvolvimento da atividade? Como consolidar a presença feminina na pesca? Trata-se de uma pesquisa qualitativa na abordagem narrativa que também utilizou, como subsídio, elementos quantitativos. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: entrevistas não estruturadas, observação participante, utilização de questionário para traçar o perfil socioeconômico da comunidade e reuniões realizadas com os moradores. Considera-se, nas análises, como pontos de destaque, que as mulheres da comunidade de Segredinho realizam a pesca e tem participação direta em todo o processo que envolve a atividade, desde a confecção dos instrumentos até a captura do pescado. As reflexões construídas são indicativas de que se faz necessário o reconhecimento do seu papel social dentro do contexto local enquanto provedoras da família e na construção da sua identidade de gênero. Para tanto, se tornou fundamental fomentar, através de discussões, a implementação da Colônia de Pescadores no município de Capanema-PA com vistas à gestão dos recursos naturais e como instrumento de viabilização dos direitos sociais dos pescadores e pescadoras da comunidade.

Palavras-Chaves: pesca; mulheres; comunidade; participação social.

ABSTRACT

ROCHA, N. S. A. **Fishing Secrets Women in the Community**: City of Capanema-PA. 2011. 119 f. Dissertation (Master in Management of Natural Resources and Local Development in the Amazon) - Federal University of Pará, Center for Environment, Graduate Program in Natural Resources Management and Local Development, Bethlehem, 2011.

The present research named “The fishing community of women in secret: Capanema County-PA” focus on feminine work in fishing that leads us to reflect about gender relations present in this context. In this perspective, the feminine participation is discussed as fundamental in the production of lifestyles and in the socioeconomic constitution of the community. The main objective is to analyze feminine participation in fishing in the community of Segredinho/Capanema-Pará. We still try to identify the formed relations in fishing concerning to socioeconomic, cultural and environmental aspects of the community and motivate discussions to carry out actions in group that incite local organization in order to social recognition and management of natural resources. The main question of this research question: if fishing is a historical men activity, what is the motivation of women from Segredinho Community to practice fishing? What are the relations established during the activity? How to consolidate feminine presence in fishing? This is a qualitative research in narrative modality that also has used as subsidy quantitative elements. To collect data, we made non-structured interviews, community, beyond meeting with the inhabitants. We considered in analyses, as prominence points, women from community of Segredinho practice and participate directly in the process that involves this activity, since the confection of tools until the capture of fish. The reflections presents in this paper indicate the necessity of recognition of social role of women in the local context as family supporters and and in the construction of their gender identity. For in such a way, It was fundamental to foment through quarrels the implementation of the Fishermen Colony in Capanema-Pará in order to management of natural resources in a sustainable form and as instrument of making feasible the social rights of fishermen and fisherwomen of the community.

Keywords: Fishing; women; community; social participation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Mapa Básico de Capanema: o Lago do Segredo	16
Fotografia 1 - Lago do Segredo	17
Mapa 2 - Lago do Segredo e adjacências.....	18
Fotografia 2 - Comunidade Segredinho-PA	19
Gráfico 1 - Percentual de entrevistados que recebem a renda do governo da comunidade Segredinho/Capanema, 2010	21
Gráfico 2 - Quantidade de entrevistados que pescam na família por faixa etária versus gênero, da comunidade Segredinho/Capanema, 2010.....	21
Fotografia 3 - Pescadora AC fazendo farinha para o consumo familiar	31
Fotografia 4 - Pescadora J uma das mais experientes, ainda em atividade no Lago	39
Fotografia 5 - Pescadora R, preparando a isca no caniço	43
Fotografia 6 - Pescadora G, realizando a pesca de caniço.....	44
Fotografia 7 - Rede de pesca estendida no Lago	45
Fotografia 8 - Pesca denominada Caiamanga.....	46
Fotografia 9 - Pescadora R, preparando a linha com a isca	47
Fotografia 10 - Pescadora R, com o resultado da pesca de linha	48
Fotografia 11 - Procissão no lago do Segredo em comemoração ao dia de São Pedro	51
Gráfico 3 - Quantidade de entrevistados que comercializam o peixe versus principal atividade da família da Comunidade Segredinho/Capanema, 2010.....	54
Gráfico 4 - Percentual de entrevistados que tem a pesca como a principal atividade da família, da Comunidade Segredinho/Capanema, 2010.....	55
Gráfico 5 - Percentual de entrevistados e a quantidade de peixes capturados por mês na safra, Comunidade Segredinho/Capanema, 2010	56
Gráfico 6 - Percentual de entrevistados e a quantidade de peixes capturados por mês na entressafra, comunidade Segredinho/Capanema, 2010	57
Fotografia 12 - Mulheres no meio da noite saindo para pescar.....	59
Gráfico 7 - Quantidade de entrevistados e a renda familiar da comunidade Segredinho/Capanema, 2010.....	62
Fotografia 13 – Mulheres no Lago pescando.....	66
Gráfico 8 - Percentual de entrevistados e grau de escolaridade, da Comunidade Segredinho/Capanema, 2010.....	83
Gráfico 9 - Percentual de entrevistados que participa de alguma associação, comunidade Segredinho/Capanema, 2010	94
Fotografia 14 - Primeira reunião feita na Comunidade.....	96
Fotografia 15 - Segunda reunião na Comunidade	97
Fotografia 16 - Terceira reunião na Comunidade.....	100
Fotografia 17 - Quarta reunião na comunidade	104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	16
2.1 CENÁRIO DA PESQUISA.....	16
2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	22
2.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA	23
3 PESCA ARTESANAL NO NORDESTE PARAENSE: CONTEXTOS, CONCEITO E SINGULARIDADES	27
3.1 CONTEXTOS E CONCEITO.....	27
3.2 AS SINGULARES DA PESCA ARTESANAL	33
3.2.1 Aspectos simbólicos da pesca	33
3.2.2 Os saberes da Tradição.....	37
4 REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM COMUNIDADES PESQUEIRAS	53
4.1 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E MODOS DE VIDA NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	53
4.2 GÊNERO E IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	58
4.3 A MULHER NA PESCA E A “INVISIBILIDADE” PROFISSIONAL.....	63
4.4 A PESCA FEMININA E A MANUTENÇÃO FAMILIAR	68
4.5 CONCEPÇÕES E ATITUDES AMBIENTAIS DE MULHERES NA VIVÊNCIA DA PESCA	71
5 PARA A ALÉM DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO: A BUSCA DA CIDADANIA	78
5.1 ORGANIZAÇÕES COLETIVAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	78
5.2 EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	82
5.3 COLÔNIAS DE PESCADORES COMO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	116

1 INTRODUÇÃO

Fontes históricas remontam a pesca como uma das mais antigas atividades desenvolvidas pelo homem, pois as sociedades primitivas dependiam da pesca como fonte de alimento.

História mais atual aponta ainda hoje a utilização de embarcações, como canoas e jangadas, redes feitas de fibras vegetais e alguns instrumentos de captura de peixes utilizados nas pescarias, com maior ou menor transformação. Esses instrumentos mostram que os indígenas deixaram uma herança para diversos povos através de sua cultura de pesca (DIEGUES, 1994) sendo que, esse fato é perceptível em muitas sociedades, principalmente nas comunidades ribeirinhas amazônicas que sobrevivem da pesca artesanal.

Esse tipo de atividade apresenta particularidades voltadas aos aspectos socioeconômicos que o envolve.

Segundo Maldonado (1986) um dos traços que prevalece entre os pescadores artesanais é a importância da família como unidade de produção e consumo. O grau de parentesco envolvido na atividade tem na mão de obra familiar um importante complemento para consolidação do trabalho. Outro elemento que caracteriza a pesca artesanal é a utilização dos saberes da tradição definidos por Diegues (2004) como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades e saber-fazer, transmitidos oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida. Esses saberes são conhecimentos presentes e concretizados no cotidiano das comunidades pesqueiras do nordeste paraense.

Tais assertivas são preponderantes para o entendimento da inserção da mulher na pesca artesanal, embora essa inserção seja considerada como parte complementar da atividade pesqueira.

Sendo assim, a temática deste trabalho está voltada para a discussão da participação do gênero feminino na pesca, uma vez que através dessa participação perpassam algumas ideologias pelas relações estabelecidas entre os homens e as mulheres nas comunidades pesqueiras. Uma dessas ideologias concretiza-se no pensamento de que a pesca é trabalho de homem (MANESCHY, 1995).

Segundo Beck (1989), a construção social do gênero está diretamente relacionada às representações produzidas sobre os homens e mulheres em cada

cultura e em cada sociedade. Ambos pertencem a universos de domínios distintos e em muitas culturas, como no caso da pesqueira, estas atividades não cabem ao gênero feminino. Dessa forma, muitas sociedades, mesmo tendo presente a força do trabalho feminino na pesca, tornam a ação da mulher insipiente e ignoram sua contribuição social, econômica e cultural para as comunidades por considerar seu trabalho indireto e complementar.

Essas premissas fundamentam as seguintes questões:

- ✓ Sendo a pesca uma atividade historicamente masculina, o que leva as mulheres a realizarem a pesca?
- ✓ Qual a relação existente entre a pesca e o gênero feminino? Como consolidar a presença feminina na pesca?

A ênfase dada nas relações de trabalho através da divisão social estabelece a separação das tarefas entre masculinas e femininas. Na pesca essa divisão ocorre através das tarefas que executam e onde são realizadas. De acordo com Woortmann (1992), ao se referir à divisão sexual do trabalho, postula que a divisão de tarefas é estabelecida através da oposição entre os espaços terra/mar que corresponde à oposição entre mulher/homem.

Esse fato explica, segundo Maneschy (1995) que historicamente, a mulher mantém na pesca uma relação de complementaridade. Ou seja, geralmente as mulheres tomam conta dos afazeres em terra, despescando, comercializando ou fazendo reparos nos equipamentos, o que não lhes garante o *status* de pescadoras.

Posto isto, fez-se necessário desmistificar alguns condicionantes que têm ocultado o trabalho feminino na pesca e inserir estas profissionais no âmbito sociopolítico da participação. Pois, em determinadas sociedades a atuação direta da mulher na pesca torna-se fundamental para a reprodução econômica e social da comunidade. É o caso das mulheres pescadoras de Segredinho-PA. Para isso este trabalho objetivou: analisar a participação feminina na pesca artesanal no lago de Segredinho/Capanema- PA, a fim de identificar o papel social desta atividade para a comunidade; entender o papel econômico da pesca feminina para a comunidade; verificar as relações ambientais desenvolvidas com a pesca feminina; investigar a relação cultural existente entre a comunidade e o lago; fomentar a discussão para a efetivação de ações coletivas que promova organização local com vistas ao reconhecimento social e a gestão dos recursos naturais.

Para efeito de realização do trabalho, utilizou-se como cenário da pesquisa a comunidade de Segredinho, localizada a 24 km de seu Município sede, Capanema-PA situada no nordeste paraense. Próximo da comunidade encontra-se o Lago do Segredo, onde é desenvolvida a atividade pesqueira.

Além da relação econômica estabelecida através da pesca, os moradores mantêm uma relação cultural baseada em aspectos simbólicos e místicos com o lago. As principais atividades econômicas realizadas pelos moradores são a pesca e agricultura, ambas de subsistência.

Esse contexto favorece as dificuldades enfrentadas nas atividades econômicas realizadas pela comunidade, o que é agravado, no momento, pela disputa do território de pesca, que tem sido freqüentemente explorado por pescadores externos, causando problemas como conflitos locais e escassez dos recursos, uma vez que algumas famílias ainda sobrevivem apenas com os recursos do lago.

Todas estas demandas acentuam-se dentro da organização sócio econômica da pesca, tendo como agravantes a falta de reconhecimento da pesca no município de Capanema enquanto atividade produtiva e a invisibilidade do trabalho feminino na pesca, assim como outros fatores que contribuíram para a motivação da realização deste trabalho. São eles: a relevância do tema para o programa de pós-graduação, a necessidade de promover estratégias de desenvolvimento local através da gestão dos recursos naturais da comunidade e fomentação de instrumentos de intervenção que reconheça as mulheres como profissionais da pesca.

Nessa lógica a pesquisa situou-se no contexto qualitativo narrativo, em virtude da necessidade de analisar as histórias de vida dos atores sociais envolvidos e compreender seus relatos como parte de seu ponto de vista e experiência. Para tanto foram utilizados como instrumentos: a entrevista semiestruturada, a observação participante, reuniões com a comunidade para esclarecimentos e discussões sobre a organização social e, o uso de questionário como um instrumento quantitativo utilizado para traçar o perfil socioeconômico da comunidade.

Sendo o objeto de estudo o trabalho feminino na pesca, temática que remete a uma ampla dimensão, optou-se por não definir categorias de análises, para não correr o risco de considerar um aspecto em detrimento do outro. Dessa forma, os

resultados que serão apresentados juntamente com a discussão teórica, deram-se a partir dos objetivos propostos considerando os elementos: sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Para tanto, a base teórica em que está fundamentada essa discussão, pode ser compreendida através dos trabalhos dos seguintes autores: Alencar (1991, 1993, 1997); Diegues (1983, 1994, 2004); Furtado (1993, 1987, 1997); Góes (2008); Maldonado (1986, 1993); Maneschy (1997, 1994, 1995); Motta-Maués (1977) e Woortmann (1992). Esses autores levaram à aproximação de temáticas como: a participação das mulheres direta e indiretamente na economia pesqueira; a presença discreta na pesca; uma distinção entre o trabalho feminino e o masculino no universo pesqueiro, a invisibilidade do trabalho feminino em comunidades cuja tradição é a pesca e a utilização do termo pescadora pelas mulheres ligadas a pesca.

Diante disso, verificou-se que infelizmente alguns estudos acadêmicos contribuem para a legitimação dessa invisibilidade, ao assumir o discurso público sem questionar acerca da atuação das mulheres nessas localidades (GÓES, 2008).

Esse trabalho foi desenvolvido dentro do contexto multidisciplinar, utilizando para a concretização do mesmo os conhecimentos da Geografia, Sociologia, Antropologia, História e Educação. Saberes que se entrecruzaram num processo dialético e construtivo. Nessa interação, não há a supremacia de uma determinada concepção ou posição hierárquica, ou mesmo de uma disciplina ou de um determinado conhecimento, mas há uma relação de interlocução, em que não há necessidade de se configurar como prioridade uma das partes envolvidas (BOHM, 2005; FREIRE, 1987; MELO NETO, 2004).

O trabalho em questão estrutura-se nas seguintes sessões:

✓ Na primeira sessão, intitulada “Caminhos Metodológicos Percorridos para a Construção do Conhecimento”, serão apresentadas as tessituras que desencadearam a realização do trabalho. Por meio da descrição do *lócus* de estudo, dos sujeitos e dos instrumentos da pesquisa. Enfatizam-se ainda de forma objetiva os elementos metodológicos assumidos para a concretização dos objetivos.

✓ Na segunda sessão, “Pesca Artesanal no Nordeste Paraense: conceitos, contextos e singularidades”, é feita uma breve contextualização sobre a importância da pesca, apresentando os conceitos e as singularidades suscitadas na pesca artesanal, como elementos particulares da atividade.

✓ Na terceira sessão, “Reflexões sobre a Participação da Mulher nas Relações de Trabalho em Comunidades Pesqueiras”, são tecidas considerações sobre as questões econômicas e as relações com o gênero feminino, nas quais são feitas reflexões sobre a invisibilidade do papel da mulher na pesca e sua participação na produção pesqueira.

✓ Na quarta sessão, “Para Além das Diferenças de Gêneros: em busca da cidadania”, são contextualizados os instrumentos organizativos ligados à atividade pesqueira como elementos que consolidam a cidadania e, apresentados os passos de consolidação da aplicabilidade da pesquisa, feito através da fomentação da Colônia de Pescadores na comunidade de Segredinho. Utilizando como estratégias as reuniões para esclarecimento e encaminhamento da proposta. Nesse percurso, pescadores e pescadoras vão conduzindo o processo e discutindo sobre sua inserção no cenário político e social.

Em síntese, as discussões realizadas aqui serão base do entendimento da necessidade de instigar a participação das mulheres pescadoras na conquista de sua emancipação e o reconhecimento da fundamental importância do seu papel para a manutenção da pesca artesanal no nordeste paraense.

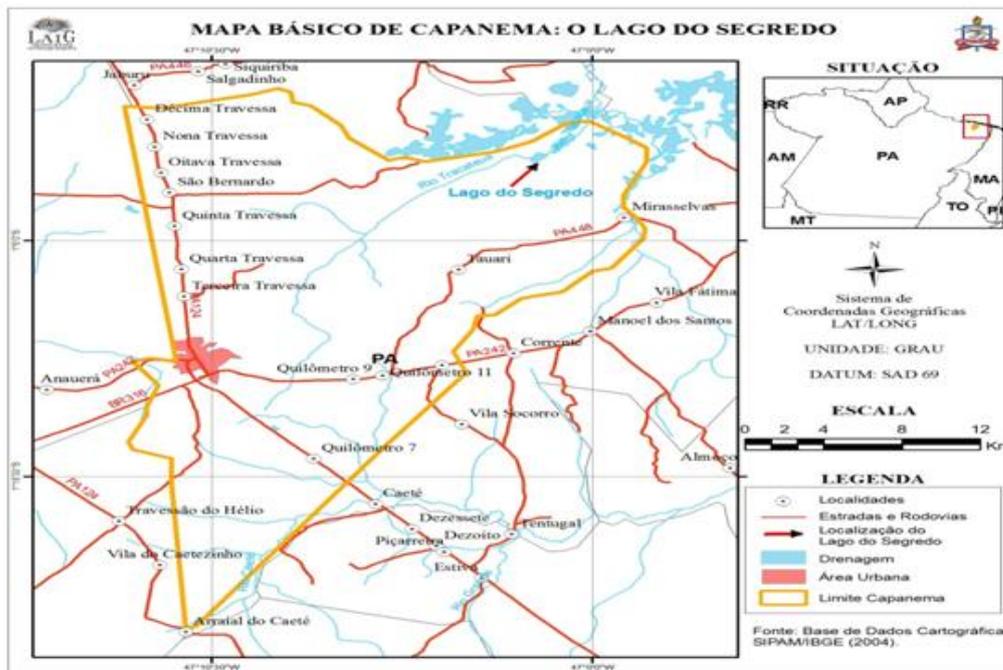
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

2.1 CENÁRIO DA PESQUISA

A contextualização dos elementos que compõem a pesquisa se faz importante para situar de forma clara e objetiva os condicionantes do processo. Partindo desse entendimento, nessa sessão será apresentado o caminho metodológico percorrido para se chegar à construção do conhecimento. Para tanto, apresenta-se inicialmente o *locus* da pesquisa, tendo claro que o conhecimento não é algo universal e atemporal, mas, ao contrário dessa idéia, deve ser entendido como uma construção que tem relação local e global (SANTOS, 2004). Nessa lógica, torna-se fundamental descrever a respeito do local onde foram traçadas as relações que constituem esta pesquisa.

A comunidade de Segredinho está ligada política e geograficamente ao Município de Capanema-Pa, situado no nordeste paraense, a 142 km da capital do estado. O Mapa 1 apresenta o conjunto geográfico que envolve o município de Capanema e situa dentro da área o Lago do Segredo.

Mapa 1 - Mapa Básico de Capanema: o Lago do Segredo



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Proteção da Amazônia – IBGE/SIPAM (2004).

A escolha da comunidade deu-se devido à singularidade apresentada no modo de vida local, com a preservação de valores e costumes tradicionais, além do desenvolvimento da pesca artesanal ser em um ambiente diferenciado no lago que está no entorno da comunidade e também por verificar a relação mística entre a comunidade e o lago tido como elemento fundamental para a sobrevivência dos moradores.

Comunidade de Segredinho localiza-se a 24 km do Município de Capanema-PA e possui, em sua formação histórica, traços indígenas. Segundo os moradores, os indígenas foram os primeiros habitantes da Vila de Tauari, que fica a 3 km da comunidade de Segredinho. Nessa Vila morava um índio que descobriu que próximo dali existia um lago onde podia pescar e extrair outros recursos. Mas o índio guardou este segredo, explorando sozinho esse ambiente. Os moradores curiosos por saber de onde vinham os peixes e as caças, trazidos pelo índio, investigaram onde estava seu segredo e descobriram o lago. Logo após ser descoberto o segredo, o índio desapareceu no lago pescando e nunca mais foi visto. Isso configura, até o momento, o caráter místico e simbólico mantido na comunidade, que acredita que o índio ficou 'encantado' no lago. Essa história justifica o nome da comunidade como Segredinho e o ambiente onde é realizada a pesca, denominado de Lago do Segredo.

Fotografia 1 - Lago do Segredo

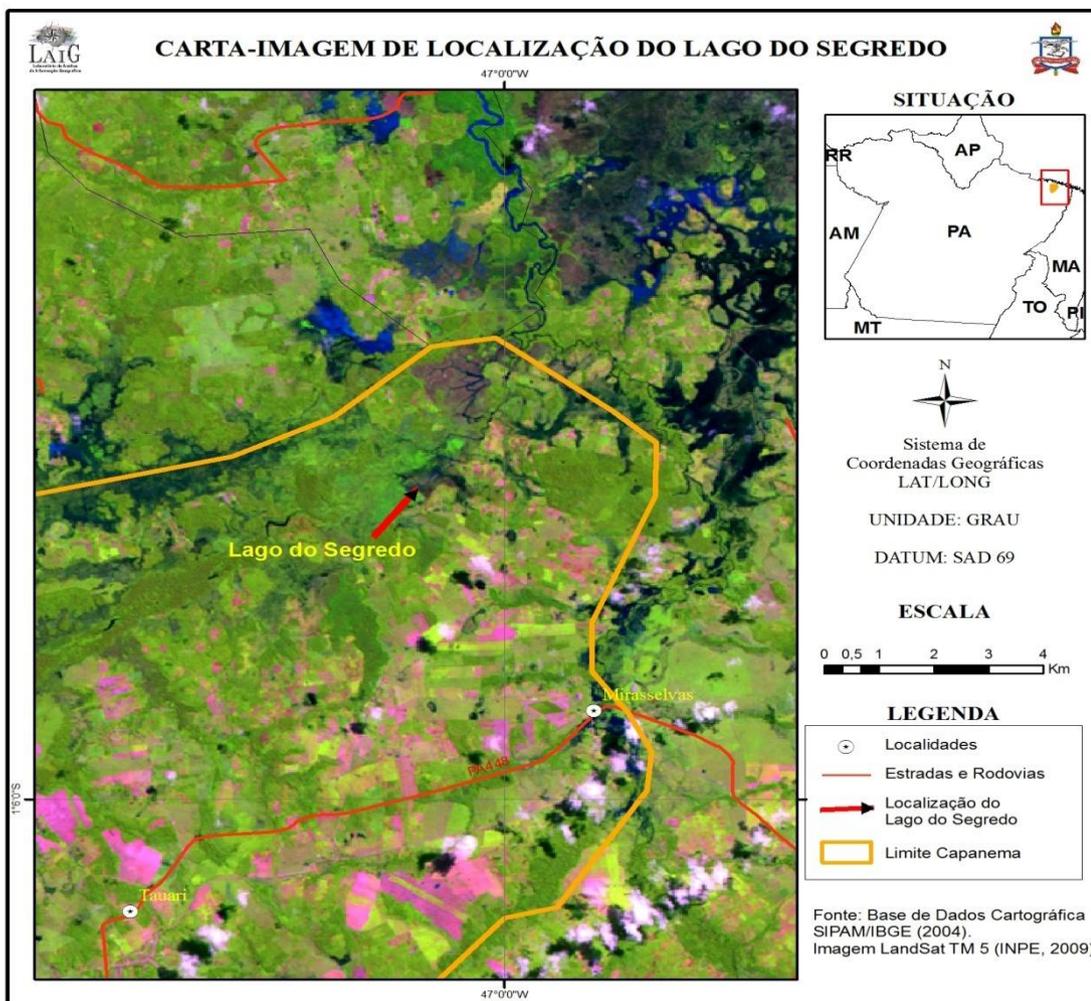


Fonte: Rocha (2010).

A Comunidade de Segredinho foi formada a partir da exploração dos recursos do Lago do Segredo. Para chegar a esse lago, percorre-se 2,5 km até suas margens. O Lago¹ do Segredo é formado a partir da confluência de diversos corpos d'água, oriundos da microbacia do Rio Tracuateua, dentre esses podemos destacar o próprio Igarapé² Segredo, o Tatajuba, o Curral Velho, o Califórnia, o Segredão, etc., que são adjacentes a comunidades de mesma denominação. Todos esses igarapés que formam a microbacia do Tracuateua e compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Quatipuru.

O Mapa 2 apresenta a localização do lago e suas adjacências.

Mapa 2 - Lago do Segredo e adjacências



Fonte: IBGE. SIPAM (2004).

¹ Depressão do solo, produzida por causas diversas e cheias de águas confinadas, mais ou menos tranquilas, pois dependem da área ocupada pelas mesmas. Geralmente são alimentados por um ou mais rios afluentes. (GUERRA, 2001).

² Denominação dada aos pequenos rios da Região Norte (Amazônia). Igarapé é um termo indígena que significa "caminho de canoa". Cujo volume de água é bem menor que de um rio. (GUERRA, 2001).

Podemos observar, no mapa 2, que a estruturação do Lago do Segredo origina-se a partir da confluência de alguns igarapés em direção ao Rio Tracuteua, aliado a vegetação de igapó, o que o caracteriza como um lago de várzea. De acordo com Guerra (2001), os lagos de várzea são depressões mais rasas situadas nas planícies marginais ao leito de rios e igarapés.

O Lago do Segredo tem cerca de 8 metros de profundidade no ponto mais central do lago, no verão mais forte, chegou a medir cerca de 3 metros, de água salobra. As margens do lago são formadas pela vegetação de igapó, característica de terrenos baixos próximos a rios e igarapés, que são constantemente inundados. As árvores podem atingir cerca de 20 m de altura, mas em geral medem entre 4 e 5 m. Além das árvores há outras espécies vegetais adaptadas a terrenos alagadiços, ou seja, as hidrófilas, em geral são plantas de médio e pequeno porte, como as aningas, ananins, bromélias, etc. Ultrapassando a parte mais alagada (igapó) a vegetação que circunda o lago (uma vegetação secundária típica do nordeste paraense, também conhecida como capoeira), é caracterizada por árvores de pequeno e médio porte como a embaúba, ingá, além da vegetação rasteira.

Este cenário que constitui o lago é determinante para o entendimento da formação social da comunidade. Que será descrita a seguir de acordo com informações obtidas a partir dos dados obtidos através de questionários aplicados em 146 domicílios, totalizando 587 moradores.

Fotografia 2 - Comunidade Segredinho-PA



Fonte: Rocha (2010).

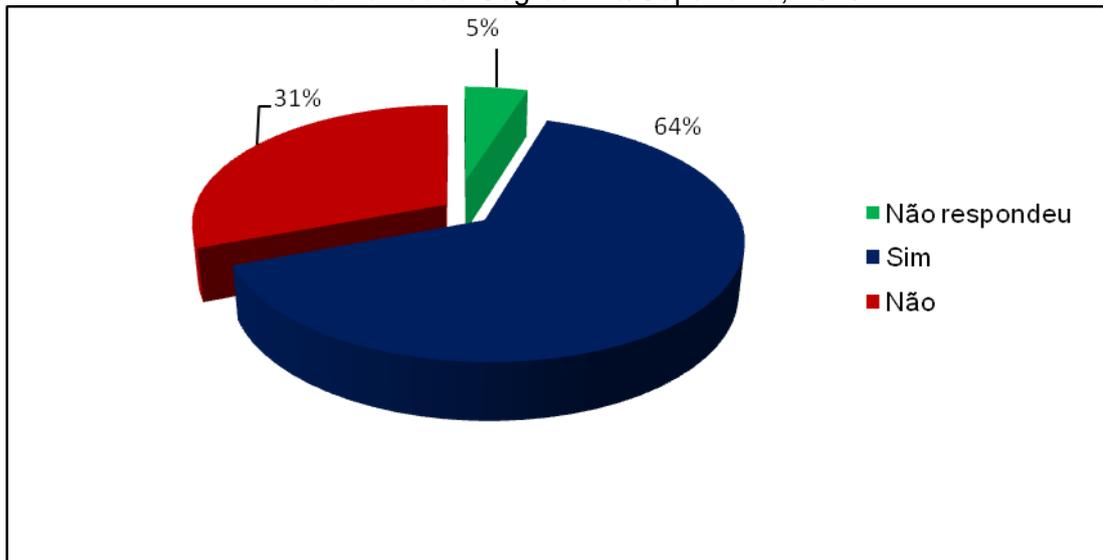
A comunidade de Segredinho possui como parte de sua estrutura social, 01 posto de saúde, que conta com um auxiliar de enfermagem e 02 agentes de saúde que fazem o atendimento em domicílios através de visitas e acompanhamento periódico; alguns estabelecimentos comerciais de pequeno porte, para atender apenas as necessidades mais imediatas além de 01 igreja evangélica e 02 católicas, sendo que uma delas foi construída especialmente para homenagear São Pedro, o protetor dos pescadores. Tem ainda, um campo de futebol usado como espaço de lazer. Quanto ao setor educacional, a comunidade possui apenas uma escola municipal de ensino fundamental (1ª a 4ª série), os demais níveis são oferecidos pela escola estadual que fica na Vila de Tauari. De acordo com os dados dos questionários o índice de analfabetismo é muito alto. 24% dos moradores não sabem ler e 46% possuem o ensino fundamental incompleto.

Os moradores utilizam serviços de água encanada, através de poço artesiano de uso coletivo e luz elétrica disponíveis na comunidade. Os serviços de telefonia móvel são utilizados por 60% da população. Na comunidade existe serviço de transporte urbano que interliga a comunidade à sede do município e a outras localidades vizinhas. Além do transporte escolar também utilizado pelos moradores como meio de locomoção. A comunidade não dispõe de coleta pública de lixo, fazendo com que 90% dos moradores o queimem em suas propriedades.

A comunidade de Segredinho apresenta uma relação de parentesco muito acentuada entre os moradores. Esse dado configura o tempo de residência apresentado pelos entrevistados que varia entre 5 e 45 anos. A maioria da população nasceu na comunidade onde permanece até o momento. E 88% moram em casa própria, destas 46% feitas em alvenaria. Destes moradores 70% utilizam fossa rudimentar.

Quanto aos aspectos econômicos a comunidade tem como principais atividades a pesca e a agricultura. Ambas de subsistência. Esse fato concorre para as grandes privações financeiras por que passam os moradores da localidade, pois, 32% das famílias sobrevivem apenas com a pesca, complementando sua renda familiar com os benefícios do governo federal como o Bolsa Família, como se pode observar no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Percentual de entrevistados que recebem a renda do governo da comunidade Segredinho/Capanema, 2010

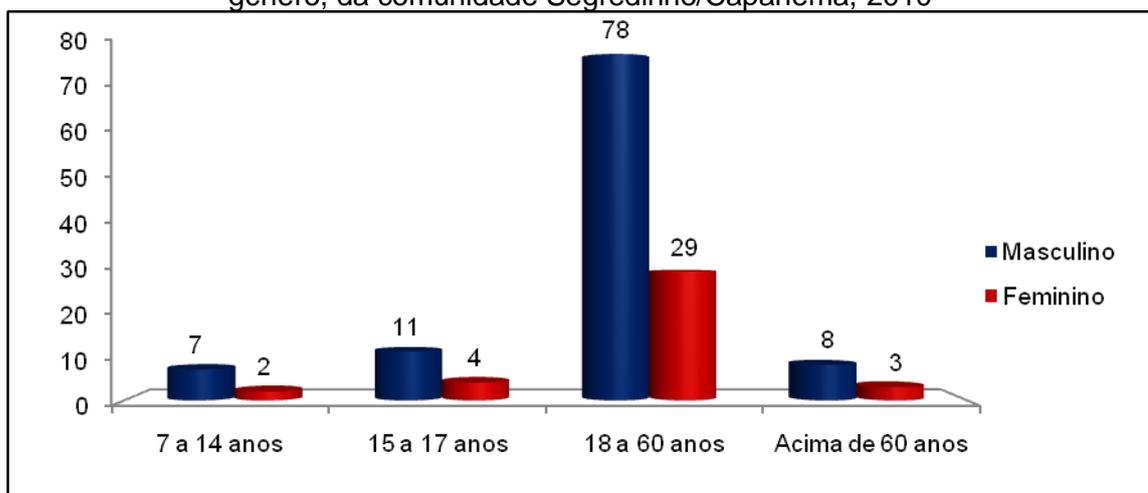


Fonte: Moraes (2008).

O índice de beneficiados com os recursos oriundos do governo, apresentado no Gráfico 1, são basicamente os moradores que totalizam sua renda mensal em menos de um salário mínimo, contando com esse benefício.

Outro fato referente à questão econômica da comunidade é a participação das mulheres na atividade da pesca. Segundo os 146 chefes de famílias entrevistados, entre homens e mulheres, os dados apresentados na figura abaixo mostram o índice da participação das mulheres e sua faixa etária.

Gráfico 2 - Quantidade de entrevistados que pescam na família por faixa etária versus gênero, da comunidade Segredinho/Capanema, 2010



Fonte: Moraes (2008).

A participação feminina na pesca, mostrada no gráfico 2, entre os entrevistados diretos, indica a participação feminina na pesca, uma realidade na

comunidade que será analisada dentro do trabalho com mais detalhes, pois se trata do objeto da pesquisa e um diferenciador dentro da atividade pesqueira.

Todos os dados apresentados acima fizeram parte do cenário da pesquisa e foram importantes para justificar as opções, os instrumentos e resultados oriundos da construção do conhecimento. Inicialmente foram apresentados os aspectos físico-geográficos do lago por tratar de um elemento anterior ao processo de formação da comunidade. Posteriormente, o perfil socioeconômico da comunidade como elemento indissociável e complementar na construção dos agentes sociais envolvidos no trabalho.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa são mulheres da comunidade que vivem cotidianamente através de sua ação uma relação direta e constante com a pesca.

Através do diálogo estabelecido e da percepção de suas vivências, percebe-se que elas são oriundas de uma situação socioeconômica desfavorecida, pois são mães de famílias que possuem em torno de 4 filhos, algumas casadas e outras viúvas, moram em casas próprias e possuem pouca formação escolar, apenas o ensino fundamental (1ª a 4ª série) incompleto. Mas também são mulheres que trazem no rosto a alegria, a coragem e a força da resistência diante dos problemas provenientes de sua humilde condição de vida.

A utilização desses sujeitos na pesquisa se justifica pela sua contribuição para a reprodução cultural e socioeconômica da comunidade, pela relação direta estabelecida com a atividade, pelo fato de essas mulheres estarem presentes em todo o processo que envolve a pesca e por tratar-se da necessidade de desmistificar a pesca enquanto atividade masculina.

Foram entrevistadas 18 mulheres que possuem idade que varia entre 24 e 82 anos. A escolha destas mulheres se deu pela frequência em que realizam a pesca e este critério foi considerado utilizando informações dos moradores locais que as identificaram enquanto pescadoras. Além das mulheres que pescam, foram necessárias as informações obtidas através uma colaboradora que exerce um papel de liderança social na comunidade enquanto presidente da Associação de Produtores Rurais, sua escolha se deu pela disponibilidade e envolvimento direto com os moradores.

A fim de terem sua identidade preservada será utilizada no decorrer do trabalho apenas a inicial de seu nome. São elas: Pescadora J – 72 anos; Pescadora G – 69 anos; Pescadora A - 51 anos; Pescadora L – 82 anos; Pescadora M – 36 anos; Pescadora N – 70 anos; Pescadora MA – 29 anos; Pescadora R – 33 anos; Pescadora S – 42 anos; Pescadora E – 64 anos; Pescadora AC – 30 anos; Pescadora C – 47 anos; Pescadora V – 38 anos; Pescadora MM - 58 anos; Pescadora F – 24 anos; Pescadora MR - 61 anos; Pescadora D – 28 anos; Pescadora AM – 37 anos e Colaboradora RA – 43 anos.

Neste trabalho, optou-se por identificá-las enquanto pescadoras, uma forma de valorizá-las como profissionais que utilizam a pesca como principal meio de vida (GÓES, 2008). Considerando ainda, a relação sociocultural estabelecida e o entendimento de que sua ação se configura como pesca.

2.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

As ações metodológicas desenvolvidas nesse trabalho não devem ser visualizadas como elementos prontos e acabados, mas como ações/reflexões que propiciaram um contato particular e imprevisível com os atores sociais em questão, o que também torna a experiência única e singular. Pois nenhum ato humano e social pode ser reproduzido tal qual aconteceu, dentro de seu contexto, momento e significado próprios (DA MATTA, 1987).

Dessa forma, os instrumentos e métodos utilizados como passos de um caminho deram-se em principio pela inserção no campo de atuação. Estar no campo significa estar inserido numa “rede complexa de sentidos” que vai sendo construída num diálogo constante acerca do tema. Diálogo esse ‘debatido, ‘negociado’ e ‘arguido’, situado dentro dum processo que tem lugar e tempo. (SPINK, 2001 apud GÓES, 2001).

A pesquisa de campo foi desenvolvida no período referente a dezembro de 2009 a janeiro de 2011. Esse período de convivência com a comunidade favoreceu a aproximação, o diálogo e a participação nas atividades cotidianas dos moradores. Esteve-se presente nas programações festivas e culturais, nas pescarias no lago, na casa de forno acompanhando a produção da farinha, nos afazeres domésticos e etc. Atividades permeadas de muita conversa e aprendizagem, através da invenção e reinvenção de seus modos de vida.

Para tanto, assume-se como abordagem a pesquisa qualitativa, por definir um caminho metodológico imprescindível a esse movimento curioso, criativo e inquieto, rumo à qualidade na construção dos dados, que não são “dados” em si mesmos, mas tão somente pela significação que lhes dá o pesquisador quando estes possibilitam análises reflexivas e ressignificação das práticas dos sujeitos em diversos contextos (VIEIRA, 2008).

No entanto, foi necessário utilizar dados quantitativos recolhidos através dos questionários aplicados, como técnicas de contagem simples que podem oferecer um meio de levantar todo o corpo de dados comumente perdido ou não favorecido com a pesquisa qualitativa. Tendo a chance de obter uma percepção do valor dos dados como um todo. Para posteriormente testar e rever as generalizações, dirimindo dúvidas perturbadoras sobre a idéia das impressões sobre os dados (SILVERMAN, 2009).

Subsidiando o trabalho, optou-se ainda, pelo enfoque narrativo da pesquisa qualitativa, pela possibilidade de ouvir as histórias de vida e o seu potencial informativo. A experiência narrada acena com a possibilidade de desencadear um processo reflexivo, ou seja, uma “boa narrativa” deve “convidar” o leitor a refletir sobre as suas próprias experiências de vida. Pensamento que converge com o pensamento de Schnetzler e Aragão (2000, p. 5), que se expressa nos seguintes termos:

A Pesquisa Narrativa apresenta uma qualidade holística, uma vez que possibilita a todos nós a expressão de nossa memória, isto é, a expressão ‘histórica’ do nosso ponto de vista, do lugar de onde podemos olhar e ver não só com os olhos, mas principalmente com a mente. Portanto, por potencializar um olhar multidimensional da realidade, a partir de percepções e visões particulares, singulares, a pesquisa narrativa representa uma alternativa para o entendimento da complexidade.

Nessa ótica, a pesquisa narrativa, como alternativa que supera a linearidade, constitui uma oportunidade de se construir um estudo em que estejam presentes as multifacetadas formas de relações que acontecem nas tramas dos sujeitos com as realidades em estudo.

Para subsidiar a trilha percorrida foram utilizados alguns instrumentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e a entrevista (acompanhada de registros escritos, fotográficos e gravados).

A pesquisa bibliográfica que teve como objetivo “desvendar, recolher e analisar as principais contribuições teóricas sobre um determinado fato, assunto ou

idéia” (CHIZZOTTI, 2001, p. 18). Foi importante para entender o objeto de estudo, referendar as questões levantadas e diferenciar este estudo dentro dos demais já realizados com a temática semelhante;

Outro instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada por ser esta a que permite compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana (DEMO, 2006)

As entrevistas foram feitas na comunidade no ambiente natural das mulheres, geralmente através de visitas em suas casas. As entrevistas foram consentidas e partiram de assuntos referentes à pesca, sua produção, a relação estabelecida com a pesca, seus modos de vida, seu tempo e espaço, as dificuldades apresentadas, as histórias vividas no lago, etc.

Como instrumentos complementares à entrevista foram aplicados questionários socioeconômicos em 100% dos domicílios, gravações em áudio e diário de campo.

Utilizou-se ainda a observação participante para “recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vistas.” (CHIZZOTTI, 2001, p. 90). A observação foi útil para verificar/acompanhar todos os eventos a partir das práticas realizadas pelas mulheres e posteriormente servir de instrumento complementar à entrevista.

Ressalta-se que foi utilizado como recurso na observação o registro fotográfico para captar imagens percebidas que nem sempre será guardada na memória, que serão usadas nas análises posteriores contribuindo de forma significativa nos resultados apreendidos.

Acrescenta-se a esses instrumentos, as reuniões com a comunidade que contribuíram significativamente para fomentar as discussões sobre a implantação da Colônia de Pescadores. Foram realizadas 04 reuniões que no primeiro momento objetivaram esclarecer e informar sobre os instrumentos de organização coletiva. Posteriormente, se tornaram o momento de discussão dos encaminhamentos para a efetivação da institucionalização da Colônia.

As reuniões favoreceram ainda, recolher dados qualitativos sobre o trabalho. Participando de todos os momentos, foi possível verificar comportamentos, entender os posicionamentos e instigar a participação social.

Para a análise dos dados obtidos, foram utilizados os procedimentos de análise de Pinheiro (2007), se detendo na observação das recorrências, ou seja, da

reiteração de idéias, reflexões e perspectivas que tendem para um ponto de confluência. Observando de um lado, as comunalidades, ou seja, os aspectos que os diferentes sujeitos trazem em comum em suas falas e, de outro lado, as divergências e contradições entre idéias e posicionamentos manifestos nos relatos.

Todos estes instrumentos foram imprescindíveis para subtrair as informações e perceber os contextos que fizeram parte do universo da pesquisa. Os instrumentos são compreendidos como alternativa para superar a linearidade e constitui uma oportunidade de se construir um estudo em que estejam presentes as multifacetadas formas de relações que acontecem nas tramas dos sujeitos com as realidades em estudo.

3 PESCA ARTESANAL NO NORDESTE PARAENSE: CONTEXTOS, CONCEITO E SINGULARIDADES

3.1 CONTEXTOS E CONCEITO

Na constituição dos elementos que envolvem a pesca – cultura, economia, natureza, saberes e tradição – e no domínio da própria atividade, o homem utiliza conhecimentos que são determinantes no tipo de pesca que será realizada. Dentre os diversos tipos de pesca – comercial, artesanal, industrial, amadora, científica e esportiva – será focalizada neste trabalho a pesca artesanal enquanto elemento propulsor da organização sociocultural das comunidades do nordeste paraense e ainda por ser o tipo de pesca desenvolvido na Comunidade de Segredinho/Capanema-PA, *locus* do trabalho.

Ao desenvolver uma breve contextualização histórica há informações de que a pesca constitui uma das mais antigas atividades econômicas desenvolvidas pelo homem, inclusive as sociedades primitivas dependiam da pesca, uma vez que esta era fonte de alimento e sobrevivência.

No Brasil, a geografia de grandes rios e afluentes sempre favoreceu a atividade, de modo que mesmo antes da chegada dos portugueses no Brasil a pesca já havia se estabelecido entre os indígenas. Registra-se ainda, a importância da pesca no aspecto socioeconômico do país, visto que várias cidades litorâneas formaram-se a partir de núcleos de pescadores (DIEGUES, 1994).

Essa tradição está presente até hoje na Amazônia, onde a localização das comunidades não corresponde à rua, ou bairros, mas sim aos afluentes dos rios. A pesca artesanal faz-se presente em quase todas as comunidades amazônicas e constitui-se numa fonte de renda imprescindível para a manutenção do sustento familiar, perpetuação de muitas culturas e identidades tradicionais.

No contexto Amazônico onde existem diversas sociedades que utilizam a pesca como fonte de renda, é necessário entender o universo complexo que a envolve. De um lado, a utilização de técnicas modernas que transformaram a pesca num mecanismo de crescimento econômico voltado para a indústria. Por outro lado, percebe-se a grande variedade de comunidades que mantêm essa atividade dentro de padrões tradicionais com a utilização de procedimentos artesanais para a

detecção de cardumes, a construção de instrumentos de pesca e nas estratégias utilizadas para a captura dos peixes (MORAES, 2007).

No nordeste paraense é notória a presença da pesca artesanal. Muitas comunidades, apesar dos avanços percebidos no setor pesqueiro referente à pesca industrial, sobrevivem desse tipo de pesca e fazem desta, seu modo de identificação sociocultural, não apenas pelo valor econômico atribuído, mas, principalmente pelo caráter simbólico e tradicional que a pesca representa (FURTADO, 1993).

Nesse contexto se encontra a comunidade de Segredinho que se destaca na ênfase dada à pesca artesanal e todos os condicionantes que lhe são atribuídos, pois a comunidade mantém a atividade pesqueira através do seu modo de vida como fundamental para sua sobrevivência e mais que isso, tem perpetuado aspectos culturais e simbólicos atribuídos à pesca como elemento mantenedor da identidade da comunidade.

Visto dessa forma, o ato de pescar vai além de extrair,

[...] um verbo que à primeira vista, para aqueles que não compreendem a sistemática da vida de populações pesqueiras pode remeter à singular compreensão de capturar peixes; certamente expressa, para aqueles que vivem e atuam na pesca, um conjunto de relações de domínios variados como a classificação, ordenação e diferenciação das espécies capturadas e dos instrumentos utilizados (MORAES, 2005, p. 36).

Esse pensamento sobre a atividade da pesca que vai além do simples ato de extrair e capturar peixes se assemelha com a configuração dada pelos moradores da comunidade de Segredinho, dado seu valor tradicional e social impregnado na vida da população.

Além desses elementos converge também a diversidade de culturas voltadas para a pesca como meio de produção e sobrevivência familiar. Mas é nas comunidades tradicionais, as quais realizam a pesca artesanal que estão estabelecidas relações familiares que configuram ou negam a participação de seus membros na ampliação e legitimação da renda (MALDONADO, 1986).

A pesca artesanal tem sido ainda hoje responsável por grande parte da produção pesqueira nacional. Na Amazônia principalmente, pelo fato da formação das comunidades estar diretamente relacionada aos modos de vida tradicionais dos primeiros habitantes locais.

A presença ainda hoje de embarcações como a canoa e a jangada, as redes tecidas com fibras vegetais, algumas armadilhas para a captura do pescado e a cestaria empregada nas pescarias atuais, com maior ou menor transformação, revelam a herança deixada pelas diversas nações indígenas na cultura da pesca brasileira (CARDOSO, 2001; p. 89).

Tais atributos são consolidados na comunidade de Segredinho por estar historicamente ligada às raízes indígenas no contexto de sua formação sociocultural, pois, seus moradores vivenciam no cotidiano os costumes herdados das primeiras gerações de descendentes diretos de indígenas. Isto está implícito não só com a presença da pesca artesanal mas também no nome da comunidade, nas crenças desenvolvidas ainda hoje e no simbolismo próprio designado ao ambiente onde é desenvolvida a pesca.

Um conceito que define o caráter artesanal da pesca é descrito por Maldonado (1986) sendo tal definição semelhante com a realidade apresentada e vivida na comunidade de Segredinho.

A pesca se caracteriza pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção, produzindo com grupos de trabalhos formados por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício entre as tripulações e os mestres dos botes (MALDONADO, 1986, p. 15).

A pesca artesanal evidenciada em Segredinho é realizada com instrumentos construídos pelas próprias pescadoras e com a produção voltada para o consumo familiar, envolve na atividade os membros da família como agentes da produção e não mantém nenhuma relação direta de emprego referente ao desempenho da atividade. Assemelhando-se com outra característica fundamental atribuída a pesca artesanal, como “atividade caracterizada pela pequena produção ou produção de subsistência” (DIEGUES, 2004, p. 108).

Na comunidade de Segredinho, assim como o homem, a mulher tem participação ativa na atividade da pesca e sua ação constitui parte do sustento familiar. Diante disso, com uma produção de subsistência, muitas vezes as necessidades econômicas se acentuam, em virtude da falta de recursos suficientes para a manutenção dos membros da família. Dificuldades atribuídas, algumas vezes, devido à pesca estar diretamente relacionada a fatores ambientais que em determinados períodos inviabilizam a realização da atividade.

Considerando que a pesca artesanal mantém uma relação direta com a natureza, seus condicionantes muitas vezes são imprevisíveis. Viver da pesca implica, com efeito, “adaptar-se a um meio ambiente instável, sujeito à ação de inúmeros fatores naturais que influenciam sobre a presença das espécies, favorecendo ou mesmo impossibilitando sair pra pescar” (MANESCHY, 1994, p. 37). Por conta disso, é muito comum que aliada à pesca artesanal esteja o trabalho com

a terra, a agricultura a fim de suprir as necessidades básicas alimentares, evidenciando que,

em muitas regiões, o pescador artesanal é um pequeno produtor que combina várias atividades tais como a agricultura, o extrativismo, a pesca, o artesanato etc. É em geral, uma forma de minimizar os riscos a aproveitar os períodos de entressafra. (DIEGUES, 2004, p. 67)

Dessa forma, a pesca de Segredinho com a dificuldade apresentada no período da entressafra aliada à diminuição dos recursos naturais retirados do lago, leva as pescadoras a desempenham outras atividades a fim de suprir suas necessidades mais imediatas.

Especificando outra definição da pesca artesanal, segundo Furtado (1993), são consideradas pescadoras polivalentes, por desempenharem um conjunto de atividades. Uma vez que com a extração desmedida ocorrida nos últimos anos, alguns espaços marinhos e aquáticos tornaram-se insuficientes para a manutenção e sobrevivência do grupo familiar. Para isto sua sobrevivência depende:

de uma multiplicidade de atividades, configuram o que tenho chamado de *pescadores polivalentes*. Adaptaram-se às condições da sazonalidade nas quais estão envolvidas todas as atividades por eles praticadas, tais como a pesca de subsistência e comercial, a coleta de produtos silvestres, a agricultura de roçados, o cultivo da junta e alguma caça. (FURTADO, 1997, p. 340)

É comum observar na comunidade o envolvimento dos moradores em várias atividades, principalmente das mulheres, atores sociais da pesquisa, que se dividem em várias tarefas. Além da pesca, cuidam da casa e dos filhos, realizam os trabalhos da roça, cuidam de pequenos comércios e hortas caseiras entre outras ações.

Fotografia 3 - Pescadora AC fazendo farinha para o consumo familiar



Fonte: Rocha (2010).

Com relação às múltiplas atividades desenvolvidas, as pescadoras relatam:

Aqui a gente se vira como pode. Quando a pesca tá ruim, vou fazer farinha pra nosso uso, trabalho com a agricultura de diarista, vendo frutas e até vou caçar. O que não posso é passar fome com a minha família e nem deixar só na 'costa' do marido (pescadora AC).

Quando não vou pescar, costuro pra fora, tenho horta em casa que vendo cheiro verde, cebolinha, coentro, cariru e couve. Além de às vezes ir caçar pra arrumar o do almoço (pescadora C).

Além dos depoimentos acima, exemplifico aqui, a pescadora R que seu cotidiano se assemelha muito com o conceito de polivalente. Além de pescar com frequência, divide seu tempo entre cuidar de um pequeno comércio de produtos alimentícios básicos que tem em sua casa, realiza trabalho de cabeleireira e manicure, cuida dos afazeres domésticos e faz sob encomendas objetos de tricô e crochê. Mas apesar da variedade de trabalho realizado, que considera importante para complementação de sua renda, tem a pesca como a mais prazerosa e gratificante. Diz ela:

Quando não venho pescar adoeço, pra mim esse trabalho compensa todo cansaço (Pescadora R).

Outro elemento importante na definição do conceito de pesca artesanal é que essa atividade está diretamente ligada ao tipo de comunidade que a realiza.

Aliada à pesca artesanal está o modo de vida, atrelado as ações que direcionam a vida da população. Portanto, o uso frequente do termo comunidade para se referir ao grupo em que o trabalho fora realizado é baseado na definição conforme o pensamento de Heller (2000, p. 70).

é uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispoendo de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o individuo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de se “estar lançado” nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do individuo já desenvolvido.

No caso de Segredinho, embora a comunidade tenha sido organizada a partir dos laços de parentescos, hoje o crescimento da população se deve ao fato das características naturais associadas ao lugar e a existência do lago enquanto ponto de referência produtivo para os moradores. Esse modelo de comunidade é muito presente no contexto amazônico, além das relações de parentesco, as comunidades se formam dentro de unidades grupais que compartilham dos mesmos anseios e necessidades.

A pesca artesanal é uma atividade que a família utiliza como unidade de produção. A organização social e cultural dos moradores liga-se ao modo como compreendem e desenvolvem a atividade pesqueira. Além disso,

a pesca artesanal envolve uma diversidade de modalidades de técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, formas de organização da produção e distribuição dos rendimentos. Sua definição não deve apenas estar atrelada à questão do instrumental tecnológico empregado nas capturas e sim nas formas de organização social das pescarias (CARDOSO, 1996, p. 41).

O entendimento reservado à pesca artesanal, esclarece que as definições conceituais não se dão apenas no âmbito físico e técnico da atividade, mas esta, por sua vez, é um conjunto diferenciado de habilidades, saberes e experiências que culminam para os modos de vida e de produção. Considerando ainda, os aspectos culturais e tradicionais impregnados no desenvolvimento da atividade enquanto instrumento de manutenção e socialização de diferentes culturas.

Os conceitos apresentados sobre a pesca artesanal e a relação existente entre as comunidades que realizam esse tipo de pescaria, convergem com os modos de produção e o modo de vida percebido na comunidade onde o trabalho foi desenvolvido, talvez pelo fato de tratar-se de uma comunidade que se estabeleceu a partir do lago e que mantém viva a tradição de reproduzir-se através dos laços culturais e econômicos efetivados com a pesca.

3.2 AS SINGULARES DA PESCA ARTESANAL

3.2.1 Aspectos simbólicos da pesca

Embora se reconheça que a pesca artesanal está envolvida num universo amplo e variado de características que estão intrinsecamente voltadas a sua realização e seu modo singular de consolidação enquanto atividade socioeconômica, encontramos na comunidade de Segredinho um elemento diferenciado no que concerne ao aspecto cultural do ambiente aquático onde é desenvolvida a pesca. Trata-se da questão simbólica presente no cotidiano de todas as pescadoras que, sobretudo, acreditam no caráter místico que envolve o Lago do Segredo. Na concepção de Balandier, (1997, p. 101) “todas as sociedades da tradição imprimem fortemente sobre os lugares conhecidos as significações construídas por seu imaginário, seus sistemas simbólicos e suas práticas rituais”.

A questão simbólica presente constitui um conjunto de saberes e crenças que personalizam além da pesca os próprios indivíduos ligados a ela e é um elemento tão importante quanto os demais que compõem o universo da pesca pois está presente nas vivências das comunidades tradicionais e fazem parte do universo da pesca nos diferentes ambientes em que esta é realizada.

Em Segredinho a pesca artesanal é desenvolvida no lago que fica às proximidades da comunidade. Lugar envolvido em muitas histórias que alimenta a identidade da comunidade, pois os mitos servem para manter viva a tradição e influenciam fortemente o imaginário coletivo.

Segundo Diegues (2004), entre os vários aspectos que constituem o particularismo do povo que pesca sobressai os aspectos simbólicos, mágicos e rituais de que se reverte, em muitas culturas ribeirinhas a relação do homem com a natureza. Esses aspectos simbólicos variam de cultura para cultura. Quer sejam apresentados em mar, rios, lagos e etc. São rituais que encontram significados nas tradições, nos saberes e na manutenção de crenças que servem para conciliar o homem a natureza.

A história da origem do Lago do Segredo que os moradores acreditam ter sido descoberto por um índio que morava na vila e que guardou o segredo usando os recursos naturais do lago para si, faz parte ainda hoje do universo cultural da comunidade de Segredinho. Esse fato alimenta muitas histórias contadas na

comunidade e personifica muitas situações que envolvem o imaginário dos moradores.

Para Farias (2006), o simbolismo do mito, transmitido de geração em geração, é considerado verdadeiro e autêntico dentro de um determinado grupo. Cada relato acerca da origem de determinados fenômenos e instituições, formula uma explicação, seja de ordem natural e social ou dos aspectos da condição humana.

Esse pensamento converge com a percepção dos moradores e a explicação utilizada por eles para justificar suas crenças e a existência do lago. Todas as pescadoras entrevistadas acreditam no poder sobrenatural do índio e na proteção dada aos recursos do lago. Pois, “sejam quais forem os sistemas de interpretação, os mitos ajudam a perceber uma dimensão da realidade humana e trazem à tona a função simbolizadora da imaginação” (FARIAS, 2006, p. 41).

As histórias contadas e ditas vivenciadas pelas pescadoras personificam os mitos e utilizam da imaginação para tornar as crenças reais e perpétuas através das gerações. No depoimento a seguir, a pescadora diz já ter visto o índio através de uma cobra grande em uma de suas pescarias solitárias, de acordo com sua história descrita:

Um dia estava pescando sozinha, de repente vi um grande redemoinho e uma cabeça enorme de cobra que levantou para fora da água. Senti um grande arrepio e na mesma hora falei: Ó pai velho, deixa eu pescar não me faça mal. Na mesma hora o redemoinho se formou, as águas se agitaram e ele sumiu. Não fiquei com medo porque sabia que era o índio querendo me assustar ou brincar comigo. Terminei minha pescaria e voltei para casa (pescadora G).

Na história contada pela pescadora, o índio se apresentou como uma cobra grande, mas essa aparição pode variar, alguns o descrevem como um pássaro, outros como um vento. Mas todos confirmam a presença do índio no lago. Mas sem nenhuma intenção punitiva para os moradores, apenas como uma espécie de guardião do lugar. De acordo com Farias (2006, p. 43) “as idéias, os mitos e os deuses são uma produção humana que ao mesmo tempo produz o humano e sua história em sociedade”.

Na comunidade de Segredinho é comum ouvir-se as narrativas mitológicas como explicação para fatos e situações ocorridas na comunidade. Algo comum, para o contexto amazônico que possui uma diversidade de saberes que são introduzidos na cultura local como parte da tradição, pois

as pessoas vêem seus deuses, convivem com seus mitos, personificam suas idéias e as coisas que admiram. Procuram explicar o que não conhecem descobrindo o mundo pelo estranhamento, alimentando o desejo de conhecer e desvendar o sentido das coisas em redor. (LÉVI-STRAUSS et al., 1977 apud FARIAS, 2006, p. 45).

A tradição se faz presente no universo simbólico das comunidades, através da socialização e da transmissão dos valores e saberes mitológicos. E também pela tradição são elaborados novos conhecimentos que geram novas idéias e valores que farão parte da mesma herança. Essa assertiva tem sido confirmada na comunidade de Segredinho, onde os mais idosos ensinam os mais jovens a respeitar e acreditar nas histórias, sendo fundamental para a manutenção de todos esses conhecimentos. Confirmam as pescadoras:

Eu acredito nas histórias, porque cresci ouvindo minha mãe contar. Com essas coisas não se brinca, é melhor a gente aceitar e respeitar (pescadora C).

Vê eu nunca vi, mas acredito. Deve realmente ter alguma coisa espiritual nesse lago. (pescadora R)

A crença nos elementos mitológicos não necessita de comprovação, nem de conhecimento empírico. É algo que faz parte do universo cultural e não é contestado, mas concretizado no pensamento de cada um, de acordo com seu imaginário e na valorização dos conhecimentos dos mais idosos.

A força do mito está também presente na apropriação dos espaços simbólicos como parte da vida dos moradores. Segundo Diegues (2004) a posse social do espaço implica não somente relações com o meio ambiente e com a sociedade, mas também em conexões simbólicas com o mundo não-material.

Os moradores da comunidade de Segredinho acreditam que o lago lhes pertence, pelo respeito a suas crenças e seus mitos e pela importância que os moradores dão a ele. O processo material do ambiente que sofre essas representações simbólicas são fundamentais como parte material e imaterial de reprodução sociocultural (GODELIER, 1981).

Corroborando com esse pensamento, a moradora narra uma ocasião em que 'o índio' demonstrou desafeto pela invasão de seu território, impondo mudança de atitude e poder naquilo que ele havia determinado posse. Demonstra o depoimento:

Perto da festividade de São Pedro, pedi ao prefeito que mandasse abrir a estrada que dá acesso ao lago para facilitar o trajeto da procissão. Quando as máquinas chegaram e foram pra lá todas atolaram feio, não tinha que fizesse elas saírem do atoleiro. Chamaram outras máquinas para desatolar

e nada conseguiram. Então eu lembrei que só podia ser o índio que estava fazendo isso porque ninguém tinha pedido autorização pra ele. Então fui pro meu quintal, acendi uma vela e roguei a ele pedindo que liberasse a estrada porque era por um motivo importante. Poucas horas depois chegou a notícia que as máquinas tinham desatolado com a maior facilidade. Então agradei muito ao índio porque sabia que era ele que não queria deixar as máquinas trabalharem. (Moradora RA)

Essa e outras histórias enriquecem contexto da comunidade e são contadas com muita seriedade e com muito respeito. Moraes (2005) comenta que os mitos são parte de sua teia de conhecimentos que são construídas, condensadas e metamorfoseadas no meio das populações.

Além de fatos contados e vividos pelos moradores, os mitos ganham veracidade através de rituais que são realizados como parte do universo simbólico. Para as pescadoras, torna-se fundamental antes de cada pescaria fazer uma petição ou oferecer alguma coisa para que o índio do lago propicie uma boa pescaria. Afirmam abaixo:

Quando chego ao lago peço ao pai índio uma boa pescaria e na volta deixo uma cigarro de agradecimento (Pescadora J).

Quando vou pescar converso com o índio e peço uma boa pescaria e ele sempre me atendeu (Pescadora L).

Digo ao índio: estou passando deixa eu pescar você já me conhece, depois ti dou uma pinga (Pescadora R).

O processo de produção na pesca tradicional incorpora elementos simbólicos que atuam não sobre a natureza, mas sobre as forças sobrenaturais que garantem uma pesca proveitosa e, por vezes, castigam os pescadores demasiadamente ambiciosos (DIEGUES, 2004).

O pressuposto descrito acima é perceptível na comunidade que pesca em sua maioria apenas para seu consumo, para suprir suas necessidades mais preliminares de alimento. Como se o contrário, ou seja, a pesca utilizada de forma comercial trouxesse algum castigo e conseqüentemente a escassez mais acelerada dos recursos do lago. Há pescadoras que dizem não gostar de vender, preferem deixar apenas para a alimentação familiar. Para esse fato não encontram nenhuma justificativa, apenas não gostar de vender, diz a pescadora:

Sempre pesquei, mas nunca gostei de vender, mesmo quando o peixe sobrava, prefiro guardar para os outros dias. Só pesco para meu consumo (Pescadora D).

Essa constatação é percebida na comunidade de Segredinho efetivando o pensamento nos elementos sobrenaturais que para as pescadoras estão presentes

no lago. Talvez a justificativa para isso seja uma concepção de vida que ainda não tenha uma efetiva influencia capitalista, mas que se mantém na visão de utilização dos recursos naturais para a sobrevivência e não para o comércio ou ainda no pensamento da pescadora o peixe extraído só para o consumo não prejudica o ecossistema do lago.

Segundo Furtado (1993) há uma parcimônia no manejo de espaços aquáticos quanto a épocas, quantidades e em certos horários. À medida que as pescadoras acreditam que espíritos ou encantarias das águas podem favorecê-los ou prejudicá-los, automaticamente a sua ação oscila entre o intervir mais e o intervir menos sobre os recursos naturais.

A preservação do ambiente aquático e dos recursos naturais tem sido a preocupação das pescadoras de Segredinho em virtude da importância que o lago tem para a comunidade, em todos os seus aspectos sociais, econômicos e culturais. E as crenças simbólicas têm contribuído para que a preservação seja efetivada como parte necessária da sobrevivência dos conhecimentos para as futuras gerações.

3.2.2 Os saberes da Tradição

A importância do conhecimento produzido e transmitido oralmente pelos pescadores artesanais e seu papel no desenvolvimento das comunidades ribeirinhas que dependem e sobrevivem da pesca merecem consideração, uma vez que é empírico e prático adquirido a partir da experiência, fazendo da pesca além de uma atividade econômica a oportunidade para a perpetuação de ensinamentos e saberes repassados de geração a geração.

O reconhecimento dos saberes da tradição está presente atualmente como importante contribuição à pesquisa, ao entendimento de modos de vida, à informação sobre as espécies naturais e manejo e gestão de recursos pesqueiros, pois, segundo Almeida (2010, p. 48):

As populações rurais e tradicionais, ao longo de suas histórias, têm desenvolvido e sistematizado saberes diversos que lhes permitem responder aos problemas de ordem material e utilitário, tanto quanto têm construído um rico *corpus* da compreensão simbólica e mística dos fenômenos do mundo.

Esses saberes têm suas raízes na tradição e, durante o exercício constante da ação sobre determinados fatos e fenômenos que se dão principalmente pela relação de troca entre seus membros, essa tem sido a condição primeira de transmissão e manutenção dos conhecimentos na comunidade de Segredinho. Pois, a relação de troca e o convívio estabelecido entre as pescadoras mais velhas e as mais novas, objetiva perpetuar os ensinamentos e ressignificá-los diante da realidade que está posta.

Entendem-se aqui os saberes tradicionais como:

um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades e saber-fazer transmitidos oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida (DIEGUES, 2004, p. 196).

Para as pescadoras de Segredinho, colocar-se em situação de aprendizagem desde a infância, construiu a base dos saberes exercidos na atualidade. O convívio com pais, irmãos ou maridos, envolveu-as na atividade de forma preliminar e única, sendo que as primeiras lições foram adquiridas observando e muitas vezes colaborando com os serviços pesqueiros realizados no lago, o que favoreceu o envolvimento com a pesca e a ter pela atividade um sentimento especial que se confunde com a necessidade econômica.

A pescadora de 82 anos, a mais antiga entrevistada, diz que pesca desde os 09 anos de idade.

Já ia com meus irmãos mais velhos, vendo eles pescar fui aprendendo. Hoje não preciso, sou aposentada, mas não vivo sem pescar.

Tal resposta ressalta a idéia que para a prática da pesca o conhecimento prático é superior e envolve um conjunto de saberes transmitidos de geração para geração. Isso é muito evidente em segredinho. Enfatizado por Diegues (2004), se aprende com os mais velhos e com a própria experiência. O domínio do saber-fazer é que forma o cerne da profissão do pescador, e esse saber-fazer se configura no 'mestre' depositário dos segredos das águas.

A Comunidade de Segredinho possui algumas pescadoras mais antigas que são mestres na arte de pescar e sempre estão no centro das pescarias. Muitas vezes até instigam as mais novas a irem para o lago pescar. Trata-se da Pescadora L de 82 anos de idade, Pescadora J de 72 anos, Pescadora N de 70 anos, Pescadora G de 69 anos. Todas são referências na comunidade em se tratando da pesca. De certa forma, são consideradas mestras para as mais novas. Possuem um

saber acumulado que as tornam depositárias e conselheiras das pescarias. As mais experientes são considerados ‘senhoras do conhecimento’. São elas que detêm os ensinamentos preliminares que irão introduzir os mais novos na profissão. A elas todo respeito e toda gratidão é dada numa relação diferenciada entre seus iguais.

Fotografia 4 - Pescadora J uma das mais experientes, ainda em atividade no Lago



Fonte: Rocha (2010).

Essa assertiva advoga o pensamento de Almeida (2010, p. 63) que “nenhuma cultura se edifica sem a base, o solo e a argamassa do passado”. O conhecimento tradicional aprendido ao longo das experiências de vida tem contribuído para solidificar muitas culturas que estão distante da cultura científica. Geralmente, o conhecimento tradicional é guardado pelos mais velhos da comunidade, detentores de tantas experiências e tantos saberes e muitas vezes considerados os ‘mestres’ ou segundo Almeida (2010, p. 66).

No caso de Segredinho, as pescadoras mais experientes são chamadas de “veteranas da pesca”, porque dominam técnicas, instrumentos e saberes que as diferenciam da nova geração. Essas veteranas são uma espécie de conselheiras e líderes da atividade. Antes de irem para o lago, geralmente as mais novas se aconselham quanto ao tempo, às estações, os instrumentos, os locais mais propícios para a pesca, numa verdadeira aula de conhecimento e experiência. Dessa forma, seu conhecimento é respeitado assim como suas histórias de vida.

As pescadoras mais jovens, além do saber adquirido com as mais velhas, acreditam estar a atividade impregnada na cultura e na alma dos moradores pois em dado momento a pesca se confunde com a vida das pescadoras como um elemento que as identifica e delas fazem parte. Alega a pescadora R:

[...] aqui temos a pesca no sangue, desde quando nascemos já sabemos pescar.

Esse fato, não diminui o conhecimento adquirido, pelo contrário, afirma a importância da tradição da pesca, como algo inerente a sua identidade. Talvez essa afirmação esteja relacionada aos aspectos culturais adquiridos com os seus antepassados, os indígenas.

Diante de afirmações como estas, entende-se que a pesca situa-se na comunidade com um conjunto de elementos; sociais, econômicos e culturais, que estão intrinsecamente relacionados e conectados pelo conhecimento tradicional.

O saber tradicional favorece o total domínio de conhecimento para a efetivação da atividade pesqueira. Segundo Diegues (1983, p. 193) “os pescadores possuem controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pescar”. Isso os diferencia de outras formas de sobrevivência, o controle dos meios de produção que é dominado pelo fato de muitas comunidades viverem basicamente da pesca. Ou seja, a vivência diária e o exercício permanente da profissão colocam-nos em condição favorável à aprendizagem. Idéia referendada a seguir:

[...] quanto mais ajustado é o pescador ao seu ambiente, mais condições cognitivas tem ele para desvendar e se apropriar da natureza. É por aí que ele tem acesso objetivo ao conhecimento das relações existentes entre sua atividade e as faunas aquáticas e terrestres; a flora; os ventos e os marés; as nuvens e a chuva, e assim por diante, cujos sinais são decodificados com sabedoria (FURTADO, 1993, p. 206).

Nesse sentido, cabe a assertiva de que a vivência permanente no ambiente de trabalho facilita o conhecimento referente aos instrumentos de pesca, à escolha do local apropriado, às espécies de peixes e o controle das canoas. Conhecimentos esses que facilitam e ao mesmo tempo concretizam o total domínio das pescadoras à profissão. Domínio este adquirido pela experiência através da qual resulta na sapiência para dar o tempo destinado à reprodução, embora isso comprometa a sobrevivência de famílias que dependem unicamente da pesca. De acordo com os depoimentos o tempo dado à recomposição da natureza é a base dos saberes da tradição vinculada ao respeito pela natureza.

Trata-se de uma junção coerente entre a convivência, a percepção e aprendizagem extraídas com a experiência que, por sua vez, recria outras formas de saberes sobre a atividade, conforme observa Moraes (2005, p. 82): “O convívio e a observação do meio ambiente do qual os pescadores interagem são elementos de uma teia de conhecimentos que cresce a partir da condensação de novos conhecimentos”. No depoimento de uma das pescadoras, AC, pode ser observado um exemplo prático a respeito dessa afirmação do autor citado acima.

Aqui a gente aprende também em contato com a pesca e o lago. Enquanto pescamos olhamos a natureza, as águas e até os peixes. Aproveitamos para passar a vista no lugar, fazer uma comparação, sentir o cheiro do lago e dos peixes. Isso facilita pra nós a pesca, pois quanto mais vimos pra cá mais aprendemos as coisas (pescadora AC).

A pescadora está se referindo aos diversos conhecimentos adquiridos através da observação do comportamento da natureza que são concretizados na prática freqüente da pesca, na busca incessante e obstinada pelo entendimento do que acontece a sua volta e o que influencia sua atividade.

Alguns conhecimentos adquiridos com a percepção da natureza são enfatizados, como: a classificação dos peixes entre peixes do dia e peixes da noite, o crescimento ou a diminuição das águas, o comportamento dos peixes frente aos instrumentos de pesca, as fases da lua e etc. As pescadoras sabem, por exemplo, que em noites de lua cheia não é bom para pescar, o peixe vê a linha e o anzol e foge porque está claro. Nesse período a pesca fica fraca, alegam elas.

Essa afirmação, que se baseia na observação, converge com a conclusão de Smith (1979 apud MORAES, 2005), em trabalhos realizados com pescadores, nos quais enfatiza que as melhores ocasiões para pescar são, portanto as noites sem lua, ou bem nubladas, em canais de água parada e decantada e em lagos e matas de várzea durante a enchente. Em conversa com as pescadoras elas apontam a necessidade de conhecer essas especificidades sobre o ambiente para que não sofram perdas na pesca. E esta seja de fato uma atividade produtiva.

Os conhecimentos são adquiridos de forma espontânea, sem um rigor ou uma obrigatoriedade, mas no cotidiano e na prática de sua reprodução econômica e na construção de sua cultura. De acordo com D’ambrosio (2002, p. 22):

O cotidiano está impregnado dos saberes e fazeres próprios da cultura. A todo instante, os indivíduos estão comparando, classificando, quantificando, medindo, explicando, generalizando, inferindo e, de algum modo, avaliando, usando os instrumentos materiais e intelectuais que são próprios à sua cultura.

Por meio da vivência as pescadoras sabem também o tipo de instrumento pesqueiro que podem usar no inverno e no verão. Isso depende da espécie dos peixes. No verão é muito farto e propício a qualquer tipo de pescaria. Já no inverno com a enchente do lago o peixe fica mais escasso.

Apresenta-se a seguir a descrição dos tipos mais comuns de pescarias realizadas na comunidade. Entendidas como o resultado do acúmulo de saberes e da perpetuação de técnicas que foram abstraídas com a experiência e a tradição.

As pescarias mais comuns são realizadas com caniço. De acordo com Moraes (2005), o caniço é um instrumento muito utilizado para fisgar. A tecnologia é simples e de fácil acesso: Prepara-se um caniço com cerca de dois metros de comprimento, utilizando-se galhos de caniceira (*Duguetia Sp. anonaceae*), uma árvore indicada por sua flexibilidade e resistência. Com o bambu (*Dendrocalamus giganteus*) no meio da haste, amarra-se uma linha clara de mono filamento de náilon, o qual se estende até a extremidade fina do caniço, onde é novamente amarrado. Da ponta do caniço, alinha percorre cerca de 1,75 metros antes de receber um pedaço de chumbo de aproximadamente 50g. A aproximadamente 10 cm abaixo deste peso, o pescador amarra um pequeno anzol nº 8 ou 9. Dessa forma, em poucos minutos o caniço está pronto. A principal isca utilizada é a minhoca (*Oligoqueta*), sendo que o mesmo caniço pode ser utilizado em várias pescarias, às vezes substituindo apenas o anzol quando este sofre algum dano durante as pescarias.

Fotografia 5 - Pescadora R, preparando a isca no caniço



Fonte: Rocha (2010).

Feito o caniço, as pescadoras retiram as minhocas de áreas úmidas onde é mais fácil seu crescimento e reprodução e iscam o anzol. Durante a pesca ficam na canoa segurando o caniço, parte da linha com o anzol dentro do lago e a outra parte levantada para fora da canoa. Quando sente a vara do caniço tremer é porque o peixe mordeu a isca, então de forma rápida, puxa-se a linha a fim de retirar o peixe que ficou preso ao anzol. Todo este processo requer técnica e muita habilidade. Do contrário, o peixe pode fugir ou comer a isca e não se prender.

O conhecimento e a experiência são fundamentais desde a escolha da vara certa, até a amarração da linha e a posição colocada do caniço em contato com a água. Tudo requer uma série de saberes, aprendidos com a prática cotidiana. Como é descrito pela pescadora N:

Primeiro é necessário tirar as minhocas, não serve qualquer minhoca, tem ser das mais duras, porque as moles desmancham se ficar muito tempo na água. Depois preparar os caniços, ver as varas, o anzol e a linha se estão em bom estado. A pesca com caniço pode ser realizada de dia ou de noite. Mas à noite é mais produtivo devido a sombra, de dia o sol queima e o calor é intenso. E aí é só esperar o peixe. Você não tem idéia da sensação quando pegamos o peixe.

Fotografia 6 - Pescadora G, realizando a pesca de caniço



Fonte: Rocha (2010).

Esse tipo de pescaria é praticado tanto de dia quanto de noite pelas pescadoras de Segredinho. Mas, como é uma pescaria que demanda tempo e muita paciência, elas preferem ir pescar à noite, que não tem sol e elas podem ficar mais tempo no lago. Os peixes mais comuns atraídos por esta pescaria são: acará (*Geophagus surinamensis*), jandiá (*Leiarius marmoratus*), piaba (*Moenkhausia barbourni*), anujá (*Trachycorystes galeatus*) e aracu (*Leporinus friderici*). Peixes pequenos, que vivem na superfície dos lagos e em meio a folhagem próxima as bordas do lago.

Além da pesca de caniço, é realizada ainda a pesca de rede. Segundo Cardoso (1996), as redes podem ser subdivididas em: redes de fundo – que são aquelas de espera, lançadas nas águas em um dia para serem visitadas e recolhidas no dia seguinte e a rede boiada, também de espera, se caracteriza pela pouca profundidade que conseqüentemente, captura espécie de hábitos próximos à superfície. Esta segunda é o tipo de rede utilizada na pesca realizada pelas mulheres de Segredinho.

Fotografia 7 - Rede de pesca estendida no Lago



Fonte: Rocha (2010).

Trata-se de um instrumento feito de fio plástico (náilon) no qual o tamanho da malha e a espessura do fio são os elementos que definem o tipo de peixes que serão capturados. São colocadas da superfície para o fundo, onde são amarrados pedaços de chumbo para que permaneça fixa e imóvel, é estendida verticalmente e chega a se estender de uma extremidade a outra do lago. Os peixes ficam emaranhados nela. Com a rede, são capturadas espécies de peixes como: jacundá (*Crenicichla lenticulata*), jandiá (*Leiarius marmoratus*), traíra (*Hoplias malabaricus*), praticamente os mesmos extraídos com o caniços devido o ambiente e os hábitos dos peixes serem semelhantes.

É comum também entre as mulheres a pesca denominada de caiamanga pela comunidade. Esta pesca é discutida por Moraes (2005), como a pesca do cerco, realizada em regiões do sudeste e no estado do Rio Grande do Norte esta técnica de captura é conhecida como a pesca de “bater a buia”. Esta pesca é praticada de dia ou de noite, de preferência em noites sem lua. As pescadoras cercam de um lado com as canoas e do outro com a rede, uma determinada área identificada como a casa dos cardumes, entre a vegetação próxima às margens, com pouca profundidade. Feito o cerco, entra-se na água batendo com as mãos ou com outros objetos como a cuia ou o remo, para fazer barulho na água, direcionando os peixes para a armadilha. Sem ter saída, os peixes emalham-se na rede ou na lama, e se tornam presas fáceis. Esta pescaria é realizada às margens do lago onde os peixes

procuram abrigo e alimentação. As vezes os peixes são recolhidos com a mão pelas pescadoras devido a área estar em um espaço considerado raso.

Fotografia 8 - Pesca denominada Caiamanga



Fonte: Rocha (2010).

Este tipo de pescaria envolve o trabalho coletivo e é realizado tanto pelas mulheres como os homens, às vezes até juntos. Mas, sem competição ou rivalidades. As tarefas são divididas de forma igualitária sem considerar as características de cada gênero. O resultado da pescaria é dividido entre os participantes da pesca e varia de acordo com o tempo e com as variações sazonais.

Outro tipo de pesca realizado com frequência na comunidade é a pesca de linha. Também parecida com a descrição da pesca de espinhel, definida por Moraes (2001). Trata-se de um instrumento confeccionado por elas, composto de uma vara de caranã (*Maurittiola armata*) de mais ou menos 60 a 80 centímetros de comprimento, essa madeira é usada pela leveza e porque não afunda na água. No meio da vara é amarrada uma linha de algodão grossa, com um metro de comprimento e na ponta um anzol de nº 10 com a isca viva fígada, nesse caso usa-se o acará (*Geophagus surinamensis*), pescado anteriormente por esta espécie suportar mais tempo vivo e ficar movimentando-se, atraindo assim os peixes maiores.

Fotografia 9 - Pescadora R, preparando a linha com a isca



Fonte: Rocha (2010).

Feito essa preparação, colocam-se as linhas em pontos estratégicos às margens do lago e entre a vegetação. As linhas são deixadas por horas ou mesmo de um dia para o outro. Geralmente são colocadas à tarde e recolhidas nas primeiras horas do dia.

Nesse tipo de pesca, é interessante perceber o conhecimento utilizado com relação aos pontos para fixar e esconder a linha. Tem que ter experiência para saber onde está concentrado o cardume e onde possivelmente o peixe será atraído para a isca sem ver o anzol. Geralmente a linha é colocada entre as folhagens, não pode ser em área descoberta e limpa, com uma distancia que varia pela diferença do ambiente e pelo ponto escolhido como mais propício para a captura. Esse saber também precisa contar com o companheirismo e a solidariedade das colegas de pesca, pois o lago é grande e uma não pode prejudicar a pesca da outra. As linhas ficam por cima das folhagens e o anzol submerso, ficando na superfície apenas as varas flutuando.

Os tipos de peixes atraídos por esse tipo de pesca são: sarapó (*Gymnotus carapo*), traíra (*Hoplias malabaricus*), jacundá (*Crenicichla lenticulata*) e anujá (*Trachycorystes galeatus*).

Fotografia 10 - Pescadora R, com o resultado da pesca de linha



Fonte: Rocha (2010).

Este tipo de pesca requer mais o conhecimento das 'veteranas', pois elas possuem o conhecimento mais apurado sobre o *habitat* dos peixes, onde se localizam os cardumes. Desenvolvem ainda, estratégias de marcação da área do lago que facilita o reconhecimento dos pontos onde as linhas foram colocadas. Numa dessas pescarias, a pescadora retratou:

Não tenho muita experiência com este tipo de pesca, é bom a gente vir com as veteranas, elas sabem direitinho o local onde dá mais peixe. Ainda estou aprendendo, mais já sei marcar o lugar e não perder minha linha, voltar e recolher de volta (Pescadora R).

Neste tipo de pesca o mais importante é a experiência, quanto mais, melhor para sabermos exatamente onde o peixe está localizado e não perdermos nossa pescaria (Pescadora AC).

Esses discursos comprovam o quanto o conhecimento das pescadoras mais experientes é importante para o desenvolvimento da atividade. Quando se observam todas essas formas de pescarias, percebe-se que as pescadoras desenvolveram um longo aprendizado, num processo de socialização que iniciou na infância, que as torna trabalhadoras altamente qualificadas.

Segundo Moraes (2005) a produção do conhecimento se dá em distintos lugares, de formas variadas e com sistemas próprios de concepção. A pesca é um universo que apresenta um espaço frutífero e altamente rico em conhecimentos específicos de leitura do mundo.

Em todas essas pescarias as mulheres demonstram total domínio e esses conhecimentos permitem que as pescadoras se multipliquem através da ação, na qual experimentam, contrastam, atualizam e aprendem novos saberes, que vão servir para confirmar ou modificar alguma crença, possibilitando um contínuo aprendizado.

A troca de experiência nessa ação é perceptível, os menos experientes perguntam para as mais experientes se aprovam os pontos escolhidos para fixar a linha, se está na hora de recolher, se o tempo vai favorecer a pesca etc. É uma atividade que não requer competição nem rivalidade, e sim ajuda mútua. Os conhecimentos tradicionais adquiridos são compartilhados constantemente entre as pescadoras.

As idas para o lago se dão de forma coletiva, ou seja, geralmente se organizam em grupo, talvez pela distância percorrida entre o lago e a comunidade, aproximadamente 3 km. Durante as pescarias, demonstram força, habilidade e coragem, permanecendo no lago por toda noite. Quando chegam ao lago, cada pescadora pega sua canoa e faz sua pescaria solitária. É mais um aprendizado adquirido com a experiência, explicado pela pescadora:

Gosto de ficar sozinha na canoa, porque com alguém a gente conversa e espanta o peixe, tem que ter silêncio se não o peixe não vem (Pescadora C).

Essa é uma prática comum que se justifica pela concentração que a pesca requer e pelo entendimento de que o barulho atrapalha a pescaria. Porém, o silêncio é quebrado no porto, no retorno da pesca, onde é feita uma verdadeira confraternização entre as pescadoras. Nesse momento é só alegria, independente da produção. Comentam as pescadoras:

Nessa hora a gente se solta, brinca umas com as outras, ri e se diverte criamos um mundo só nosso (Pescadora M).

Aqui não tem lugar para mau humor, se alguém não gostar a gente joga na água (Pescadora R).

Esses momentos retratam também, que as pescadoras fazem da pesca uma atividade prazerosa. São companheiras na alegria e na gozação feita entre elas com

aquelas que cometeram alguns deslizos ou viraram a canoa, por falta de habilidade. Importante ressaltar que no lago as pescadoras se consideram todas iguais independente da idade e do grau de parentesco. Não se limitam as convenções sociais e nem permitem que pessoas estranhas quebrem sua rotina ou o respeito para com elas.

A relação estabelecida e mantida entre as pescadoras contribui também para enfrentar algumas dificuldades advindas com a pesca que, por esta ser desenvolvida em um ambiente aquático, apresenta algumas hostilidades, pois,

na pesca artesanal os pescadores estão expostos a riscos de diversas naturezas, associados a atividade bem diversificadas que dependem do tipo de ecossistemas em que atuam (mar, estuário, lago, rio ou mangue) e dos apetrechos utilizados (anzol, espinhel, rede, tarrafa, armadilhas, curral) e da espécie de sua captura (peixes, mariscos e crustáceos) (FURTADO, 1987, p. 55).

Todavia, a necessidade de sobrevivência coloca as pescadoras diante das dificuldades de forma direta e imprevisível. Pois o ambiente de trabalho insular faz com que as mesmas exerçam coragem e frieza frente às intempéries do tempo. Aliado a esses requisitos está o fato de as pescadoras artesanais estarem lidando com a natureza. Dessa forma, não tem como prever de forma acertada o que encontrarão na pesca, mas contam com os conhecimentos tradicionais dos mais antigos para se prevenirem de possíveis embaraços além da experiência adquirida com o contato com a natureza habilita-os a um conhecimento informal que contribui para sua permanência na pesca.

Segundo as pescadoras precisam de muita coragem para pescar, mas já se habituaram ao ambiente embora alguns perigos possam lhes surpreender. Relatam algumas dificuldades:

Tenho medo de cobra, aqui já mataram algumas bem grandes, tem também jacaré, mas ninguém se livra do perigo (Pescadora A).

Um dia sem saber matei uma cobra, a bicha era das grandes, depois que vi o que tinha feito foi que fiquei com medo (Pescadora N).

Percebe-se diante das falas que o perigo está sempre presente na atividade, por se tratar de um ambiente natural hostil e imprevisível. Mas, para as pescadoras em qualquer atividade estariam expostas ao perigo. Isso demonstra ser esta dificuldade apenas mais um elemento que faz parte do universo da pesca, sendo superado através do saber cotidiano adquirido com a prática constante da atividade.

Além do conhecimento tradicional desenvolvido através das práticas pesqueiras realizadas pelas mulheres outro elemento tem se firmado na comunidade como instrumento de manutenção da cultura e da tradição. Trata-se da manifestação popular realizada pelos moradores no dia 29 de junho, como parte da valorização dos saberes local e da afirmação da pesca enquanto atividade produtiva.

Fotografia 11 - Procissão no lago do Segredo em comemoração ao dia de São Pedro



Fonte: Rocha (2010).

A festividade de São Pedro – santo considerado como padroeiro dos pescadores – é realizada no Brasil no dia 29 de junho, por todas as comunidades ligadas à pesca. Segredinho vem tentando se inserir nessa tradição, realizando na comunidade uma manifestação voltada a essa comemoração, é uma forma de inserir-se nessa comemoração como parte da tradição da pesca e para mostrar para outras comunidades do município de Capanema que a atividade está presente em Segredinho.

A manifestação foi realizada pelo segundo ano e foi uma iniciativa das pescadoras e pescadores a fim de inserir-se no contexto dessa tradição. A programação compõe-se de uma parte religiosa com a missa em ação de graças e a procissão que transcorre todo o lago, com cantorias, canoas enfeitadas e rezas. E a parte social, que envolve uma festa dançante. Praticamente a organização deste evento é feita pelas mulheres, que participam em número maior que os homens.

Portanto, ao que se percebe a comunidade de Segredinho tem mantido as definições conceituais e as singularidades apresentadas sobre a pesca artesanal de forma permanente e contundente, haja vista o significado e a importância dessa atividade na comunidade que vai além da necessidade econômica, mas configura-se no modo de vida da população através de suas tradições, crenças e simbologias, elementos presentes no seu universo sociocultural.

4 REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM COMUNIDADES PESQUEIRAS

4.1 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E MODOS DE VIDA NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

Em se tratando de pesca artesanal, os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais apresentam-se tão imbricados nas suas relações que possivelmente não será fácil tratar desses elementos sem relacioná-los. No que concernem as questões produtivas é necessário lembrar que esse processo é fruto da composição entre os elementos que se interligam.

Tratar das questões econômicas é pensar no conjunto de fatores que contribuem para a efetivação dos modos de vida e para a manutenção da atividade. É pensar também, no tipo de atividade pesqueira desenvolvida pelas comunidades que por sua vez está condicionado aos tipos de recursos a serem explorados. E ainda, entender que o trabalho feminino nas comunidades pesqueiras está diretamente ligado ao tipo de organização econômica como parte fundamental para o desenvolvimento desta atividade.

Diante disso, a pesca apresenta diferentes formas de organização que tem sido determinantes no desenvolvimento das sociedades. Diegues (2004) assim define: pesca de subsistência, pesca realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil que se subdivide em pescadores-lavradores e pescadores artesanais e, pesca empresarial capitalista.

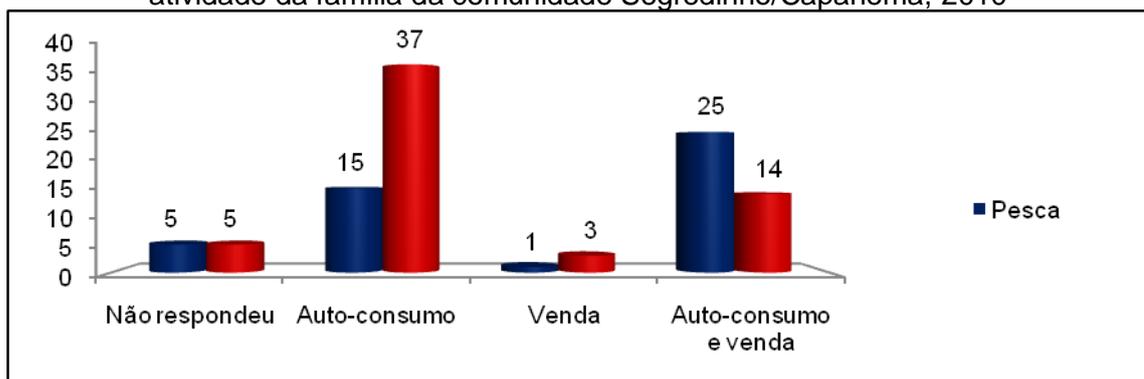
No contexto desse trabalho, será enfatizada a pesca do tipo de subsistência enquanto forma de produção visualizada no contexto do nordeste paraense, precisamente na comunidade de Segredinho. Apresentando as características que envolvem esse modo de produção e a relevância social dessa organização para o modo de vida dos moradores.

A pesca de subsistência encontra-se presente em pequenos povoados amazônicos, principalmente os que residem próximos a áreas ribeirinhas, em consequência das situações sazonais as quais estão expostas. As pessoas desses povoados desenvolvem a pesca como uma das atividades fundamentais de sobrevivência aliada a outros trabalhos ligados a caça e a pequena lavoura também de subsistência. Essa diversificação é feita com o objetivo de reduzir riscos e de se

adaptar à sazonalidade da disponibilidade de recursos e às flutuações cíclicas dos estoques (MALDONADO, 1993) o excedente da produção é reduzido e o produto final do trabalho é destinado apenas ao consumo, tendo na mão de obra familiar a primeira e mais importante contribuição.

As características descritas sobre a pesca de subsistência ganham relevância dentro do contexto da comunidade de Segredinho, por apresentar como característica fundamental o caráter não comercial apresentado pela atividade, ou seja, a produção está voltada para o consumo familiar. Esse fator se dá pela pequena produção extraída do lago em função das questões ambientais oriundas da extinção dos recursos naturais. De acordo com o gráfico abaixo podemos constatar de forma acentuada essa característica na comunidade de Segredinho.

Gráfico 3 - Quantidade de entrevistados que comercializam o peixe versus principal atividade da família da comunidade Segredinho/Capanema, 2010



Fonte: Moraes (2008).

O trabalho na pesca tem se configurado de acordo com o gráfico 3, apenas para o autoconsumo. Fato evidente também no trabalho com a agricultura. A produção voltada para o comércio é demasiada pequena. Esta forma de organização econômica é determinante para o entendimento de outros elementos organizativos dentro da comunidade. Fato que se explica devido,

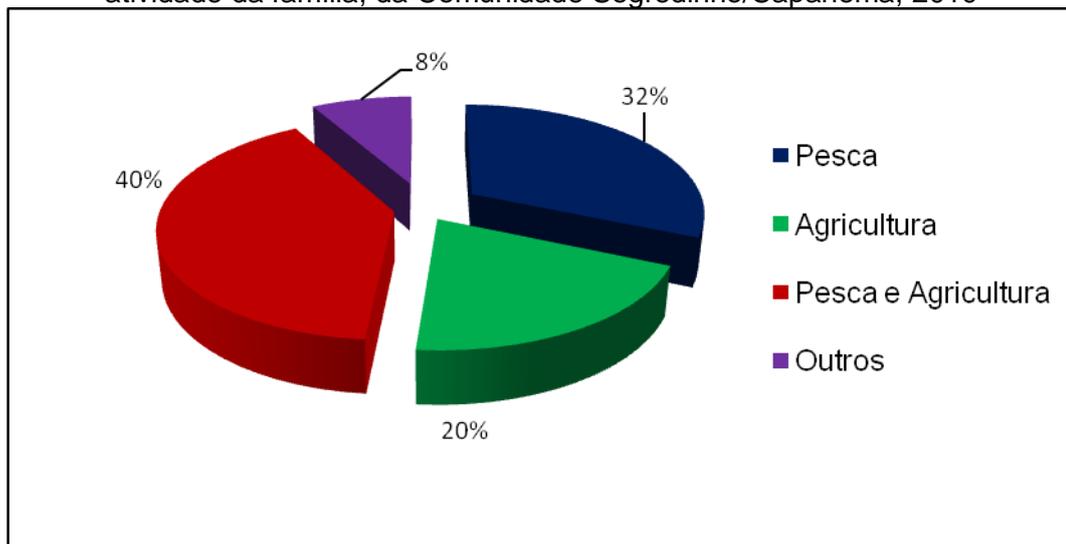
as formas distintas de organização social da produção que existem num determinado espaço são consideradas manifestações concretas de modos de produção, que se encontram combinadas; e cuja articulação e existência histórica são apreendidas pelo conceito de formação social (DIEGUES, 2004, p. 137).

Essa assertiva explica que as questões econômicas e os modos de produção são importantes para o estabelecimento das condições necessárias ao desenvolvimento social e seus condicionantes.

Diante disso, pode-se constatar a realidade social vivida pela comunidade em virtude de sua organização produtiva no que diz respeito às carências e privações sofridas em determinados momentos, direcionando assim a manutenção familiar para atividades complementares voltadas a pesca e a agricultura.

De acordo com o gráfico abaixo, percebe-se que aliado à pesca está o trabalho com a agricultura como as duas principais fontes de sobrevivência.

Gráfico 4 - Percentual de entrevistados que tem a pesca como a principal atividade da família, da Comunidade Segredinho/Capanema, 2010



Fonte: Moraes (2008).

Percebe-se assim, através do gráfico 4, que a atividade econômica voltada para a subsistência necessita de outras atividades que aliadas respondam pela manutenção familiar. No caso da comunidade de Segredinho, tem-se na agricultura uma atividade integrada à produção local. De acordo com depoimentos das pescadoras, é como se as duas atividades se completassem, uma vez que possuem algumas semelhanças com relação a seu caráter cíclico. Ambas não possuem caráter contínuo, dependem da sazonalidade e são desenvolvidas em períodos distintos. Diz a pescadora:

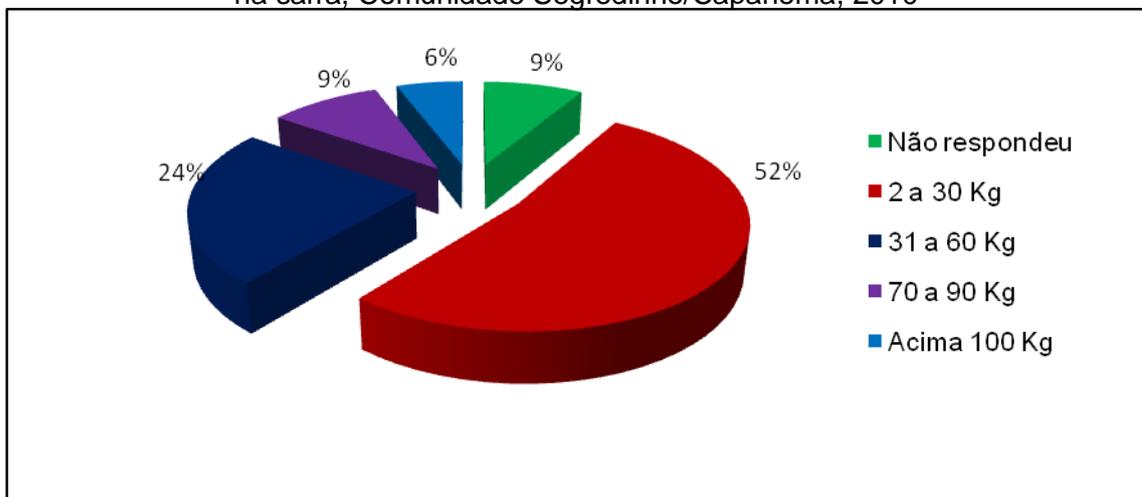
quando o peixe começa a escassear, é hora de ir pra roça, plantar maniva pra fazer farinha, fazer diária para preparar a terra para plantar feijão. A gente recorre à agricultura para sobreviver (Pescadora A).

Esse fato se traduz, segundo Diegues (2004), em determinar a identidade das diversas formas pelas quais se organiza a produção pesqueira e também reconhecer que elas passam a existir a partir das condições naturais específicas, marcadas por processos denominados 'forças produtivas da natureza'.

Esse tem sido outro elemento contundente para o desenvolvimento da pesca na comunidade de Segredinho. As questões ambientais têm sido determinantes para o tipo de produção centrado na subsistência. O fato de a atividade pesqueira estar ligada aos elementos naturais (depende da natureza para os peixes se reproduzirem e a família se manter) tem ocasionado alguns problemas como: direcionamento dos modos de produção para outras atividades, a diminuição da produção, e a escassez de recursos.

Tais problemas são evidenciados no gráfico 5 que representa a quantidade de peixes capturados por mês no período considerado como a safra.

Gráfico 5 - Percentual de entrevistados e a quantidade de peixes capturados por mês na safra, Comunidade Segredinho/Capanema, 2010



Fonte: Moraes (2008).

Verifica-se através do gráfico 5 que a média capturada por família corresponde a 2 a 30 Kg por mês. Considerando a necessidade diária de alimentação, conclui-se que esta produção está insuficiente para a manutenção familiar. Tendo ainda como agravante o fato de ser na safra, considerado pelas pescadoras como melhor período para capturar os peixes. Isso evidencia que mesmo para a subsistência os moradores de Segredinho têm enfrentado problemas para a manutenção da pesca. Fato relatado pela pescadora:

Tem dia que vou pescar e não trago nada. Outros que trago um, dois quilos, aí fico feliz porque livra pelo menos o da 'bóia', mesmo assim não deixo de pescar (Pescadora C).

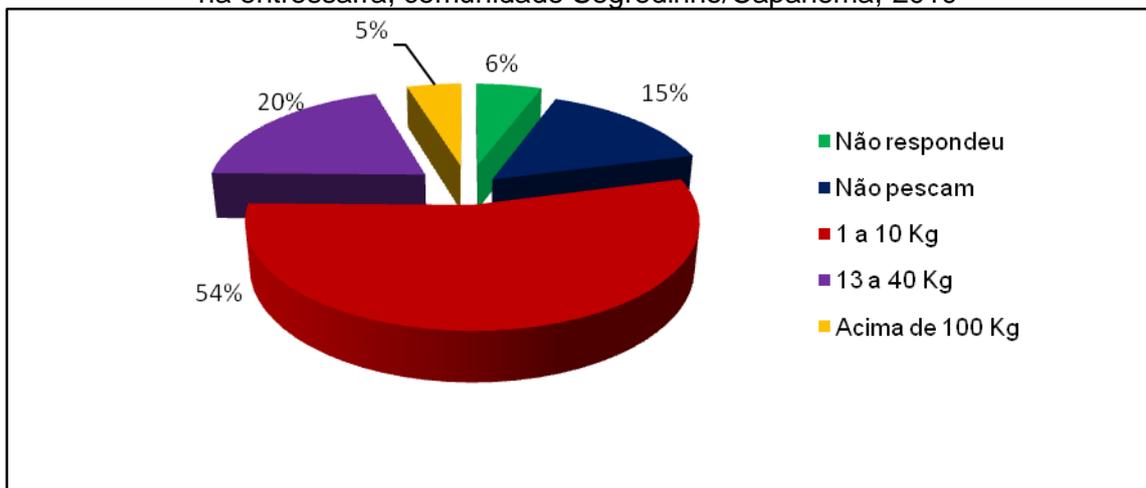
Esse fato tem relevância por se tratar de uma atividade produtiva que visa o sustento familiar, o relato apresenta uma preocupação e ao mesmo tempo uma constatação de que a pesca de subsistência ainda tem garantido o alimento, mesmo

que de forma precária. Apesar disso, as pescadoras não desconsideram a importância e o valor dado a atividade. As dificuldades oriundas desse tipo de organização apontam a necessidade de buscar alternativas econômicas para manter o grupo familiar, e evidencia a necessidade de envolver em atividades produtivas todos os membros da família.

Esse fato torna-se mais acentuado durante o período da entressafra quando a queda na produção é ainda mais evidente em virtude das variações naturais e ambientais como: o crescimento das águas no lago dispersa e dificulta a pesca durante o inverno, o período de defeso das espécies e o aumento das chuvas dificulta o acesso e a permanência no lago. Todos esses fatores contribuem para, na entressafra, serem utilizadas outras atividades econômicas para manter o grupo familiar.

De acordo com o gráfico 6, 54% das famílias que pescam quantificam uma produção entre 1 a 10 Kg por mês na entressafra, conclui-se que esse total não seja suficiente para a manutenção familiar diária. Reafirmando que a utilização desse tipo de organização econômica pelas comunidades gera muitas vezes pobreza e carências alimentares em virtude da dependência dos recursos naturais.

Gráfico 6 - Percentual de entrevistados e a quantidade de peixes capturados por mês na entressafra, comunidade Segredinho/Capanema, 2010



Fonte: Moraes (2008).

Na comunidade de Segredinho a produção econômica baseada nessa forma de organização vem apresentando um déficit em relação às necessidades da comunidade. Percebe-se que o número de usuários do lago tem aumentado e junto a isso cresce também a dependência aos recursos pesqueiros, diminuindo a produção local tanto na entressafra como na safra. Por tudo isso, nos últimos anos é

perceptível na comunidade alguns problemas sociais como a pobreza, desemprego e marginalização.

Essas questões estão quase sempre atreladas à forma de organização da produção, que mesmo sendo de subsistência tem grande importância no setor econômico, quando esta é pensada e desenvolvida dentro do modelo de gestão dos recursos naturais que a utiliza de forma ordenada, gerando outras alternativas de sobrevivência baseadas na preservação das espécies e na manutenção da atividade.

A pesca de subsistência, mesmo sendo de pequeno porte, é muito importante em termos de captura e em termos de números de pessoas que dependem da atividade. Em 2008 de acordo com a Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura (SEPAQ), 35% das famílias do nordeste paraense que vivem às margens dos rios sobrevivem com a pesca de subsistência. Isso significa que um terço da produção do estado é voltado para a esse tipo de organização. Sem dúvida tem sua importância dentro do estado e do país.

Dessa forma, é fundamental a definição de políticas tanto para o desenvolvimento como para a gestão dos recursos, considerando esse segmento da pesca e a quantidade de comunidades que ainda dependem dessa forma de organização econômica. É necessário ampliar essas discussões e inserir nesse debate todos os segmentos e todos os agentes sociais – homens e mulheres – que têm grande participação nos dados econômicos e principalmente, seu trabalho é fundamental para a manutenção da vida e das comunidades que fazem parte.

4.2 GÊNERO E IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Ao tratar sobre pesca, mais especificamente sobre pesca artesanal, faz-se necessário enfatizar o papel do gênero feminino nessa atividade. Conforme dito anteriormente, a pesca tem na formação familiar sua primeira e mais importante unidade de produção. O trabalho feminino é fundamental em muitas comunidades para a realização e manutenção da pesca enquanto instrumento de desenvolvimento socioeconômico. A fotografia 12 ilustra a participação das mulheres no processo de relação trabalho e gênero.

Além da importância social, econômica e cultural o gênero feminino sempre esteve presente e contribuiu com o processo de desenvolvimento, quer seja em

grandes sociedades ou mesmo em pequenas comunidades. É o caso da comunidade de Segredinho, onde as mulheres estão diretamente envolvidas na realização da pesca.

Fotografia 12 - Mulheres no meio da noite saindo para pescar



Fonte: Rocha (2011).

Considerando gênero, o seu desenvolvimento social dentro do contexto amazônico, é importante situar algumas questões que estão diretamente relacionadas ao papel social e econômico que o gênero feminino vem desenvolvendo ao longo da história. É dentro da divisão social do trabalho estabelecida entre as atividades realizadas por homens e mulheres, que apresentam características demasiadamente diferentes e separadas (SIMONIAN, 2008).

Porém, o termo gênero enfatizado nesta pesquisa diz respeito a construção social historicamente desenvolvida, segundo “as concepções da relação homem-mulher e na interação destes atores com o ambiente” (SIMONIAN, 2008, p. 334). Quando o resultado da relação homem/mulher configura elementos condizentes com a produção social e econômica. É estabelecida então, uma disparidade de valores e saberes que diferenciam o trabalho de ambos.

A divisão social do trabalho configurou-se ao longo dos tempos como um entrave ao desenvolvimento do gênero feminino nos setores econômicos, em suas

diferentes atividades desenvolvidas. A classificação da mulher enquanto doméstica ou aquela que deveria cuidar dos afazeres e dos filhos em casa, permeou durante muito tempo na sociedade que se constituiu desde os primórdios dentro do modelo patriarcal, principalmente quando se trata de questões econômicas. Cria-se ainda, algumas relações que podem concretizar a diferença de papéis estabelecidos entre os gêneros, sendo que,

Um dos elementos mais importantes de relações de gênero é o modo que eles solidificam hierarquias e relações de poder em uma sociedade, por vários meios de, em uma mão, opressão (violência, discriminação, marginalização) e, na outra, privilégio (preferência, favores, poder sobre os outros) (WORTMANN, 1992, p. 55).

Em muitas comunidades o trabalho feminino ainda possui caráter complementar e as mulheres são consideradas “figurantes e/ou ajudantes”. (SIMONIAN, 2001), principalmente quando se tratam de atividades em que são exigidas características reservadas ao gênero masculino como força e coragem. É estabelecida então a divisão social do trabalho separando os sujeitos envolvidos em mais ou menos capazes. “Existe uma exaltação dos papéis [sic] exercidos pelos homens em detrimento do papel exercido pela mulher na sociedade, este último considerado como menos importante” (WORTMANN, 1992, p. 44).

No que concerne à pesca, embora tenha sido envolvida com a atividade desde sempre, à mulher fora designado o papel complementar e de ‘ajuda’ ao trabalho masculino. Sua participação na pesca se dava em trabalhos desenvolvidos na terra, como atividades de; preparar os instrumentos, consertar as redes de pesca, limpar o pescado e comercializar isto é, trabalhos de colaboração ao do homem. Segundo Woortmann (1992), esse caráter complementar dado ao trabalho feminino, implica na dificuldade de explicitação ‘nativa’ de uma identidade feminina de pescadora.

Na pesca a Identidade da mulher é muitas vezes construída através da diferença imposta nos trabalhos realizados. “A oposição entre os espaços terra/mar corresponde à oposição entre mulher/homem a qual se refere à divisão sexual do trabalho.” (WOORTMANN, 1992, p. 32). O homem desempenha atividades ligadas ao mar e a captura dos peixes, enquanto que a mulher fica em terra, realizando as atividades complementares e de caráter doméstico, efetivando assim as diferenças sexuais estabelecidas nas relações de trabalho.

Porém, em muitas comunidades esta realidade tende a apresentar algumas mudanças. E o que era trabalho indireto passa a ter a mesma conotação e importância dentro da cultura de pesca em que as mulheres estão inseridas. Isso vem se configurando nos últimos anos, graças a estudos acadêmicos ligados a Sociologia e Antropologia. (CASTRO, 1999; LIMA, 2003; MANESCHY, 1997, 1995; MOTTA MAUÉS, 1977; WOORTMANN, 1992)

Esses estudos apontam que as mulheres desempenham inúmeras funções e são polivalentes, mas o não reconhecimento das várias atividades como sendo produtivas inviabilizam seu valor enquanto participantes ativas. (LIMA, 2003)

O reconhecimento do trabalho feminino na pesca, como agentes produtivas tem se configurado dentro de um contexto social marcado pelas relações de trabalho estabelecidas entre os gêneros. E concretiza o preconceito e a marginalização com que muitas mulheres trabalhadoras são tratadas. Com relação à pesca, esta se firmou como uma atividade eminentemente masculina, por uma série de ideologias que tem legitimado o papel masculino como superior ao da mulher.

Segundo Lima (2003 apud GÓES, 2008, p. 76), o fato

de não se reconhecer as atividades realizadas pelas mulheres nas comunidades pesqueiras sejam por estarem designadas à esfera reprodutiva, logo, desvalorizadas, seja por estarem na esfera produtiva, associadas à idéia de complementaridade, constitui o argumento da invisibilidade do trabalho feminino no setor pesqueiro.

Por outro lado, o reconhecimento do trabalho feminino na pesca, assim como em outra atividade, requer a percepção de que a mulher é agente produtiva tanto quanto o homem e, sua inserção social e econômica deve partir desse entendimento. Com esse pensamento, na Amazônia, o papel da mulher em diversas atividades (pesca, agricultura, pecuária, extração e etc.) vem ganhando evidência através de movimentos sociais que têm tornado visível o valor do seu trabalho. Mudanças ocorridas nas últimas décadas no contexto global produziram uma maior 'visibilidade' às atividades femininas, tanto em termos ambientais como socioeconômicos políticos e culturais. (FURTADO, 1987 apud SIMONIAN, 2008, p. 337).

Woortmann (1992) salienta que na variedade da atividade, na cooperação entre os homens e mulheres e no ponto de vista das mulheres, a bipolaridade se decompõe e se relativiza. Muitas comunidades vêm superando a dicotomia existente entre as tarefas masculinas e femininas. O fato é que as dificuldades econômicas

impostas e as carências financeiras têm apontado para um modelo de comunidade que necessita do trabalho feminino no sustento familiar de forma mais acentuada e participativa.

As dificuldades econômicas têm inserido a mulher no universo da pesca de forma direta e participativa na comunidade de Segredinho, pois, de acordo com o gráfico da renda familiar abaixo, é perceptível a carência financeira vivenciada na comunidade.

Gráfico 7 - Quantidade de entrevistados e a renda familiar da comunidade Segredinho/Capanema, 2010



Fonte: Moraes (2008).

Como se observa, a renda mensal da maioria das famílias não chega a um salário mínimo, por isso, buscam na pesca artesanal uma alternativa de sobrevivência. As privações financeiras acometidas às famílias levaram as mulheres a se responsabilizarem também pela subsistência do grupo familiar, que em muitos casos, acabaram por reproduzir um modelo econômico imposto, mas em outros casos, por formar uma consciência de que não existe a distinção entre trabalho de homem e trabalho de mulher. Como mostram os depoimentos:

Se os homens gostam ou não de ver a gente pescar eu não sei, não é só homem que come, mulher também come, por isso precisa trabalhar (Pescadora N).

O homem vai pra roça, a mulher pro lago, às vezes se inverte, mas todos ajudam (Pescadora M.).

Na concepção das pescadoras, homens e mulheres têm o dever de contribuir com a renda familiar, independente do tipo de atividades que venham a realizar. Esse fato se justifica pelas necessidades financeiras compartilhadas por ambos, fazendo-os se tornarem responsáveis pela família.

Entretanto, quando se trata da superação das relações de gênero em atividades ligadas diretamente com o meio ambiente, existe na atualidade a percepção de que o trabalho feminino vem contribuindo para a preservação de espécies e para a manutenção de ecossistemas ligados ao desenvolvimento de suas atividades. Nesse contexto advindo com o debate ambiental apresentado no século atual a associação ao papel da mulher aos processos de desenvolvimento e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais. Salienta-se que:

Suas práticas têm sido apontadas por estarem fundadas em um saber sobre a floresta e sobre as riquezas provenientes da fauna e da flora, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos, do saber cuidar da vida, da saúde e da existência cultural do grupo. (CASTRO, 1999 apud SIMONIAN, 2001; p.19).

Esse saber difere em suas atividades e estabelece uma estreita relação com os elementos naturais, estando presentes na pesca, na agricultura, na extração vegetal, e demais ações realizadas pelas mulheres, portanto, as concepções de gêneros se diferenciam, na relação exercida com a natureza, elevando o papel social da mulher no cuidado de si e do meio ambiente que ela utiliza como meio de produção. Pois, “expressam uma profunda consciência da necessidade de garantir a renovação desses recursos, sendo esta uma condição básica para a reprodução física e cultural da família” (ALENCAR, 1997; p. 87).

Esse fato vem contribuindo para a valorização do papel da mulher na esfera produtiva e como superação dos espaços antes definidos através do gênero e suas características peculiares.

4.3 A MULHER NA PESCA E A “INVISIBILIDADE” PROFISSIONAL

A relação estabelecida entre os gêneros configura-se principalmente no exercício de atividades que estabelece interação entre o homem e a natureza, o social e o econômico. Dessa forma, a pesca artesanal constitui-se como uma atividade que tende a confirmar e/ou negar a presença da mulher na superação das diferenças existentes entre os gêneros, por esta atividade envolver inúmeras situações que ultrapassam o ambiente em que é realizada a pesca.

Segundo Maldonado (1993) tradicionalmente as mulheres têm sido excluídas da pesca de mar alto, sendo largamente conhecidos os mitos existentes sobre a sua presença nas embarcações a até mesmo o perigo do contato com o

instrumental de trabalho dos homens. Esse mito permeou por muito tempo em muitas culturas e contribuiu para negar a presença feminina na pesca. Embora a mulher estivesse ligada diretamente à pesca, mesmo em águas interiores permanecia oculto seu trabalho por estas “atividades ocorrerem dentro de um espaço temporal cíclico, que é o da reprodução, e se opõem ao tempo linear da produção, que é o tempo masculino” (FURTADO, 1993; p. 46).

A atividade da pesca, quando realizada pela mulher, além da ideologia perpassada de não ser considerada uma atividade produtiva, enfrentava outros problemas relacionados a seu ciclo permanente de transformação que impossibilitava a mulher de acompanhá-lo devido sua formação biológica. A mulher passa por mudanças físicas que impossibilita o desempenho de algumas atividades, dentre estas a pesca, sendo um dos elementos que efetiva as diferenças entre os gêneros.

A crença mantida em muitas culturas de que a presença da mulher nas águas continentais e interiores ou mesmo próximas aos instrumentos de pesca como, redes, anzóis e embarcações traziam “mau agouro”³ as pescarias. É desmistificado entre as pescadoras de Segredinho que apresentam o envolvimento com a pesca mesmo em determinados períodos específicos de seu ciclo de vida como a menstruação, o puerpério e a gravidez.

A vontade de pescar motivava as pescadoras a vivenciarem situações que iam de encontro com alguns mitos que envolvem a proibição da mulher na pesca em determinados períodos da vida. Veja no relato abaixo:

Quando eu ficava ‘doente’ escondia da mamãe para eu não ficar sem pescar e quando eu tava gestante ia só para reparar os instrumentos, mas não me afastava completamente da pesca. E tudo acontecia normalmente.
(Pescadora L)

Esse depoimento concretiza o pensamento de que a separação de funções fora estabelecida pela visão preconceituosa da sociedade, no que concerne à pesca, era permitido à mulher realizar os trabalhos em terra, confirmando a ideologia da divisão sexual do trabalho que perpassou por muitos anos em diversas comunidades.

“Assim, homens e mulheres, no que se refere ao campo de trabalho, são percebidos numa perspectiva diametralmente oposta” (ALENCAR, 1993, p. 48). De

³ Crença popular existente em algumas comunidades para determinar sentimentos negativos sobre determinadas situações.

um lado a presença masculina como provedor da família dotado de força e coragem para enfrentar os perigos, de outro lado a mulher cuja formação social e cultural lhe impõe afazeres domésticos de cuidar da casa e dos filhos, sem jamais possuir meios físicos e emocionais para lidar com tarefas de caráter masculino.

Diferente desta abordagem, na comunidade de Segredinho é perceptível o envolvimento e a execução da pesca pelas mulheres sem, contudo, possuir um caráter complementar. As mulheres pescam e são responsáveis diretas por todo processo; constroem os instrumentos, separam e pegam as iscas, organizam seus petrechos e vão efetivar a pesca sem dividir essas atividades com os homens. Confirma a pescadora:

No dia que vou pro lago, me preparo desde cedo, arrumo os caniços, pego as minhocas, conserto os anzóis e vou pescar. Aqui quase todas as mulheres pescam (Pescadora AM).

Em oposição ao depoimento acima em algumas sociedades pesqueiras que apontam o papel da mulher situado no espaço da terra, encarregada da reprodução, da geração da vida e, assim como a terra, ambas são vistas enquanto parte da natureza, com suas temporalidades cíclicas. O depoimento pontua o trabalho da mulher na pesca e confirma que a pesca em Segredinho possui caráter direto e relevante na vida da comunidade.

A realidade vivenciada na comunidade de Segredinho diferencia-se das outras localidades onde a divisão sexual do trabalho tem contribuído para ocultar a mulher pescadora, seu trabalho e sua participação como agente de mudança sociocultural para deixar no anonimato muitas pescadoras que contribuem de forma direta e constante para a manutenção econômica do grupo do qual pertence.

Semelhante questão iguala-se a outros preconceitos que envolvem a presença da mulher na pesca. Talvez tais problemas tenham contribuído para que as próprias mulheres se desvalorizem enquanto agentes de produção na pesca e sua atividade se torne invisível perante a sociedade.

Fotografia 13 – Mulheres no Lago pescando



Fonte: Rocha (2011).

Em algumas comunidades mesmo que as mulheres estejam ligadas a pesca, não existe reconhecimento por parte dos pescadores. Isso cria na identidade feminina uma visão parcial de sua força, de seu potencial e da importância de seu papel dentro da produção e reprodução social da comunidade.

Sendo a pesca vista como uma atividade exclusiva e pensada como de um domínio efetivamente masculino “relegam ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo” (WOORTMANN, 1992, p.42).

As pescadoras de Segredinho não escondem seu talento e o gosto pela pesca até reconhecem que seu trabalho é importante na manutenção familiar, mas não atribuem essa atividade como uma profissão por não ter instrumentos legais que as amparem enquanto profissionais da pesca. Dizem as pescadoras:

Sei que pesco, faço isso para ajudar em casa, mas não me considero pescadora porque não ganho dinheiro com isso (Pescadora M).

Pra mim só seria considerada pescadora se esse trabalho me desse lucro ou se fosse só dele que eu sobrevivesse (Pescadora C).

Para as mulheres de Segredinho embora a pesca seja parte do seu sustento e da manutenção familiar ainda não pode ser considerada como profissão devido a

produção pesqueira ser reduzida a subsistência e, a ausência de elementos organizativos e legais que as reconheçam como profissionais.

Essa concepção reforça a necessidade do reconhecimento social que deve ser suscitada primeiramente pela identificação própria como elemento motivador para construção de mecanismos institucionais. A idéia das pescadoras está atrelada de forma evidente na ideologia de mercado que impõe ao trabalho feminino o caráter produtivo e comercial. Além de concretizar de forma silenciosa a cultura desenvolvida de que são apenas coadjuvantes na atividade, conforme postula (GÓES, 2008, p. 89):

Essa condição de ajuda, de complementar dada ao trabalho feminino se expressa na nomeação dada às mulheres, que são e se reconhecem como marisqueiras, pescadeiras, catadeiras, mulher de pescador, trabalhadeiras, rendeiras etc, raramente como pescadoras

Contrariando essa “invisibilidade”, percebe-se que a “mulher participa do processo de produção fazendo a pesca de linha, a pesca de camarão com redes, a coleta de mariscos (marisqueiras), e extração de algas” (ALENCAR, 1991, p. 119), além de outras atividades que ultrapassam o trabalho na água, como: tecer e consertar redes de pescas; beneficiar (limpar e salgar) o peixe para a venda; realizar pescarias para o consumo e a comercialização; fabricar seus próprios instrumentos (caniço, anzol, iscas etc.) Isto é, direta ou indiretamente a mulher sempre esteve ligada à pesca. Podendo dessa forma, ser considerada pescadora.

A Lei da Pesca 11.959/09 define pesca “como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009, p. 76). Essas mulheres estão diretamente lidando com a pesca e executando todas as ações ligadas a ela. Porém, a ausência de políticas públicas que dê visibilidade social ao trabalho contribui para que as mulheres mantenham-se no anonimato social e individual, Sem, contudo, se fazer reconhecer ou serem reconhecidas enquanto pescadoras.

Para Alencar (1991), a ‘invisibilidade’ histórica da mulher no espaço da produção pesqueira e a falta de informação sobre as condições de trabalho têm contribuído para que a mesma não apareça nas estatísticas oficiais da produtividade, nas políticas de financiamento da produção e planos de seguridade social.

Por essas conotações, se faz mais do que necessário inserir no debate social e econômico o papel exercido pela mulher como agente direta de produção,

conhecer de perto suas dificuldades e as estratégias que utilizam para superar os problemas diários de sobrevivência e de luta por melhores condições de vida.

Assim, o processo de organização da mulher trabalhadora na pesca tem apontado para uma nova ordem de relações de gêneros na qual, a questão do público e do privado não se restringe mais a uma oposição bipolar. (ALENCAR, 1991).

A inserção da mulher em âmbito profissional tende a alcançar maiores resultados quando esta envolver-se de fato nas lutas sociais pelo reconhecimento de seus direitos. Quando a mulher for reconhecida como cidadã e trabalhadora, superar a cultura androcêntrica e a sociedade fazer a leitura coerente do papel que ela desempenha na pesca.

Como estratégias de participação política os movimentos sociais femininos tendem a quebrar preconceitos e exigir uma mudança na maneira como a sociedade faz a leitura do papel que ela desempenha como cidadã e trabalhadora.

4.4 A PESCA FEMININA E A MANUTENÇÃO FAMILIAR

Uma das características presente nas comunidades que sobrevivem da pesca artesanal é o baixo poder aquisitivo das famílias. Geralmente são famílias que dependem primariamente da pesca e tem nesta atividade a base de sustentação alimentar. Em virtude disso, os membros da família são inseridos nas atividades econômicas de forma a contribuir diretamente na sobrevivência do grupo.

De acordo com estudos anteriores, foi nesse contexto que a presença da mulher na pesca ganhou relevância, porém a participação direta, como presença ativa e atuante, só começou a ter evidência e visibilidade a partir dos anos 90, por vários fatores:

Resultante de dificuldades econômicas do companheiro ou marido, de uma política econômica do país em registrar o profissional da pesca como reflexo de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas de vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros. (GÓES, 2008 p. 67)

Sendo assim, é perceptível em muitas comunidades que o trabalho feminino está ligado diretamente ao suporte econômico da família, enquanto instrumento de complementação da renda e da subsistência dos membros. Lima (2003) argumenta que a realização das atividades pesqueiras, bem como a de outras atividades

extradomésticas é desenvolvida pelas mulheres observando as necessidades do grupo familiar.

Essa realidade é perceptível na comunidade de Segredinho, onde a maioria da população realiza a pesca de subsistência, ou seja, retira do lago o necessário para a manutenção familiar. Quando a pesca é considerada boa pelos moradores, uma parte da produção é vendida para suprir a necessidade de outros alimentos como farinha, arroz, tomate, cebola e etc. Quando isso não acontece, utilizam-se de outros mecanismos para conseguir outros produtos necessários na alimentação. O trabalho na agricultura lhes garante ter a farinha e o feijão para os momentos em que a pesca é insuficiente para o consumo familiar. Essas necessidades impõem uma junção de tarefas realizadas por homens e mulheres. Relatam as pescadoras:

Aqui os dois têm que trabalhar – marido e mulher - se não as coisas ficam ruim (Pescadora D).

Quando volta do lago sem nada, aí tem que se virar de outro jeito (Pescadora A).

As necessidades financeiras são visíveis na comunidade. Segundo as pescadoras, as famílias que ainda vivem só da pesca passam por privações no períodos da entressafra que correspondem aos meses de janeiro a junho, época de muita chuva em que o lago fica cheio e a dificuldade para pescar aumenta.

Diante das dificuldades apresentadas nas comunidades pesqueiras, a mulher vive todos os dias muito mais que os homens, as dificuldades concretas da vida em terra (MANESCHY, 1997). Esse fato, segundo as pescadoras, as motiva a realizarem diversos trabalhos para contribuir com o sustento familiar, tendo na pesca o principal, pois tem no lago um meio mais rápido e direto de conseguir suprir as necessidades mais imediatas.

Em muitas comunidades ribeirinhas a mulher representa o esteio de grupos familiares. Enquanto força produtiva do setor pesqueiro, a mulher se utiliza de diversas estratégias para obter a renda necessária para o sustento da família, realizando um sobre-esforço de trabalho considerável (ALENCAR, 1991).

Percebe-se a veracidade dessa assertiva no cotidiano de comunidade de Segredinho. As mulheres atribuem para si também a responsabilidade diante da família e a necessidade de prover para casa os recursos necessários para manutenção dos filhos.

Tudo que eu puder fazer para ajudar em casa eu faço não posso ver as dificuldades e ficar parada (Pescadora M).

Essa concepção apresentada eleva as mulheres à condição de reinventar cotidianamente suas práticas de cuidar da vida, em situações na maior parte das vezes extremamente difíceis. Conseguem dá a atividade da pesca um elemento primordial que ultrapassa o sentido mantenedor da atividade, é o de inserir-se a ela de forma integral, como parte sua vida, de sua história. Isso se justifica segundo Maneschy (1995), por a mulher possuir uma relação orgânica com a pesca. Salientado no discurso da pescadora:

Gosto muito de pescar, quando passos dias sem vim para o lago fico inquieta, a pesca me viciou, se me proibissem de pescar eu não saberia o que fazer, talvez não obedecesse.(Pescadora J)

Em todos os discursos ouvidos, percebeu-se que além da realização da pesca enquanto elemento de sobrevivência as pescadoras demonstram ter pela atividade um sentimento especial. Talvez adquirido no decorrer da vida e na troca constante de experiências com as mais velhas na profissão, fazendo acreditar, por vezes, que a pesca em segredinho faz parte do universo cultural da comunidade, porque mesmo as pescadoras mais idosas, que recebem benefícios sociais como a aposentadoria, continuam pescando e incentivando as demais à prática, como se quisessem manter a tradição de pescar herdada de seus antepassados, como conta a pescadora:

Eu vou porque gosto de ta no lago, em contato com a natureza e pra trazer um peixe fresquinho pra comer, não preciso mais como antes, agora tenho minha aposentadoria. Mas só vou pará quando não tiver mais forças". E minhas filhas sentem a mesma coisa, parece que herdaram de mim essa vontade (Pescadora G).

Esse discurso demonstra o valor sociocultural atribuído à pesca.

Além das pescadoras estarem ligadas a atividade por questões econômicas e relações culturais, elas utilizam a atividade para construir e reconstruir sua identidade e a da comunidade.

Entretanto, diante da atribuição de valor destinada à pesca na comunidade de Segredinho, pela importância desta para manutenção dos moradores, são estabelecidas algumas relações que estão presentes na concepção das pescadoras sobre meio ambiente e preservação. Sobre estas, questões serão discorridas algumas considerações.

4.5 CONCEPÇÕES E ATITUDES AMBIENTAIS DE MULHERES NA VIVÊNCIA DA PESCA

A pesca artesanal tem sido a base de vida material e social de muitas comunidades que vivem no entorno de áreas ribeirinhas ou próximas de lagos, rios, lagoas e igarapés. Mas, diante de tantas demandas econômicas impostas por modelos capitalistas, estas comunidades vêm ameaçada toda sua tradição e história em virtude da exploração de seus recursos naturais de forma predatória, desorganizada e intensiva.

Tais problemas tem sido acirrados nos últimos anos devido à quantidade exacerbada de conhecimento que por um lado tem contribuído significativamente para a consolidação e melhoria de vida no planeta. Por outro lado, a otimização desses conhecimentos tem provocado mudanças profundas na natureza, muitas vezes impactada pela utilização de tecnologias que afetam grandemente os recursos naturais.

Há de se destacar, na atualidade, os inúmeros problemas enfrentados: vulcões, inundações, terremotos, aquecimento global, escassez de água etc. Todos relacionados à distorção na relação homem/natureza e frutos de uma já prenunciada crise ambiental, que segundo Leef (2003, p. 15) “é a crise do nosso tempo”. Sem, contudo ficar indiferente a essa situação, muitas comunidades que fazem uso das águas interiores para sobrevivência tem enfrentado dificuldades econômicas e posto em risco a sua subsistência.

Nesse contexto a Amazônia, não diferente do resto do mundo, colhe hoje inúmeros problemas sociais, culturais e econômicos que tiveram início num passado distante, mas que perpetuaram uma visão ecológica da Amazônia como o celeiro do mundo. Suas riquezas subtraídas, seu povo subjugado, seu território esfacelado por projetos de desenvolvimento que fizeram da floresta e de seus recursos fontes de exploração e de disputa no palco político e econômico.

O que dizer das comunidades amazônicas, do seu modo de vida, sua cultura e tradição, também subtraídos por outras sociedades, que na ânsia por retirar da Amazônia tudo que podiam, suprimiam as relações humanas pelo benefício financeiro que a floresta oferecia. Para os exploradores, “a região passa a ser percebida apenas como recurso, com base para a exploração e reprodução das condições materiais de existência”. (SILVA, 2008, p. 71). Essa concepção deixou

como herança para muitas comunidades, situações problemáticas que dificultam sua permanência socioeconômica.

Diante de tais elucidações, faz-se necessário, incorporar discussões e propostas que amenizem tais problemáticas. Sendo fundamental, inserir nesse discurso o trabalho feminino enquanto instrumento de equilíbrio nas relações ambientais.

A mulher amazônica sempre participou direta e indiretamente da construção da história e sempre contribuiu para o crescimento social e econômico das comunidades. Embora essa participação tenha sido ocultada por políticas desenvolvimentistas e de pouco valor social.

O trabalho feminino é inserido no debate ambiental através da associação do papel da mulher aos processos de desenvolvimento e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais, pois, segundo Castro (1999 apud SIMONIAN, 2001, p.19):

Suas práticas têm sido apontadas por estarem fundadas em um saber sobre a floresta e sobre as riquezas provenientes da fauna e da flora, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos, do saber cuidar da vida, da saúde e da existência cultural do grupo.

Esse saber difere em suas atividades e estabelece uma estreita relação com os elementos naturais, estando presentes na pesca, na agricultura, na extração vegetal, e demais ações realizadas pelas mulheres, tendo sido percebido no cuidado e na preservação da natureza, sendo que esses atributos são percebidos na relação entre o trabalho e o meio ambiente efetivados na pesca feminina na comunidade de Segredinho. Porém, diante de demandas econômicas realizadas por pessoas externas, a comunidade vem apresentando no seu cotidiano problemas ambientais muito semelhantes aos descritos por Silva (2008) anteriormente.

Na comunidade de Segredinho os moradores são unânimes em afirmar que os recursos naturais encontrados hoje no lago diferem muito daquilo que a comunidade vivenciou há alguns anos atrás e almeja para o futuro. Os problemas ambientais percebidos hoje no lago como: a diminuição do pescado, as mudanças climáticas que por sua vez modificam o ecossistema, as queimadas realizadas no entorno do lago e a poluição das águas, tem modificado o cenário natural e contribuído de forma contundente para mudanças na vida dos moradores de Segredinho.

De acordo com o depoimento das pescadoras, a comunidade se constituiu em virtude da variedade e quantidade de recursos naturais que o lago oferecia,

sendo este responsável pela manutenção alimentar da maioria das famílias, que viviam da pesca. Em suas falas, reportam-se à descrição de um ambiente rico de recursos natural e produtivo, que possibilitava a manutenção familiar de quase todos os moradores. Dizem elas:

Antigamente dava muito peixe, muitas famílias viviam só da pesca. Era tanto que a gente até vendia. Meu pai criou todos nós pescando no lago (Pescadora G).

Meu pai criou 08 filhos pescando, naquele tempo o lago era farto. Tinha pra comer e sobrava pra comprar outras coisas. Quando os pescadores chegavam no porto já tinha carro esperando a produção para ir vender em outros municípios. O movimento na beira do porto era grande (Pescadora N).

Nos depoimentos apresentados percebe-se que o lago com seus recursos era o mantenedor das famílias da comunidade. Pois, as pescadoras descrevem toda sua fartura e riqueza natural. Falam também da forma como exerciam o manejo e a extração desses recursos, pois, a necessidade de preservação do lago era determinante para a conservação da comunidade. Sendo também, a representação social do lago um elemento de consolidação da vida.

Segundo Godelier (1981) é a partir dessas representações mentais que os indivíduos agem sobre o meio ambiente em que vivem. A percepção que têm do meio ambiente natural é formada não somente de representações mais ou menos objetivas, mas igualmente de julgamentos de valor e de crenças.

Esse pensamento consolida a idéia desenvolvida na comunidade de Segredinho, onde reserva ao lago além do habitat de muitas espécies naturais, a moradia de seres místicos que simbolizam as crenças e as tradições perpetuadas na comunidade.

Os problemas vivenciados hoje na comunidade configuram um universo de incertezas e dificuldades. As previsões feitas sobre a escassez de recursos é sofrida na prática pelos moradores de Segredinho. Posto que,

hoje é generalizado o consenso de que as mudanças ambientais tendem a modificar a vida das populações que dependem efetivamente dos recursos naturais, sob pena de em pouco tempo, esses recursos e os equilíbrios ecológicos sofrerem desgastes fatais para a sobrevivência da vida na terra tal como a conhecemos (SANTOS, 2004, p. 288).

Na realidade atual, o desgaste e a escassez dos recursos já são sentidos pelas pescadoras, que em certos momentos tendem a reinventar outras formas de sobrevivência porque a pesca não assegura a manutenção familiar. Para as pescadoras que trabalham no lago e, o têm como fonte de subsistência, os dilemas

sofridos pela dificuldade de sobrevivência cotidiana, é relatado por elas como uma perda material e social da atividade. Contam elas:

Hoje saio para pescar e trago só o da bóia, as vezes só dá pra uma refeição. Por isso tenho que ir todos os dias. Quando não pego, dou um jeito, compro fiado, uso o dinheiro do bolsa família (Pescadora M).

Com a falta do peixe, tem que dá um jeito pra comer. Arrendar roça, fazer diária, capinar, trabalhar pros outros e se virar (Pescadora G).

Para essas pescadoras, a explicação da diminuição do pescado está no aumento da extração do peixe do lago. Em tempos atrás, essa extração era feita apenas pelos moradores, mas atualmente a grande quantidade de pescadores que vêm de outros municípios, a utilização de instrumentos predatórios, as queimadas nas margens do lago para retirar a vegetação e a falta de respeito ao período de desova, são fatores que contribuem significativamente para a queda de produção vivida pelos moradores da comunidade. Tal assertiva, mesmo tendo um caráter de senso comum demonstrado através do pensamento das pescadoras, apresenta coerência com o que dizem os grandes analistas ambientais. “a exploração da natureza e de estilo de consumo desmedidos conduzem ao esgotamento das reservas naturais e dos recursos não renováveis” (VIEIRA; MAIMON, 1993, p. 46).

As questões referentes ao uso indiscriminado por parte de pescadores externos têm gerado conflito na comunidade de Segredinho. Conflitos que partem principalmente da falta de gestão dos elementos naturais extraídos do lago, além do uso de outros instrumentos pesqueiros que possuem caráter devastador e predatório.

Os conflitos de território se dão segundo Furtado (1993) devido à territorialidade ser construída de modo particular, incorporando significados que diferenciam da construção da territorialidade do ponto de vista da apropriação da terra. As marcas da configuração espacial do espaço apropriado têm significados cognitivos que ultrapassam o plano puramente material.

Essa assertiva justifica a preocupação e a necessidade de preservação do lago. Pois, para os moradores, o lago representa um conjunto de elementos, sociais, econômicos e culturais. Esses elementos estão presentes na história de vida das pescadoras, no desenvolvimento da pesca e na concepção ambiental exercida no seu cotidiano. Por tudo isso atribui ao lago um valor imaterial e simbólico, como sendo responsável pela existência das pescadoras. Dessa forma definem o lago:

O lago é o pai da comunidade (Pescadoras G, N, C, R, J).

Tudo que somos devemos ao lago, ele é tudo para Segredinho (Pescadora M).

A ideia de que o lago pertence aos moradores se dá talvez pelo fato da estória do lago se confundir com a própria história da comunidade. Pois, consideram o lago como a herança cultural indígena tanto no aspecto físico de descobrimento do lago, quanto aos aspectos culturais da relação equilibrada com o meio ambiente, demonstrada pelos moradores da comunidade que enfatizam retirar do lago apenas o suficiente para se alimentar, respeitando os períodos de reprodução e a dinâmica natural do lago.

A comunidade demonstra grande preocupação com os problemas ambientais percebidos hoje porque além da dependência econômica que a comunidade mantém com o lago, a representação social deste para os moradores é um significante para a perpetuação de saberes e crenças aprendidas e desenvolvidas sejam através de seu uso econômico ou símbolo da herança de seus antepassados.

O lago funciona como elemento que justifica crenças locais, mistérios e religiosidade, divulgados e aprendidos pelos moradores. O valor místico é muito acentuado entre as mulheres que acreditam em ser o lago herança indígena que deu ao lugar todos os elementos naturais de que necessitam para sobreviver. Esta é a base da relação ambiental, apresentada pelas pescadoras:

Aqui “nós” respeita a natureza, porque precisa do lago para tirar os peixes e só tiramos o necessário pro alimento. Não podemos abusar, o índio não ia gostar. (Pescadora N)

Nunca tirei peixe além do que preciso, com ambição. É melhor sempre deixar um pouquinho pra sempre ter. (Pescadora C)

A preocupação demonstrada pela preservação do lago e com seus recursos ratifica o pensamento de que o trabalho feminino pode contribuir para a manutenção dos elementos naturais, uma vez que são utilizados dentro do pensamento racional do uso tradicional na preservação das espécies.

Segundo Simonian (2001), o debate ambiental associado com os problemas de desenvolvimento e melhor uso dos recursos naturais, traz atualmente um argumento a mais a esse processo identitário, abrindo espaço para a inserção do trabalho feminino enquanto contribuição para a preservação da vida e do meio ambiente. Sendo assim,

a nova orientação para as políticas de preservação ambiental além de exigir a participação das comunidades locais, aproveitando o saber que estas possuem sobre o ambiente, também aponta para a necessidade de incorporar a mulher nos programas de desenvolvimento sócio ambiental (ALENCAR, 1991, p. 121).

Mesmo estando alheias às políticas ambientais e ao processo de tomada de decisão sobre a preservação, as mulheres de Segredinho desenvolvem uma postura e uma cultura de proteção porque tem a sensibilidade de entender que sua sobrevivência depende da natureza e dos benefícios que ela oferece quando as relações são adequadas e seguras. Diz a pescadora:

temos que pescar com cuidado, sem destruir a casa do peixe e respeitar o tempo que ele precisa para crescer e reproduzir. (Pescadora MM)

Esse discurso foi evidenciado, na prática, durante a realização da pesca no lago. Quando na realização da atividade, esta pescadora pegou alguns peixes que estavam em tamanho insatisfatório para o consumo e devolveu ao lago, alegando que ele precisava crescer, embora o mesmo peixe pudesse ser utilizado como isca ou alimento, a atitude demonstrou que a sapiência em devolver ao lago o peixe pode no futuro lhe trazer maiores benefícios.

Dessa forma as pescadoras de Segredinho, assim como outras mulheres que fazem da relação com a natureza uma oportunidade de aprendizagem de como cuidar de seus recursos, “expressam uma profunda consciência da necessidade de garantir a renovação desses recursos, sendo esta uma condição básica para a reprodução física e cultural da família” (ALENCAR, 1991, p. 67).

As relações ambientais desenvolvidas pelas pescadoras e o lago expõem o conhecimento que elas possuem sobre a teoria de cuidar, de preservar e manter vivas as tradições e os saberes, concretizando a preocupação das mulheres em criar estratégias de consumo que não destruam a natureza e garantam a renovação dos recursos naturais existente no lago.

Portanto, a relação do trabalho feminino com o meio ambiente deve abrir pistas para novas investigações, construindo um espaço de participação social, em que a mulher precisa ser vista enquanto “agente de educação primária e formadora de novas gerações, possui um importante papel, que é o de transmitir valores, repassar conhecimentos e um saber sobre o meio ambiente”. (ALENCAR, 1991, p. 108). Saber este, fundamental para garantia da qualidade de vida da comunidade e

para a perpetuação de práticas tradicionais que interligam o ser humano a natureza de forma consciente e racional.

5 PARA A ALÉM DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO: A BUSCA DA CIDADANIA

5.1 ORGANIZAÇÕES COLETIVAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Considerando que os diferentes aspectos que compõem uma sociedade estão interligados, é coerente afirmar que as transformações ocorridas na produção material manifestam reflexos na organização política. Nesse contexto as demandas atuais cobram um sujeito social engajado e envolvido no processo político, com sensibilidade e conhecimento para interferir de forma positiva na elaboração de ações que possam definir seu bem-estar econômico e social. Dessa forma, tem sido o desafio da categoria pesqueira, inserir-se de forma atuante nos movimentos sociais como estratégia de superação das dificuldades.

Nesse tópico serão discutidas as organizações coletivas que têm viabilizado a inserção política dos pescadores no âmbito regional e nacional e, contribuído para a melhoria na qualidade de vida de muitas comunidades pesqueiras, processo que se dá de forma coletiva, numa junção de objetivos e ideais, onde serão desconsideradas as diferenças de gênero, comumente produzidas no cenário social.

Esse pensamento será considerado no processo que será descrito no tópico 5.3 que tratará da formação e fomentação da organização social na comunidade de Segredinho, apresentando os diferentes instrumentos institucionais que viabilizam a organização e a participação coletiva.

Na perspectiva de que “O povo é agente de sua constituição como sujeito histórico” (BUFFA, 1996, p. 86), todas as mudanças sociais dependerão da percepção de que a história se faz quando a ela estão aliados interesses da categoria que lhes são comuns, e quando a participação é o elemento motor para a consolidação de direitos.

Muitos problemas enfrentados hoje por muitas sociedades, principalmente, pelas mais carentes, requerem o entendimento de que as forças locais acham-se desarticuladas, isoladas e enfraquecidas, o que tem favorecido a perpetuação de práticas reprodutivas que contribuem para anulação de direitos adquiridos ao longo da história.

Para mudar essa situação é necessário partir para o engajamento, para a participação não no sentido limitado, mas no sentido amplo de participação social que “abrange a atuação organizada e responsável dos múltiplos setores da

sociedade na solução de problemas coletivos e na promoção do bem comum.” (CARDOSO, 1996, p. 98)

Essa participação deve se dá em todos os âmbitos, entre os diferentes gêneros e no exercício de diferentes atividades. Em se tratando da pesca feminina, em muitas comunidades a falta de participação social das mulheres inferioriza o trabalho realizado a uma extensão dos trabalhos domésticos. Pelo fato destas permanecerem no anonimato dentro da própria comunidade e pelas carências de políticas públicas que as reconheçam enquanto profissionais (CASTRO, 1999).

Na comunidade de Segredinho, percebe-se que embora a comunidade identifique as mulheres como pescadora pela atividade que desenvolvem, a falta de identificação profissional constituída pela legalidade torna o próprio reconhecimento insipiente.

Além do reconhecimento social das mulheres pescadoras a própria atividade pesqueira necessita ser considerada como atividade produtiva pelas políticas públicas do município, uma vez que a comunidade de Segredinho encontra-se ligada política e geograficamente ao município de Capanema-PA e a organização econômica deste é voltada para a agricultura. Dificultando o processo de reconhecimento para pescadores e pescadoras.

Dessa forma, a organização social na comunidade de Segredinho partiu de dois desafios: reconhecer a pesca artesanal dentro do município de Capanema-PA enquanto parte do setor econômico local e, dar visibilidade legal através de instrumentos coletivos de participação social à atividade pesqueira realizada pela comunidade de Segredinho. Desafios estes que poderão ser superados através da efetiva participação da comunidade e dos moradores como ponto fundamental na aquisição do reconhecimento social e político. Tais necessidades foram percebidas durante as visitas feitas à comunidade, já que a pesca tem uma importância fundamental na vida dos moradores por tratar-se de uma atividade que tem sido, ao longo dos anos, fundamental para a sobrevivência da comunidade e no desenvolvimento sociocultural da população.

Nos últimos anos tem se tornado ainda mais significativa a necessidade de organização coletiva pelo agravamento de problemas como: a disputa pelo território da pesca, conflito entre os pescadores e a escassez dos recursos naturais, que têm conseqüentemente provocado mudanças profundas no modo de vida da comunidade.

A participação social se faz presente entre os grupos minoritários através da organização coletiva utilizando instrumentos como Associações Profissionais e de Classe, Conselhos Municipais, Sindicatos etc. Instrumentos políticos que, entre outros, têm a função de integrar os sujeitos ao âmbito social de forma ativa (CARDOSO, 1996).

Essa participação está ausente no âmbito de Segredinho, onde se verifica que a população não tem um esclarecimento e um amadurecimento de idéias sobre o poder da organização e participação social, ficando excluída do processo sociopolítico, visto que, além das necessidades econômicas vividas na comunidade, outros problemas como o baixo grau de escolaridade da população e a falta de representação política sindical deixa-os relegados a permanecer no anonimato, a conviver diariamente com as privações econômicas e os conflitos gerados pelo mau uso dos recursos naturais disponíveis.

Diante disso, é conhecido que a todos é dado o direito de participação, pois, a Constituição Brasileira (1988; p. 43) assegura “plena liberdade de associação para fins lícitos”. Pois, entende que todos têm a liberdade de lutar por melhorias de classe e promover o engajamento social para alcançar o desenvolvimento local.

Com a crescente demanda de problemas sociais enfrentados hoje, não só nas grandes metrópoles nas principalmente no meio rural, a manutenção de práticas de sobrevivência encontra-se ameaçada pela falta de conhecimento e colaboração de instituições e entidades que ignoram as comunidades, suas demandas locais, seu saber tradicional etc. (DIEGUES, 1983).

Porém, atualmente, temos vivenciado um importante momento em que a articulação entre diversos setores caracterizam um movimento que visa contribuir para superação e/ou amenização de problemas sociais envolvendo a própria sociedade, seus sujeitos e suas demandas.

Trata-se dos movimentos sociais, ou melhor, da organização social advinda com a necessidade de superar desafios antes entregues nas mãos do Estado. Uma alternativa que junta objetivos e desejos comuns, unidos pela necessidade de colaboração entre os seus pares, a definição de metas e projetos para promover o desenvolvimento, voltado para a economia e as potencialidades locais, que integra todos os elementos dentro do processo de gestão. Resultando no associativismo e demais estratégias de justaposição de ideais.

Embora se tenha consciência da dificuldade de suscitar uma nova cultura da participação e,

mesmo que pontos críticos surjam como dificuldades para construção e manutenção de uma parceria, isso não significa que a parceria não possa ser encorajada como um mecanismo de ação coletiva, de participação social no planejamento de comunidades rurais para o desenvolvimento local (VASCONCELLOS, 2008, p.67).

Esse desafio é posto como solução primária para integrar os diferentes interesses numa justaposição de idéias e conhecimentos que devem gerar primeiramente uma nova concepção de participação e, através dessa participação, outros elementos serão desencadeados sob forma de instrumentos legais.

Segundo Reis (2002), a organização social é a manifestação mais legítima de cidadania e participação uma vez que atuam em prol da sociedade, principalmente nas comunidades mais carentes. Quanto à forma de organização social, podem constituir-se enquanto fundações públicas ou privadas, associações ou sociedades civis, cooperativas e cooperativas sociais. Porém, devem ter uma clara atuação social e não ser estruturadas com propósitos lucrativos, uma vez que “As organizações sociais devem ter como objetivo específico defender o interesse de seus envolvidos, daqueles que estão aliados a ela, que dela compõem, que nela estão integrados” (ASSIS, 2001, p. 23), pois, o individuo compromete-se com aquilo que conhece e o comprometimento será tão intenso quanto maior for sua participação na definição e no planejamento do que se pretende atingir.

Temos assim, na organização social, um importante instrumento de emancipação humana, uma vez que seja dada a oportunidade de participação para os agentes das comunidades rurais exporem seus anseios, construir (construírem) sua autonomia e serem provocadores das mudanças que beneficiarão toda a comunidade (CARDOSO, 2001).

Entende-se que no cenário Amazônico, onde muitas comunidades rurais sofrem interferências econômicas que destroem seus recursos naturais, alteram seus modos de vida e reprodução social, o fortalecimento de práticas organizativas deverá romper com o silêncio a que estão submetidas muitas culturas, impossibilitadas de emancipar-se pelo desconhecimento de sua força enquanto categoria, grupo ou associação. Isso qualifica ainda, as diferentes categorias entre elas a de pescadoras.

Porém, faz-se necessário entender que a mudança nos modos de vida com o engajamento social só é possível pela educação dos povos, pela sensibilização para que se vejam como cidadãos no sentido único da palavra livre e participantes, e com o entendimento de que são eles os agentes construtores do processo e que nós seremos apenas instrumentos de mitigação para alcançar seus objetivos.

Essa tem sido a proposta primordial no desenvolvimento do trabalho que está sendo realizado na comunidade de Segredinho. Entendo que não existe outra via de inserção social, se não pela educação enquanto elemento de sensibilização para a concretização da cidadania.

5.2 EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Dentro do contexto de participação social, surge um elemento primordial que contribui significativamente na aquisição do conhecimento sobre as questões de cidadania, engajamento político e emancipação humana. Elementos que configuram um novo pensar primeiro de si, de sua realidade e comunidade, depois de todos os que estão a sua volta.

Trata-se da educação, não apenas da educação formal, desenvolvida nos espaços escolares, mas também a de caráter não formal, quando tem a intenção educativa, mas não segue os mesmos padrões escolares e, a informal aquela que se dá em diferentes situações, sem a intenção direcionada e praticada nas situações cotidianas. Educação no sentido geral, enquanto práxis da construção social é indispensável na aquisição e na conquista dos direitos de cidadania.

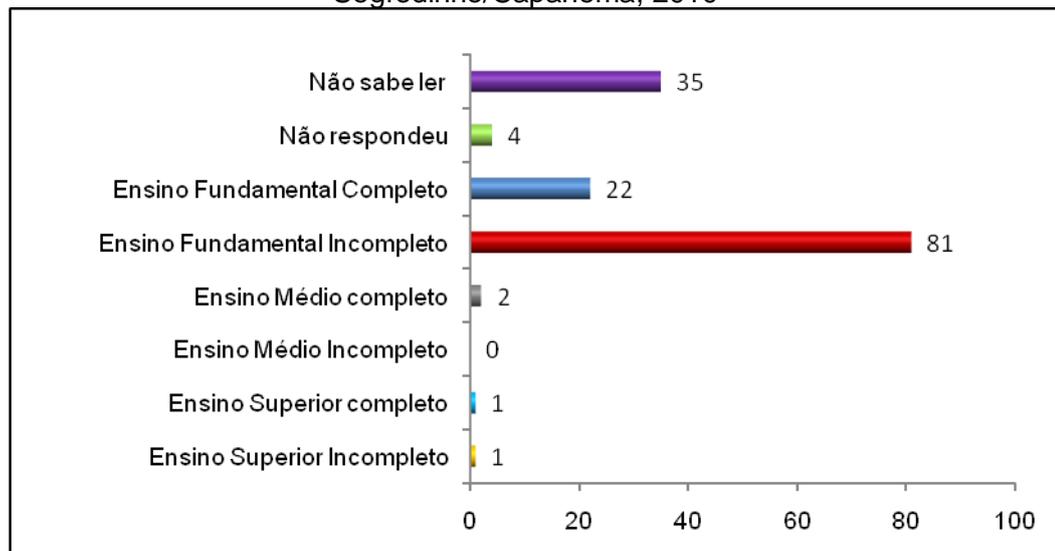
Partindo do que dizia Paulo Freire (1996, p. 45) “se a educação sozinha não conseguirá mudar o mundo e as pessoas, sem ela tão pouco as mudanças acontecerão”. Posso inferir que é necessária a apropriação de diferentes formas educativas para alcançar o pleno desenvolvimento humano e social.

Parte-se do princípio de que a educação é um importante instrumento de participação social e que através de seus princípios e objetivos os sujeitos encontram cidadania e provocarão mudanças, porque entenderão que seu papel no mundo não é só para constatar o que ocorre, mas, também o de que precisam interferir no mundo como sujeito de ocorrências. Não é apenas objeto da História, mas seu

sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constata não para se adaptar, mas para mudar (FREIRE, 1996).

Percebe-se que na comunidade de Segredinho há necessidade de suscitar ações que concretize o papel fundamental da educação, a começar pela educação formal. De acordo com o gráfico abaixo, é indicado que o grau de escolaridade dos moradores é limitado aos anos iniciais do ensino fundamental (1º a 5º ano).

Gráfico 8 - Percentual de entrevistados e grau de escolaridade, da Comunidade Segredinho/Capanema, 2010



Fonte: Moraes (2008).

Outro problema percebido de acordo com o Gráfico 8 é que o índice de analfabetismo é muito acentuado entre a população. Esse condicionante contribui para uma série de fatores sociais, tais como: falta de qualificação profissional, não acesso a informações ligadas aos seus direitos e deveres, ausências de políticas públicas voltadas a sua formação, etc.

Além da carência da educação formal presente em grande parte dos moradores, existe uma carência educativa em termos concretos de se fazerem sujeitos. Percebia-se certo 'comodismo' diante das situações vivenciadas. Falta de discernimento e até inutilidade de todo conhecimento que pode ser apreendido com as situações cotidianas.

Além dos conhecimentos formais repassados na escola, os conhecimentos que são adquiridos com as práticas cotidianas, as vivências, os saberes culturais, são imprescindíveis para a formação humana e social. Nesse contexto inserem-se as múltiplas experiências, os saberes da tradição, os costumes locais oriundos dos elementos materiais e imateriais existentes na cultura local. Elementos presentes de

forma substancial na comunidade de Segredinho e, que poderiam, de forma articulada e planejada, viabilizar a construção socioeducacional dos moradores.

Esse pensamento converge para o entendimento da educação enquanto patrimônio. Segundo Silva (2007, p. 33), “patrimônio tem em seu sentido aquilo que é construído a partir do modo de pensar e de viver das pessoas que habitam determinados locais”. Percebe-se que na comunidade de Segredinho, as crenças, os costumes e o modo peculiar de relação com os saberes do passado, constroem relações presentes que interligam as ações cotidianas e são determinantes na formação da identidade local. Esses conhecimentos podem, a partir da lógica do patrimônio, serem utilizados como instrumentos de formação e construção social.

Segundo Horta (1991 apud SILVA, 2007, p. 27), educação patrimonial é traduzida como “um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao individuo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”

Nessa perspectiva, se faz necessário considerar que o diálogo e a utilização desses conhecimentos que estão presentes no cenário da comunidade de Segredinho de forma acentuada, podem viabilizar por meio da educação, a afirmação da identidade local e contribuir para a valorização do patrimônio social, cultural e ambiental da localidade.

Em se tratando da educação formal, os moradores em sua maioria possuem pouca formação escolar. Deixaram a escola em virtude das necessidades econômicas apresentadas e das decisões que tiveram que fazer por conta de escolhas pessoais. Muitas vezes alheias a sua compreensão. É o que relatam as pescadoras:

Estudei pouco, arranjei família cedo e fui trabalhar para ajudar o marido, a escola ficou para depois (Pescadora M).

Engravidei aos 15 anos, fiz até a quarta série, depois não voltei mais pra escola (Pescadora A).

O contexto social apresentado pelas pescadoras demonstra que as necessidades de sobrevivência falaram mais alto que a necessidade de educação formal. Além disso, a falta de políticas públicas destinadas ao acolhimento dos mais necessitados relegou-os a serem semianalfabetos ou analfabetos funcionais⁴,

⁴ - Conceito utilizado para as pessoas que possuem a capacidade de entender instruções necessárias para realização de tarefas cotidianas ou de trabalho. (FREIRE, 1996).

impondo um modelo político de acomodação e falta de perspectiva para mudança de vida, fazendo-as pensar que somente a educação formal proporciona melhoria de vida. Isso pode ser evidenciado pelo que dizem:

se eu tivesse estudado talvez estivesse melhor, teria arranjado emprego e dava melhores condições de vida para minha família (Pescadora J).

Não estudei, mas quero que meus filhos estudem, não quero que fiquem como eu que mal sei escrever meu nome, quero que se formem, que sejam alguém na vida. (Pescadora C).

O pensamento de algumas pescadoras é de que a educação formal pode trazer para seus filhos alguns benefícios que elas não tiveram. Essa idéia assemelha-se a ideologia mercadológica de que a cidadania é em primeiro lugar o poder de posses e bens, o que reafirma outras ideologias de que só por meio da educação formal, os sujeitos encontrarão cidadania, mesmo que a educação formal se dê em âmbitos alheios a seus anseios.

Na verdade, através de educação formal só alcança cidadania os sujeitos que entendem o real significado da palavra e buscam concretizá-la em seu cotidiano através do conhecimento adquirido para sua emancipação social. Pois o termo cidadania será enfatizado aqui como um conceito que ultrapassa as exigências capitalistas.

Cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres, bem como exercício da democracia: direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, como trabalho, salário justo, saúde, educação e habitação; direitos políticos, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos. Não há cidadania sem democracia (GADOTTI, 1986, p. 78).

Esse conceito de Gadotti (1986) coloca em evidência que realmente a educação faz parte da cidadania, porém, com a clareza dos direitos e deveres. Mas, somente quando é uma educação voltada para a participação, para a conquista de novos direitos, para o reconhecimento do poder da população em se envolver na gestão da vida pública, na discussão democrática, como uma prática, sobretudo de nível local, é que ela ajuda a construir a democracia e a superar a mera representação política.

Dentro deste enfoque a educação cidadã é indispensável à formação humana porque ela é condição fundamental para o entendimento político e democrático da sociedade, já que contribui para criar as condições que viabilizem a cidadania através da socialização da informação, da discussão, da transparência e gerando uma nova mentalidade, uma nova cultura.

Em virtude não apenas da educação formal, mas de uma consciência real de sua situação e da necessidade de mudar, estes atributos educativos podem se dar também através da educação não formal e informal, uma vez que, educação não se dá apenas em sala de aula “ela realiza-se de forma espontânea, em qualquer lugar, acontece de forma reflexiva ou sistemática quando se definem técnicas apropriadas na busca de se obter melhor entendimento educativo” (MELO NETO, 2004, p. 87).

Por ser o homem um ser social, suas experiências de convivência, de diálogo e a sua própria situação existencial lhe propiciam instrumentos que favorecerão seu estar no mundo de forma consciente e participativa e possibilitarão conhecimentos que caracterizarão a educação, pois,

esparramadas pelos contos do cotidiano, todas as situações entre as pessoas, e entre pessoas e a natureza – situações sempre mediadas pelas regras, símbolos e valores da cultura do grupo, tem em menor ou maior escala a sua dimensão pedagógica (BRANDÃO, 2007, p. 13).

Acredita-se ainda, que através da educação novos pensamentos são construídos, novos hábitos suscitados e novas demandas apresentadas que convergirão para a busca de qualidade de vida, de si e dos outros.

Esse fato é evidenciado frente ao depoimento de uma moradora que sente a solidão e o descaso, por conta dos moradores, na participação direta de alternativas que amenizem os problemas vividos na comunidade. A moradora em questão sente a necessidade de comprometer-se, de gerir e de construir elementos sociais que dê respostas concretas aos moradores, mas percebe o comodismo e o descaso da maioria da população.

Enquanto presidente da associação de produtores me viro de todo jeito para conseguir projetos e recursos para melhorar a vida dos moradores. Mas não sei o que acontece, mesmo quando trago tudo resolvido não vejo interesse, é como se estivesse lutando sozinha (moradora RA).

Portanto, advoga-se a necessidade de suscitar ações educativas na comunidade de Segredinho que instiguem a participação social e a busca por melhores condições de vida. Além de mostrar que educação informal, presente no seu cotidiano, pode contribuir para conquistar novos saberes e práticas e tirar a comunidade do anonimato social, trazendo ao debate comunitário suas expressões e necessidades, e sejam vistos como pressuposto para superação e busca de novas soluções.

Segundo Brandão (2007) a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de

sua cultura, em sua sociedade. Dessa forma, o convívio, a troca, o saber da comunidade aquilo que todos conhecem forma o universo de aprendizagens compartilhadas na comunidade.

Desse modo, a fim de suscitar o conhecimento adquirido no convívio, nas relações e nos saberes que são próprios dos moradores, algumas estratégias foram utilizadas para favorecer a participação e a percepção do conhecimento enquanto elemento que pode ser adquirido também fora do ambiente escolar. São elas: a discussão e a troca de experiência, os encontros realizados por meio das reuniões, elementos que aliados ao diálogo, a interação e a sensibilização de suas necessidades e de seu poder de transformação, apontam para mudanças socioeducacionais. Estas estratégias de ação fazem parte da aplicabilidade da pesquisa e serão discutidas com mais detalhes no próximo tópico porque são importantes para o entendimento do papel social de cada um e para a valorização dos saberes locais como parte dos bens imateriais da comunidade.

O pensamento crítico oriundo das necessidades locais, do modo de vida, do real e essencial estado das coisas e dos sujeitos, esclarece que pensar criticamente é não acomodar-se frente às adversidades e o que lhe for imposto. “Mulheres e homens, seres históricos sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso se nos fizermos seres críticos” (FREIRE, 1996, p. 90).

Reitera-se a importância da educação enquanto instrumento e processo de organização popular na assunção da luta por seus direitos constituídos na participação e na realização da cidadania. Educação nesse sentido se torna um processo que deve contribuir com a humanização do ser humano. Segundo Freire (1987), da conscientização que lhes possibilita inserir-se no processo histórico como sujeitos e os inscreve na busca de sua afirmação

Está sendo necessário suscitar nos moradores de Segredinho o reconhecimento da força coletiva advinda da participação e engajamento de todos na busca e na efetivação de instrumentos populares de emancipação social. Embora, se reconheça que não tem sido fácil modificar alguns pensamentos enraizados pela histórica ausência de oportunidade e pela falta de motivação oriunda da inatividade frente às necessidades locais. Tais ações devem partir dos anseios da própria comunidade, pois:

dentro de sua cultura, em sua sociedade, aprender de maneira mais ou menos intencional, através do envolvimento dentro do corpo, da mente e da afetividade, entre as incontáveis situações de relações e de trocas entre os homens, é parte do processo pessoal de endoculturação e é também parte da aventura humana de 'torna-se pessoa' (BRANDÃO, 2007, p. 36).

A convivência na comunidade e a troca de conhecimentos através do diálogo vão aprofundando a tomada de consciência da situação e os homens se 'apropriam' dele como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformados por eles. Portanto, "não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão" (FREIRE, 1987, p. 67).

Temos conseguido alguns resultados através das reuniões realizadas. O silêncio tem sido rompido e o diálogo se estabelecido com mais frequência. Verifica-se maior empenho e participação dos moradores nas discussões sobre a organização coletiva e suas vozes têm sido de reconhecimento da necessidade de mudanças para melhoria de vida da comunidade e para manutenção de seus modos de vida.

Dessa forma, o que se tem demonstrado, com o diálogo, é "a intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer, de criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens" (FREIRE, 1996, p. 90).

As ações educativas de caráter não formal realizadas na comunidade têm concretizado o pensamento inicial de educação enquanto práxis de libertação e de transformação humana e social. Pois através da sensibilização os moradores têm tomado consciência da realidade em que se encontram e se percebidos enquanto sujeitos no ato, não só de desvelá-la, mas conhecê-la criticamente e recriar seu conhecimento. O estado comodista percebido anteriormente tem aos poucos sido modificado e demonstrado através do discurso de alguns moradores:

se não nos unirmos e fizermos alguma coisa pela nossa comunidade, pelo lago que é de onde sobrevivemos como poderemos permanecer aqui, e nosso filhos? (morador J)

temos que nos unir, não pode ficar um pro lado outro pra outro, já ficamos muito tempo esperando pelos outros, somos nós que temos de fazer (morador V).

Portanto, a socialização dos anseios e acolhida da responsabilidade pelos moradores advoga a idéia de que muitas comunidades ficam à margem da sociedade porque não se reconhecem enquanto sujeitos históricos e, sua cultura fica relegada ao silêncio, não são inseridos no processo social, não são tratados como

atores sociais e sim como sujeitos passivos. Ações de afirmação social favoreceram a tomada de consciência e o entendimento crítico de sua realidade como elemento imprescindível para mudanças socioeconômicas e culturais que tendem a transformar a sua realidade e a trazer-lhes a cidadania.

Essa assertiva esclarece a importância da educação no processo de transformação social. No tópico a seguir será descrito o processo de desenvolvimento das ações de caráter não formal que foram essenciais para a tomada de decisão dos pescadores e pescadoras na implantação da organização social.

5.3 COLÔNIAS DE PESCADORES COMO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Em virtude das necessidades vivenciadas cotidianamente nas comunidades pesqueiras que envolvem seus modos de vida, moradia e principalmente sua atividade econômica, os pescadores e pescadoras, precisam estar inseridos no processo político como forma de melhor atuação e afirmação de seu trabalho e sua profissão.

A questão da participação política se apresenta como um elemento inovador, que paulatinamente vai inserindo os pescadores dentro do processo social e tornando-os sujeitos políticos. Segundo Martins (1997 apud CARDOSO, 2001, p. 81):

há uma diversificação interna das classes subalternas cujo desconhecimento empobrece a compreensão de suas lutas e de suas possibilidades históricas, porque omite os seus dilemas e suas debilidades. Um discurso que unifique retoricamente as classes subalternas não produz a unidade e a força reais dessa classe e grupos sociais. Ao contrário, mistifica-se e empobrece a interpretação de sua realidade.

Essa análise concretiza a realidade existente na comunidade de Segredinho, uma vez que os pescadores e pescadoras estão alheios aos seus direitos devido à falta de participação e não reconhecimento da comunidade enquanto uma comunidade pesqueira. Fato que tem silenciado e ocultado os problemas vividos com relação à atividade da pesca.

A participação através da organização de classe se faz necessária visto que as comunidades pesqueiras estão inseridas num processo sócio, político e econômico importante dentro da conjuntura nacional. E os pescadores, atores sociais desse processo, precisam se envolver e atuar através das entidades e

movimentos organizativos que dê visibilidade aos seus anseios e suas dificuldades, desmistificando pré-conceitos e ideologias.

Muitas comunidades vivem no ostracismo social devido à falta de iniciativa e de participação dos trabalhadores da pesca na luta pelo seu espaço e a incompreensão de si como sujeitos políticos.

Essa realidade, no contexto da pesca, só veio a ter algumas modificações a partir dos anos 80 quando o debate político no país sobre a categoria abre espaço através de diferentes movimentos organizativos de pescadores.

Dentre estes movimentos apresenta-se a Constituinte da Pesca, que pode ser considerada um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou os processos recentes da organização de pescadores. Surgida como decorrência da IV Assembléia Nacional dos Pescadores, em 1984, este movimento mobilizou pescadores de todo país, visando incluir seus direitos na nova Constituição que estava em elaboração nos anos 80. Sendo assim,

Apesar das dificuldades o movimento da Constituinte da Pesca logrou expandir às Colônias de Pescadores os mesmos princípios que regem os sindicatos urbanos, a partir da inclusão do parágrafo único, do artigo 8º da Constituição Federal aprovada em 1988. Dentre eles, a livre associação, não interferência do poder público, autonomia, unicidade sindical entre outros, marcando legalmente o fim da tutela sobre as Colônias de Pescadores (CARDOSO, 2001, p. 121).

As colônias de Pescadores, importantes instrumentos de luta e representatividade social, tiveram origem em uma missão da Marinha de Guerra do Brasil realizada na década de 1920, realizada com o objetivo de ocupar o litoral do país. Nesta época a Marinha percorreu toda a costa, inclusive os trechos navegáveis dos principais rios, orientando e organizando os pescadores em associações. Assim, os pescadores passaram a ter a sua primeira organização de ordem social. (SANTOS, 2004).

Mesmo surgidas dentro de um contexto político pouco favorável aos interesses da categoria, as Colônias de Pescadores sinalizam a possibilidade de representação mais concreta para a participação e concessão de benefícios para a classe.

Outra importante conquista se deu em função da formação do Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE) como uma estratégia de mobilização com vistas a ampliar a luta da categoria, sua dimensão integra-se como um ator social,

organizado em torno de propostas políticas elaboradas pelos pescadores e seus organismos de apoio, com abrangência nacional.

No âmbito estadual, as Colônias estão vinculadas a uma Federação. No Estado do Pará a representação do conjunto de colônias é a Federação dos Pescadores do Estado do Pará (FEPA) e o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA).

A partir da promulgação da Constituição de 1988 as colônias de pescadores passaram a exercer novos papéis sendo consideradas como organizações de ordem sindical. Essa conotação reafirmou a importância e o prestígio social da categoria ampliando sua função como instrumento de reivindicação das necessidades conjuntas e de articulação da classe de pescadores.

Segundo Santos (2004), é necessário vislumbrar que a organização social cria poder para negociar e afirmar parcerias com agentes públicos e privados. Com o fortalecimento da organização e do capital social dentro da categoria pode-se obter maiores benefícios em termos de políticas de créditos, atuando de forma decisiva na negociação e adequação de condições operacionais, com prazos de carências, taxas de juros, períodos de amortização etc.

Apesar de todos estes benefícios não podemos desvencilhar também que muitas organizações coletivas, assim como muitas Colônias de Pescadores são dirigidas por grupos oportunistas que visam, acima de tudo, a concessão de benefícios individuais ou de uma minoria, deixando em segundo plano o objetivo principal da organização, que seja inserir os pescadores no âmbito político e social das discussões pela melhoria de vida e pela transformação da classe em sujeitos participativos e atuantes dentro do âmbito municipal, estadual e nacional.

Esta realidade se contrapõe aos objetivos propostos pelas Colônias de Pescadores e contribui para a falta de credibilidade nos agentes envolvidos. O caminho da conquista e gestão democrática das Colônias de Pescadores é mais tortuoso. Ao passo que pescadores de algumas localidades conquistaram suas Colônias e Federações, democratizando os processos eletivos e gerindo-as de acordo com interesses legítimos da categoria. Em outras situações predomina o poder do atraso, com interventores nomeados administrando estes organismos com interesses alheios à categoria, indicando seus representantes legais segundo interesses escusos.

Apesar de tudo, as Colônias ainda representam uma oportunidade de inserir os pescadores dentro do sistema de representação que os torne parte do progresso social, pois se apresentam como alternativa de luta pelos direitos e pela garantia de que a organização poderá trazer resposta a problemas socioeconômicos e políticos vividos pelas comunidades.

A conotação dada à origem das Colônias dentro de um contexto que apresentava problemas, ainda hoje é pertinente, já que a necessidade de organização surge em resposta a resolução de problemas vividos pela categoria de pescadores e pescadoras.

Essa assertiva se assemelha à necessidade, apresentada na Comunidade de Segredinho, de discutir e fomentar a criação de organização coletiva que represente legalmente os pescadores e traga possibilidades de ação para superar os problemas enfrentados pelos moradores, que são: o uso inadequado do lago e dos recursos por pescadores externos; a falta de instrumentos institucionais que impeça a pesca predatória no lago; não reconhecimento da pesca artesanal enquanto atividade produtiva; conflitos pelo território da pesca e invisibilidade do papel da mulher enquanto agentes produtivas da pesca.

Acredita-se que a organização social venha a ser um instrumento que contribua para consolidar a pesca na comunidade enquanto atividade produtiva imprescindível para o desenvolvimento local, inserindo os atores sociais, mulheres e homens, que sobrevivem da pesca, no âmbito de uma organização que possibilite a gestão de seus recursos e a afirmação social dos pescadores e pescadoras enquanto sujeitos políticos.

Esta é uma alternativa que tem sido suscitada no âmbito da comunidade, num processo contínuo de discussões feitas através de reuniões como instrumento metodológico que tem fomentado e viabilizado entre os moradores a necessidade e efetivação da organização coletiva.

A comunidade de Segredinho tem uma experiência com organização social voltada ao trabalho desenvolvido na agricultura. Essa organização surgiu da necessidade de conseguir benefícios financeiros para os moradores que em sua maioria são pescadores. Mas, em determinados períodos do ano, em virtude das dificuldades vividas pela pesca e para suprir as necessidades econômicas, se voltam para a agricultura como alternativa de sobrevivência. Esse fato leva-os a se identificarem com pescadores e agricultores.

Percebe-se que pesca e agricultura são as principais atividades que direcionam a questão financeira dentro da comunidade. Os moradores inserem-se em atividades voltadas para a agricultura; lidando com a roça e o plantio, para isso fazem o arrendamento de terrenos para cultivarem algumas culturas agrícolas, pois, não possuem terras próprias, sendo, na maioria das vezes, trabalhadores temporários.

Em virtude da condição instável imposta pela atividade da pesca foi criada a Associação dos Produtores Rurais no ano de 2006, com aproximadamente 45 sócios, como uma possibilidade de trazer recursos e projetos financeiros que amenizem os problemas econômicos vividos pelos moradores na entressafra da pesca e no inverno quando as condições naturais do lago dificultam a captura do peixe e as famílias que dependem apenas do lago passam por privações.

Segundo a presidente da associação, esta instituição tem se tornado importante no contexto econômico da comunidade, pois sua implantação tem favorecido os moradores que se inserem nos projetos desenvolvidos pela associação com o apoio do Governo Federal. A associação atua na busca de financiamentos e créditos para implantação de projetos referentes à agricultura familiar e, mantém atualizado seu estatuto como forma de participar e ser beneficiada com as oportunidades de créditos. Os associados contribuem com uma mensalidade para manutenção das despesas mais imediatas. A percepção da associação enquanto organização social coletiva favorece a conquista de benefícios advindos do Estado e do Governo Nacional.

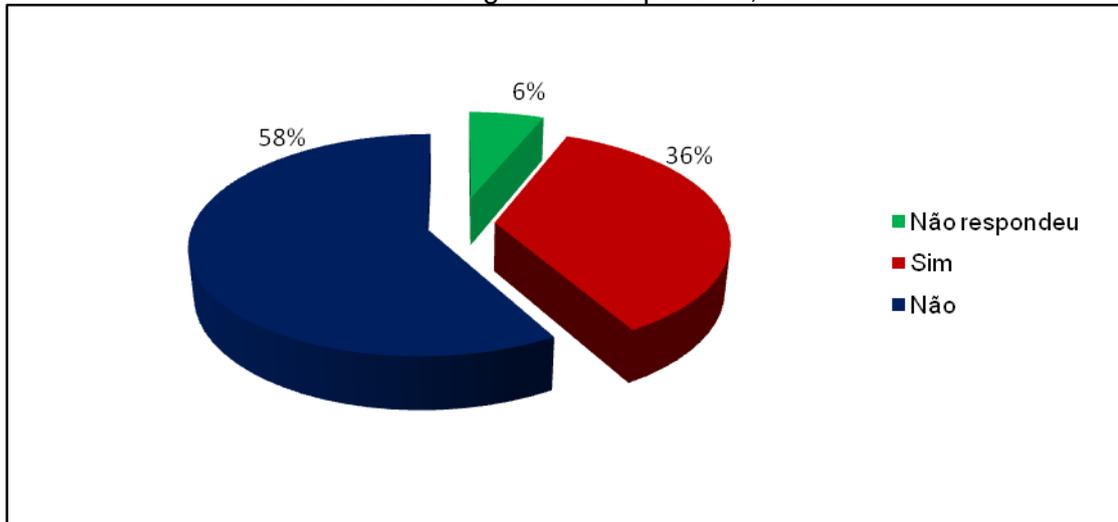
Percebe-se que a presença da associação dos produtores é importante para a comunidade, em grande parte pelo empenho e esforço da presidente, que se preocupa com a situação econômica dos moradores e sente-se responsável pelo desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Diz ela:

A associação foi uma iniciativa minha com o apoio de todos, vi que os moradores estavam sem alternativas e me senti na obrigação de procurar saídas. Já conseguimos muita coisa, antes a carência era pior. A associação conseguiu aprovar alguns projetos federais e isso tem contribuído com a renda de alguns moradores. Se tiverem interesse e participação dá pra amenizar os problemas financeiros (Presidente da Associação).

Apesar da dedicação e empenho dos líderes da associação, um problema que persiste é a falta de participação e engajamento de grande parte dos moradores. Embora estejam em situação difícil, muitos se omitem em fazer parte do

processo e, isso em alguns momentos prejudica o desenvolvimento da associação na ampliação de seu trabalho. A falta de participação em organismos coletivos é visível através do Gráfico abaixo.

Gráfico 9 - Percentual de entrevistados que participa de alguma associação, comunidade Segredinho/Capanema, 2010



Fonte: Moraes (2008).

A maioria dos entrevistados declara não participar da associação local existente, mesmo sendo um instrumento que busque alternativas de renda para os moradores. Isso concretiza que a indiferença com os problemas locais passa necessariamente pela não participação social. Concorda a Presidente:

Eu gosto de comunicar, se os sócios se interessarem eles serão beneficiados. Já trago tudo 'mastigadinho' só falta a decisão deles em aceitar, mesmo assim muitos ficam de fora. Às vezes faço até mais do que posso (Presidente da Associação).

Mesmo assim, para os poucos envolvidos a experiência com a Associação tem possibilitado o crédito e alguns benefícios e contribuído para melhorar economicamente a vida dos moradores que atuam diretamente e se envolvem nas ações e nos projetos aprovados. Ao que parece, muitos moradores, mesmo tendo necessidade e sabendo dos benefícios advindos com a organização, não se inserem a ela. Desenvolvem uma cultura de omissão que inviabiliza a introdução destes no contexto político enquanto sujeitos participativos.

Na efetivação da organização social tem-se realizado junto à comunidade estratégias para fomentar a implantação de uma organização social. Acredita-se que essa proposta viabilizará entre outras questões, o gerenciamento dos recursos naturais com base na preservação ambiental, a visibilidade da pesca da comunidade

de Segredinho em outros municípios, o reconhecimento do papel sócio econômico da mulher no processo produtivo e a introdução dos pescadores e pescadoras no contexto político da participação social.

Acredita-se que a organização social seja uma alternativa de inserção e busca de soluções para os problemas relativos à pesca vivenciados na comunidade. O processo de formação da Colônia de Pescadores foi desenvolvido por meio das ações educativas que de forma contínua e progressiva foram realizadas com os moradores e com o apoio da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Dentre essas ações estão às reuniões feitas na e com a comunidade. Tratam-se de momentos em que todos discutem e dialogam sobre a realidade pesqueira, em uma espécie de 'roda de conversa', na qual todos estão em volta de um mesmo objetivo. Essas reuniões tem sido um momento ímpar de interação e construção de saberes através da troca de experiências e têm sido o momento de escutar os pescadores e pescadoras que estão a tanto tempo silenciados e alheios ao processo social como se dele não fizessem parte, pois,

se a sociedade brasileira tal como está estruturada atualmente não permiti aos pescadores e pescadoras condições dignas de trabalho, a superação dessa condição depende de que todos participem dos movimentos sociais. (ÁLVARES; D'INCAO, 1995, p. 29)

Esse movimento já começou a ser despertado na comunidade de Segredinho através dos momentos vivenciados com a coletividade, configurando um princípio de grandes conquistas.

A seguir serão relatadas as reuniões, como passos importantes para construção efetiva de participação de pescadores e pescadoras no processo social, como forma de efetivar sua cidadania através da construção de elementos institucionais. Entenda-se que estão ainda buscando melhores condições de vida e fazendo uso de seus saberes enquanto oportunidade de ação e construção de sua história.

Fotografia 14 - Primeira reunião feita na Comunidade



Fonte: Rocha (2009).

A primeira reunião contou, além da participação moradores, com a presença do presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Capanema-PA, o docente da UFPA⁵, as pesquisadoras que realizam trabalhos na comunidade⁶ e a presidente da Associação dos Produtores Rurais de Segredinho. Nesse primeiro momento foram realizadas as devidas apresentações, em seguida dado voz aos moradores, os quais passaram a apontar os problemas vividos com relação à pesca.

O principal problema apresentado foi o conflito existente entre os pescadores locais e os pescadores que vêm de outros municípios. Estes têm prejudicado o lago dado a realização da pesca com instrumentos predatórios como rede com malhas muito finas e a pesca com lente. Além disso, não respeitam o período de defeso dos peixes, pescando-os ainda muito pequenos e às vezes causando estragos consideráveis às espécies.

Todos os problemas levantados ganham maiores evidências uma vez que a comunidade sobrevive com a pesca do lago e essas práticas têm causado escassez dos recursos, o que tem preocupado muito os moradores.

⁵ Professor Sergio Cardoso de Moraes, coordenador do projeto de pesquisa na comunidade.

⁶ Alunas do Programa de Pós Graduação (UFPA/NUMA).

Neste momento o representante da UFPA passou a apontar a necessidade de organização social, uma vez que somente com elementos legais os pescadores poderiam estabelecer contratos e acordos para a pesca. Sem isso, não podem impedir a pesca, porque os órgãos destinados a fiscalização estão alheios a esta realidade. Mesmo sendo comunicados sobre o problema da legalidade, nenhuma atitude foi tomada na busca de solução a qual deve partir da própria comunidade através do estabelecimento da organização social, já que o poder público se omite. Na reunião os pescadores e pescadoras apontaram suas dificuldades e sinalizaram a ansiedade em encontrar uma solução condizente com seus problemas. Concluiu-se a reunião marcando outro momento para esclarecimento sobre a importância e os benefícios da organização social.

Fotografia 15 - Segunda reunião na Comunidade



Fonte: Rocha (2010).

Na segunda reunião a discussão foi mais intensa. Os moradores participaram em um maior número e estavam muito angustiados e preocupados com a situação da pesca no lago. Sua ansiedade se dá em virtude da impotência diante da invasão de outros pescadores advindos de outros municípios e os recursos do lago que estão se esgotando, prejudicando parte da comunidade que sobrevive da pesca no lago, sendo que os pescadores não podem proibir a pesca porque não possuem subsídios institucionais para isso. Diz um pescador:

Há 20 ou 30 anos atrás a gente pegava peixe em abundância, dava pra comer e vender. Hoje com o aumento de gente pescando, o que a gente pega, mal dá pra 'bóia' (Pescador C).

Lembro aqui nesse lago da fartura. Quando a gente chegava da pesca os carros estavam no porto esperando a produção. Tinha vez de trazer do lago tanto peixe que não dava conta sozinho de carregar. Agora nem pra comer tá dando. E como ficamos? Se vivemos disso? (Pescador M).

É preciso ter um 'cabeça gorda' para impedir a pesca no lago. Se formos proibir vamos apanhar (Pescadora G).

Essas inquietações preocupam a comunidade, uma vez que sentem que sua sobrevivência está ameaçada. E com ela toda a história, a cultura e o modo de vida dos moradores que fazem da pesca mais que uma atividade econômica, uma construção sociocultural, além, do simbolismo e da tradição reservados ao lago como um elemento fundamental para sua identidade.

Diante disso, o representante da UFPA passou a apresentar mais uma vez a importância da associação de pesca na comunidade para fortalecer e respaldar a atividade. Apresentou ainda, exemplos de outros municípios que com a organização social, superaram alguns problemas semelhantes. Em virtude do respaldo legal e da inserção da organização junto a outros órgãos como o MONAPE, o MOPEPA e a Federação dos Pescadores que apóiam e asseguram ações junto aos pescadores.

A organização social poderá regulamentar a pesca na comunidade, por meio desses instrumentos legais e, posteriormente como alternativas criar acordos de pesca como acontece em municípios como Abaetetuba-PA, Igarapé- Mirim, Cametá, Viseu etc, onde foram estabelecidos os acordos e todos respeitam porque estão organizados em torno de um objetivo comum e tem as Colônias e Associações para se fundamentar. Completa o docente da UFPA:

É necessário e urgente essa articulação se agente pensa na preservação do lago para o uso das futuras gerações. Já existem acordos de pesca em muitos locais do Estado. Para preservar as espécies são estabelecidas regras de documentação expressa sobre isso, todos devem respeitar. Sem isso, vocês não podem proibir a pesca (Docente da UFPA)

Após esse esclarecimento, foi enfatizada a diferença entre Associação e Colônia porque os moradores demonstravam dúvidas quanto ao tipo de instituição que deveriam organizar, o que suscitou a urgente necessidade de dar personalidade jurídica a organização, ter aspecto institucional para dispor dos recursos e fazer sua gestão de forma ordenada.

Tendo sido feito todo esclarecimento sobre as possibilidades e benefícios da organização em nível local, posteriormente foi feito o apelo para tomada de decisão

e iniciativa dos pescadores e pescadoras, uma vez que todos que usam o lago estão prejudicados por situações que não podem ser resolvidas individualmente e sem o apoio dos órgãos ligados a pesca.

A discussão sobre a organização foi importante devido o caráter social e institucional dado a ela. Para junto a suas ações inserir pescadores e pescadoras no contexto da participação e da busca por cidadania, muitas vezes, silenciados pela falta de oportunidade e conhecimento das soluções. Além, de a organização viabilizar o reconhecimento dos moradores como atores sociais através da ação coletiva serem inseridos ao processo político como parte de sua própria vida.

Entende-se que a necessidade de falarem e de serem ouvidos colabora para a inserção do projeto social da comunidade e constitui a base para superação dos problemas mais imediatos. Infelizmente, nem todos os pescadores têm comparecido e ainda não alcançamos um número expressivo de participantes, mas os que se fazem presente contribuem com intervenções dialógicas.

Vale ressaltar a importância da participação das mulheres da comunidade nas reuniões, o que tem demonstrado, além do interesse pela afirmação da atividade pesqueira na comunidade, um anseio por inserirem-se como profissionais da pesca dentro de uma conjuntura institucional a fim de ter seu reconhecimento dentro e fora da comunidade. Assim,

guardadas as particularidades, podemos dizer que o movimento das mulheres pescadoras na luta por melhores condições de existência vem se somar ao de pescadores na luta por melhores condições de trabalho e as de tantas outras formas de existência que hoje lutam por seu reconhecimento social e profissional. (ÁLVARES; D'INCAO 1995; p. 36).

As pescadoras de Segredinho se envolvem também nessa luta, como um momento de superação das relações de gênero que tendem a configurar o trabalho feminino na pesca como indireto e complementar. Consideram ser o momento adequado para expor seus anseios, seus objetivos e firmarem-se como pescadoras profissionais, que lidam de forma direta com a pesca e com a manutenção familiar.

Nas reuniões todos se colocam como iguais, compartilham dos mesmos anseios, ou seja, chegar a uma alternativa possível para superação de suas dificuldades, pois seus interesses são comuns aos de seus companheiros, aos de todos aqueles que vivem da pesca.

Até este momento os pescadores e pescadoras ainda não haviam confirmado a opção pela forma de organização, se apenas uma Associação de

Pescadores Locais ou algo mais amplo, a discussão da implantação da Colônia de Pescadores no município. Uma vez que Capanema não possui uma representatividade dessa ordem e a comunidade de Segredinho tomaria parte da iniciativa de inserir ao cenário político e social do município na criação desta instituição.

Fotografia 16 - Terceira reunião na Comunidade



Fonte: Rocha (2010).

Na terceira reunião o grupo já mais esclarecido e consciente da importância da organização coletiva, esteve atento ao esclarecimento de um pescador que veio do município de Abaetetuba a convite do docente da UFPA que tem um histórico de envolvimento em movimentos sociais ligados a pesca, por ser um pescador integrado às demandas sociais que a pesca necessita para se firmar e constituir politicamente.

O momento inicial da reunião foi reservado a ouvir alguns depoimentos dos pescadores e pescadoras de Segredinho:

Quando me entendi, vi meu pai trazer de 40, 50 quilos de peixe, tinha peixe pra todo mundo. Agora com a população aumentando e indo pescar o peixe mal dá pra bóia. O lago está limpo, acabaram a casa do peixe ele não tem onde se esconder, o que comer. Desse jeito o peixe vai embora e até morre, e nós ficamos sem nada (Pescador F).

Aqui nós respeitamos o lago, não destruimos os peixes e sua casa, os de fora vem e acabam com tudo, levam tudo e o que fica não dá pra nós sobreviver (Pescadora AC).

Aqui usamos a rede certa, a isca certa, os pescadores de fora não sabem pescar com cuidado, trazem suas malhadeiras finas, arrastam tudo, destroem tudo (Pescador A).

Essas queixas têm preocupado os pescadores da comunidade porque quase todos utilizam o lago para extrair o peixe que por sua vez é a base da subsistência e, pensar na falta desse recursos é pensar na possibilidade da comunidade perder o bem econômico e cultural que tem sido a razão de sua existência. A preocupação expressa nos depoimentos diz respeito ao desmatamento, ao uso predatório e falta de consciência dos pescadores de fora que não respeitam o ecossistema do lago.

Diante das reclamações e dos problemas apresentados o pescador convidado lembrou-os:

vocês se queixam dos pescadores clandestinos que vem e invadem o espaço de vocês, mas quero lembrar que todos vocês também são clandestinos, porque o lago não tem dono e qualquer pescador pode pescar aqui. Além do mais, vocês não possuem nenhuma organização que os assegurem enquanto pescadores. Nenhum documento prova isso, nem pelo menos a carteira de pescador. (Pescador de Abaetetuba)

Essa constatação impressionou os pescadores e mais uma vez os fez sentir a necessidade da organização social. A questão da preservação também foi comentada como uma solução que requer meios institucionais para ser alcançada, uma vez que a preocupação dos moradores é também com a preservação do lago e das espécies. A legalidade da pesca é feita mediante o órgão representativo que concede a carteira de pescador (a) aos associados, elemento que os moradores desconhecem.

Foi feito o esclarecimento sobre algumas alternativas de solução como: repovoamento do lago, deixar de pescar no período do defeso, acionar os órgãos responsáveis diretos pela fiscalização ambiental como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a institucionalização da Colônia de pesca.

Porém, diante de todos os problemas levantados concluiu-se que somente a Associação de Pescadores não resolveria os problemas, porque não teria poder institucional para impedir a pesca por pescadores externos. Esclareceu o pescador:

Vocês terão que constituir uma Colônia de Pescadores, porque apenas a associação não dará conta de tantos problemas. A Associação visa reunir, discutir e mostrar diante do município os pescadores, mas não conseguirá

abraçar exatamente aquilo que vocês querem. É necessário se integrar a Secretaria de Pesca, aos Movimentos de Pesca Nacional e Estadual e a Federação de Pesca enquanto representação coletiva. Para isso um número considerável de pescadores e pescadoras devem estar inseridos. Com todo esse movimento aí sim, podemos dizer que vocês podem amenizar e preservar a pesca na comunidade e manter os recursos do lago por muitos anos. (Pescador de Abaetetuba)

A discussão foi muito proveitosa, os moradores sentiram que a experiência do pescador poderia contribuir com sua organização e mostrar o caminho que devem percorrer, uma vez que se mostraram dispostos a enfrentar este desafio.

Para implantar uma regulamentação de pesca no município e fazer a gestão dos recursos do lago, os pescadores deverão ser credenciados como profissionais. A Colônia de Pescadores que possui poder de sindicato pode trazer esses subsídios aos pescadores. Além da inserção das mulheres filiadas como pescadoras que poderão ter o reconhecimento através da documentação e dos benefícios adquiridos no exercício da atividade. Mas, o objetivo da comunidade não pode ser apenas o de receber os recursos financeiros, mas dar visibilidade da pesca da comunidade para o estado, participar das discussões locais, regionais e nacionais, estar inserida nos movimentos e congressos, enfim, ser uma instituição ativa e participativa. Ao que acrescentou o pescador de Abaetetuba:

Com a Colônia vocês chamarão outros órgãos para a discussão e terão que mostrar a pesca daqui para os outros lugares. Está presente em movimentos e regulamentar a atividade no município (Pescador de Abaetetuba).

A conversa com o pescador de Abaetetuba despertou nos moradores o interesse em efetivar o movimento, direcionando suas ações para a implantação da Colônia de Pescadores. Falou a pescadora:

Diante disso tudo, agora sabemos qual é nosso caminho, mas é preciso que haja interesse de todos da comunidade, já que vai beneficiar a todos. O desafio é grande, agora é com a gente (Pescadora G).

Os pescadores alcançaram o discernimento da ação que terão que construir. Mesmo tendo sido concluída a reunião, sentiram a necessidade de permanecer no local conversando, perguntando e dialogando sobre tudo que ouviram. Pediram o apoio da Universidade, das pesquisadoras e de pescadores de outros municípios que tenham experiência nesses movimentos para dar encaminhamento na implantação desse sistema representativo na comunidade.

Porém, um desafio se apresenta: o de criar estratégias para conseguir a adesão de todos os pescadores e pescadoras da comunidade. Porque o movimento só terá credibilidade legal se todos estiverem participando.

Essa dificuldade colocada está mais atrelada aos pescadores do que as pescadoras. Estas têm sido presença acentuada nas reuniões na esperança de mudar “a concepção de que a mulher não freqüenta ou freqüenta menos os espaços associativos dos ‘homens’, como a colônia ou o sindicato de pescadores” (MANESCHY, 1994, p. 103). Estão fazendo parte das discussões com a esperança de que inseridas na Colônia de Pescadores possam ter seu trabalho reconhecido em outros municípios e Estados, uma vez que sua atividade guarda a singularidade de ser constante e contundente para a perpetuação da tradição da pesca realizada pelas mulheres na comunidade.

As mulheres de Segredinho têm demonstrado consciência de sua importância pública e na atividade pesqueira, não reduzindo seu potencial de luta em setores que se restringe ao espaço do lar. Diz a pescadora:

Acho que agora chegou nossa hora. Eles sempre pensam que mulher não pesca. Com a organização da Colônia, vamos mostrar que em Segredinho a pesca é também serviço de mulher (Pescadora N).

Esse depoimento representa a satisfação de que pela primeira vez através da organização social a atividade feminina terá um princípio de reconhecimento social que trará satisfação pessoal e profissional para as pescadoras. Além de viabilizar alguns benefícios que contribuirão para melhorar as condições de vida de toda a comunidade e garantir que através da institucionalização da pesca a preservação do lago e dos recursos seja uma possibilidade possível.

Segundo Maneschy (1995), um mundo mais justo implica no reconhecimento de que todos têm direito ao usufruto dos bens materiais e simbólicos, à cultura, ao lazer e às oportunidades de crescimento intelectual.

A organização social através de sua implantação na comunidade traz a possibilidade de organização e gestão dos recursos que implicará em melhores condições de vida. Além, de contribuir com a comunidade no crescimento social, cultural e intelectual, pois os moradores além da carência financeira acentuada, possuem uma necessidade de cidadania que deverá se fazer presente através da participação e inserção enquanto sujeitos políticos.

Na seqüência do processo de implantação da Colônia de Pescadores, na quarta reunião na comunidade, com um número mais expressivo de ouvintes e participantes, foram escolhidos alguns líderes da comunidade para divulgar e buscar parcerias no município junto à Prefeitura e à Secretaria de Meio Ambiente de Capanema-PA, tendo o entendimento de que se faz necessário buscar outros organismos para a discussão e envolver outras comunidades que vivem na região dos campos e que lidam com a pesca.

Dessa forma, para dar visibilidade a esse processo que beneficiará uma grande parcela da população ribeirinha e, para inserir outros atores sociais ao movimento, ficou acertado realizar esclarecimento em outras comunidades que tem a pesca como fonte de renda familiar. A busca de parcerias e ampliação do processo a outras comunidades foi uma idéia apresentada pelos pescadores de Segredinho. Sentem-se mais seguros e confiantes com a implantação da Colônia e ainda, se preocupam com seus companheiros de profissão que estão à margem dos movimentos e das lutas por melhores condições de vida. Essas decisões foram discutidas e encaminhadas ao final da quarta reunião.

Fotografia 17 - Quarta reunião na comunidade



Fonte: Rocha (2011).

Diante disso, far-se-á um ciclo de palestras em todas as comunidades situadas na região dos campos de Capanema. São elas: Curral Velho, Bacuri, Ingá-Sabão, Vila Sorriso, Santa Cruz, Jacaréquara, Tamatateua, Rio das Cobras, Boa Esperança, Segredão, Taquandeuá, Califórnia, Vila Galvão, Malacacheta, Bom regalo, Samambaia, comunidades que estão localizadas no entorno do lago e de outros rios, que precisam ser esclarecidas sobre a organização social, para que o movimento ganhe evidência e mais participantes já que se trata da Colônia de Pescadores do município de Capanema. Essas palestras serão coordenadas pela UFPA, juntamente com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente e com o apoio da Prefeitura Municipal de Capanema.

A implantação do órgão representativo está em processo uma vez que as discussões estão sendo feitas e a comunidade já tem consciência da importância da Colônia de Pescadores para o desenvolvimento da pesca, isso representa a viabilidade da gestão dos recursos do lago com racionalidade, preservando as espécies e mantendo os costumes e tradição local. Essa iniciativa representa para o município de Capanema a inserção da pesca no cenário econômico estadual e nacional e, para a comunidade de Segredinho a possibilidade de solução dos conflitos e o reconhecimento social dos moradores como protagonista deste movimento.

Embora se tenha como princípio do movimento a inserção social de pescadores e pescadoras consequentemente se está lutando por melhores condições de vida. Segundo Alencar (1991), quando falamos de qualidade de vida, está se falando não apenas de acesso à saúde, à educação, à moradia, mas também do acesso ao crédito, do respeito ao ambiente e, acima de tudo, da conquista da cidadania. Portanto, ser cidadão é um passo importante para se chegar a uma qualidade de vida ideal.

Dessa forma, mulheres e homens devem estar dispostos e conscientes da luta que devem travar para o reconhecimento social e efetivação de políticas públicas, visto que esta luta se estende pela manutenção de suas formas de vida e preservação do espaço ambiental como condição de respeito a suas tradições e saberes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da temática sobre a pesca feminina representou inserir-me num universo rico de demandas e ao mesmo tempo ainda carente de contribuições. Isso porque, muitos trabalhos acadêmicos situam-se na perspectiva do caráter indireto e complementar da participação da mulher na pesca. Reforçando muitas vezes ideologias e preconceitos que dificultam o reconhecimento social destas.

Esse trabalho teve como diferencial mostrar que o 'extraordinário' da participação da mulher em atividades de pesca é muito mais do que um fato isolado e esporádico. É uma evidencia contundente que deve ser explorada, tomando o universo de estudo enquanto totalidade, estabelecendo as pontes entre as diferentes atividades que homens e mulheres realizam, de forma a reconhecer o valor que cada uma delas possui no contexto social do grupo como um todo (ALENCAR, 1997).

Porém, alguns estudos têm mostrado a participação feminina dentro de um contexto restrito, de maneira diluída, fotográfica. Sem a devida consideração do grupo social ao qual pertence e sem dar ênfase ao papel desempenhado pelas mulheres. Acredito que este trabalho preenche uma lacuna à literatura acadêmica e pode permitir outro olhar sobre a formação cidadã das mulheres pescadoras de Segredinho. É um passo importante para direcionar de forma clara e desprendida outros contextos que ainda estão no anonimato, contextos em que estão inseridas as profissionais que lidam cotidianamente com a atividade da pesca, que se arriscam em ambientes aquáticos e marinhos hostis como condição de retirar dele a manutenção familiar.

As mulheres de Segredinho-PA, reinventam sua prática diária, constrói e reconstrói suas ações e inserem-se de forma direta e efetiva na pesca como uma atividade necessária para a subsistência do grupo familiar. Fato constatado através dos dados coletados via questionários e observação de seus modos de vida. E mais que isso, se identificam com a atividade porque faz parte de seu universo cultural e simbólico. Aliam as necessidades econômicas o gosto pela atividade que é algo cultural que as mantém na pesca.

Esta pesquisa trouxe o entendimento das relações sociais estabelecidas com a pesca, além da questão cultural e ambiental que são mantidas através do respeito ao tempo reservado para a reprodução da natureza. Mostrou o cuidado que

as mulheres têm ao utilizar instrumentos menos agressivos. Enfatizando que para as mulheres de Segredinho o lago representa muito além de um conjunto de sistemas naturais. Para elas, é um ambiente não apenas econômico, mas simbólico e cultural. Segundo Santos (1996) é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. É o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Elementos que concretizam segundo as pescadoras, que o lago é provedor e mantenedor da comunidade em todos os aspectos.

Embora o trabalho na comunidade de Segredinho tenha mostrado a efetiva participação da mulher na pesca, ainda hoje se testemunham práticas de natureza patriarcal referente ao trabalho feminino, configurando no seio da comunidade a dificuldade de identificação ou reconhecimento do papel das mulheres enquanto agente socioeconômico. Esse fato foi evidenciado na comunidade de Segredinho, pois as mulheres que pescam não se identificam como pescadoras em virtude da falta de institucionalização da profissão. E por manterem por meio do desconhecimento de seus direitos, ideologias patriarcais voltadas à divisão social do trabalho e ao papel do homem como provedor de suas famílias.

As mulheres, porém, têm mostrado resistência e reações a tais atos, embora nem sempre de modo eficaz. Para superar tais desigualdades, foi fomentada e está sendo viabilizada a implantação da Colônia de Pescadores no município de Capanema-PA. A necessidade de organização social das mulheres partiu da discussão e de efetivas ações educativas de caráter não formal, realizadas durante a pesquisa, através de reuniões com pescadores e pescadoras que esclarecidos de seus direitos buscaram e buscam, através do movimento coletivo, melhorias de vida e inserção política, enquanto cidadãos. É fato que a atividade pesqueira encontra-se ameaçada na comunidade e junto com ela a tradição, a cultura e os saberes que identificam os moradores. No município de Capanema-Pa, do qual faz parte a comunidade de Segredinho, a pesca não possui viabilidade econômica, embora grande parte da população que vivem às margens dos rios e igarapés sobrevivam dela.

Partindo dessa necessidade não apenas de reconhecimento social, considero que a implantação da Colônia de Pescadores pode favorecer a gestão dos recursos extraídos do lago e o manejo com vistas à preservação dos recursos naturais ainda existentes. Pois os objetivos ligados ao gerenciamento diz respeito a

manutenção da produtividade da pesca, diminuição das variações sazonais na sua produtividade e por último, igualar o acesso aos recursos entre os pescadores da comunidade. Esta ação será fundamental para amenizar os conflitos vivenciados pela comunidade referentes a disputa pelo território da pesca por pescadores que vem de outros municípios. Pode ainda, contribuir para a valorização e a manutenção da pesca como condição de sobrevivência, visto que parte das famílias ainda sobrevivem apenas com os recursos do lago.

Os resultados desta pesquisa, em particular, o fato de a mesma ter favorecido a discussão e a mobilização da Comunidade de Segredinho, para a tomada de decisão sobre a institucionalização da pesca, demonstra que a referida comunidade pode efetivar, assim como outras comunidades ribeirinhas tem feito, a sua organização local, desenvolvendo a pesca e realizando o gerenciamento sustentável de seus recursos.

As discussões ocorridas durante a realização desta pesquisa oportunizou ainda, o entendimento do papel político das mulheres na conquista de seus direitos e contribuiu para que as mesmas se integrem ao movimento, ampliando seu espaço de atuação e fazendo com que as mulheres da comunidade desejassem fazer parte do processo social que desponta para uma nova realidade política.

São inúmeros os exemplos, nas mais diversas experiências sociais, em que as mulheres superaram os preconceitos e firmaram-se como agentes de transformação. Destaco, para ilustrar, o caso citada por GÓES (2008) de Joana Mousinho, primeira mulher a assumir a presidência de uma Colônia de Pescadores e posteriormente foi também a primeira mulher presidente de uma Federação de Pescadores em Pernambuco. Sem dúvida, as mulheres têm firmado sua identidade social e efetuado sua participação através da condução dos órgãos e movimentos representativos da categoria.

Essa realidade pode fazer parte da história da comunidade de Segredinho, pois as mulheres são presença marcante e atuante no movimento de implantação da Colônia. As discussões feitas têm gerado a vontade de participação e suscitado a necessidade de reconhecimento social porque acreditam que são protagonistas e não 'ajudantes' no processo. Pois, a cidadania como qualquer sonho, não se faz de palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática (FREIRE, 1987).

A inserção da pesca realizada na comunidade de Segredinho, no contexto municipal e estadual, traduz uma necessidade de reconhecer, por meio desta

pesquisa, que é imprescindível pensar em modelos de desenvolvimento que devem surgir de uma prática que considere as especificidades sociais, históricas, culturais, econômicas e ambientais dos grupos sociais.

Em síntese, os resultados apresentados convergem para o pensamento de que muito precisa ser feito para valorizar os modos de vida das comunidades ribeirinhas amazônicas; que a realização dessa pesquisa é uma contribuição efetiva para transformar a realidade socioeconômica que muitas comunidades estão inseridas e o programa de pós-graduação em que se situa esta pesquisa tem um papel imprescindível para concretização do desenvolvimento econômico local de tantas outras comunidades que estão alheias ao potencial dos recursos naturais de que dispõem. Dessa forma, entende-se que esta pesquisa se faz inacabada, uma vez que o conhecimento é algo que se constrói e reconstrói nas tramas cotidianas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. F. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. B. F. (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993. p. 63-81.
- ALENCAR, E. F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas**: a pesca feminina na Ilha de Lençóis. 1991. 188 f. Dissertação (Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 1991.
- ALENCAR, E. F. Trabalho feminino e participação política como instrumento para a manutenção e renovação da qualidade de vida In: FURTADO, L. G. **Amazônia: Desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA: NUMA, 1997. p. 102-131.
- ALMEIDA, M. C. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. Editora Livraria da Física: São Paulo, 2010. 176 p.
- ÁLVARES, M. L. M; D'INCAO, M. Â. (Org.). **A Mulher existe?** uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995. 234 p.
- ANDREOLI, V. M. **Natureza e Pesca**: um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos-PR. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2007.
- ASSIS, D. J. C. **Empreendedorismos**: Transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 300 p.
- BALANDIER, G. **A Desordem**: elogio do movimento. Tradução Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 101.
- BECK, A. **Pertence à mulher**: Mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. Fórum de discussão sobre o universo social da mulher, a pesca e sua relação com a ecologia. Natal, Rio Grande do Norte, 1989.
- BOHM, D. **Diálogo**: comunicação e redes de convivência. São Paulo: Palas Athena, 2005. 178 p.
- BRANDÃO, C. R, **O Que é Educação**, Ed.Brasiliense:SP, 2007. 116 p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei de Proteção Ambiental nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1998.

BUFFA, E. Educação e Cidadania Burguesa. In: BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel G. e NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania**: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 1996. 96 p.

CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais**: natureza, território, movimento social. 2001. 143 f. Tese (Doutorado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

CARDOSO, E. S. **Vitoreiros e Monteiros**: Ilhéus do Litoral Norte Paulista. 1996. 78 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

CASTRO, E. Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, dez. 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. Cortez: São Paulo, 2001.

DA MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. 246 p.

DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 120 p.

DIEGUES, A. C. S. **A Pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras: São Paulo, 2004. 315 p.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1994. 163 p.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.

FARIAS, C. A. **Alfabeto da alma**: história da tradição na escola. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006. 135 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 146 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

FURTADO, L. F. G. **Pescadores do Rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: CNPQ:MPEG, 1993. 486p.

FURTADO, L. G. **Currálistas e reideiros de Marudá**: pescadores do litoral do Pará. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. 366 p.

FURTADO, L. G. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia. In: _____ . **Amazônia**: desenvolvimento, socioeconômico, sócio diversidade e qualidade de vida. Belém. UFPA/UNMA. 1997. p.146-165.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986. 160 p.

GODELIER, M. Os Fundamentos do Pensamento Selvagem. In: _____. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1981. 208 p.

GÓES, L. O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. 2008. 219 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 121 p.

HORTA, M. L. P: **Educação Patrimonial**. Comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre a preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: Disk 1 Musae Consultoria e Produção Cultural. 1991 apud SILVA, L. R. **Impacto da educação patrimonial na formação de professores no Município da Vigia de Nazaré**. Dissertação (Mestrado) – Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Universidade Federal do Pará, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Proteção da Amazônia. **Base de dados Cartográficos**. Brasília, 2004.

LEFF, E. **A complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. 342 p.

LÉVI-STRAUSS, C. et al. **Atualidade do Mito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977 apud FARIAS, C. A. **Alfabeto da Alma**: história da tradição na escola. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006. p. 45.

LIMA, J. P. **Pescadoras e donas-de-casa**: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira – O caso da Baía do Sol. 2003. 93 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Curso de Mestrado em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

LODI, O. A mulher e as relações de trabalho. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 149- 160, 2º sem. 2006.

MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo, Annablume. 1993. 195 p.

MALDONADO, S. C. **Pescadores no mar**. Ática: São Paulo, 1986. 77 p.

MANESCHY, M. C. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA, 1995. 167 p.

MANESCHY, M. C. **Da casa ao Mar**: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. Texto Seminário Internacional sobre pesca responsável. Ceará, 1997.

MANESCHY, M. C. Uma presença Discreta: A mulher na pesca. In: D'INCAO & SILVEIRA. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1994. p. 251-258.

MANESCHY, M.C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim Paraense Emilio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v.11, n 2. 1995.

MARTINS, C. A. A. **Nas águas dos lagos há reprodução**: Pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos. São Paulo, 1v. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1997.

MELO NETO, J. F de. **Educação Popular**: enunciados teóricos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004. 127 p. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_l_2004_educacao_popular_enunciados_teóricos.pdf>. Acesso em: 25 maio 2010.

MORAES, S. C. **Saberes da Pesca**: uma arqueologia da ciência da tradição. 2005. 227 f. Tese (Doutorado em educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicada: Natal, 2005.

MORAES, S. C. **Uma arqueologia dos saberes da pesca**: Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2007. 178 p.

MORAES, S. C.; REIS, M S. **Conhecimentos tradicionais da pesca artesanal na amazônia brasileira contribuindo para a educação ambiental**. 2009. Disponível em: <http://6iberoea.ambiente.gob.ar/files/trabajosentalleres/20/Cardoso_de_Moraes_y_otro.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2010.

MORAES, S. C.; REIS, M. S. **Pescando Conhecimento, mulheres da Amazônia**: CNPQ (Projeto de Pesquisa): UFPA. Belém, 2008.

MOTTA-MAUÉS, M. A. **Trabalhadeiras e camaradas**: um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

PINHEIRO, J. C. **Utopias pedagógicas no ensino de ciências**: idéias docentes que expressam o futuro para reencantar o presente. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

REIS, C. J. O. A Importância das Organizações Sociais. **CienteFico**, Salvador. Ano II, 2002.

SANTOS, B. V. S. **Um discurso sobre a ciência**. 2 ed. São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNETZLER, R. P.; ARAGÃO, R. M. R. **Ensino de Ciências: Fundamentos e Abordagens**. Piracicaba: CAPES/UNIMEP, 2000. 182 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA. **Diagnóstico, Tendências, Potencial e Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Pesca de Subsistência**. Belém-PA, 2008.

SILVA, L. R. **Impacto da educação patrimonial na formação de professores no Município da Vigia de Nazaré**. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SILVA, M. L. **Educação ambiental e cooperação internacional na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008. 190 p.

SILVERMAN, D. **Interpretação de Dados Qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Artmed: Porto Alegre, 2009. 376 p.

SIMONIAN, L. T. L. A Questão do Gênero: Um breve estudo no estuário Amazônico. In: MATHIS, A. COELHO, M, C. SIMONIAN, L. CASTRO, E. (Org.). **Poder local e mudanças socioambientais**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2008.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Floresta Amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: NAEA/UFPA, 2001. 270 p.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres seringueiras da Amazônia brasileira: uma vida de trabalho e de silêncio**. Brasília: MIRAD-MC, 1998.

SMITH, N. J. H. **Pesca no rio Amazonas**. Manaus: Inpa/ CNPq, 1979, 154 p apud MORAES, S.C. de. REIS, M S. **Saberes da Pesca: Uma arqueologia da ciência da tradição**. Tese (Doutorado em educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicada: Natal, 2005.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pósconstrucionista. **Psicologia & Sociedade**, v.15, n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2001 apud GÓES, L. O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. 2008. 219 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. A. Ação coletiva, parceria e empoderamento. In: TEISSEREN, P.; ROCHA, G. M. (Org.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/EDUFPA, 2008.

VIEIRA, E. S. **Escolas diferenciadas praticam um ensino de ciências diferenciado para melhor?** O que dizem os estudantes sobre o ensino de ciências em uma escola de aplicação. 2008. 121 f. Dissertação (mestrado em Educação Ciências e Matemática). Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Universidade Federal do Pará: Belém, 2008.

VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade.** Rio de Janeiro:Belém: APED/NAEA, 1993.

WOORTMANN, E. F. **Da Complementaridade à dependência:** espaço, tempo e gênero em “pesqueiras” do Nordeste. Comunidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.18, fev.1992, p.41-61.

ANEXOS

ANEXO A - Lista de Frequência da Reunião com os Moradores da Comunidade de Segredinho em 12/12/2010

Reunião Segredinho dia 12/12/2010 -

Bernardo dos Reis

- 1- Claudio Tavares dos Santos
- 2- Isabel Trindade Ribeiro
- 3- Edjames dos Santos Tavares
- 4- Kleuber Rosário da Silva
- 5- José Ribamar dos Santos Tavares
- 6- Geovane Trindade Torres
- 7- Conceição
- 8- Nilda Leisboa Gomes
- 9- Antamido Rosário Torres
- 10- Geoplum do Rosário Torres
- 11- Luiza Lisboa da Silva
- 12- Isabell Lisboa
- 13- Mertina Lisboa Torres
- 14- Maria Conceição Mendonça
- 15- Geovane Trindade Torres
- 16-

ANEXO B - Lista de Frequência da Reunião com os Moradores da Comunidade de Segredinho em 22/01/2011

Reunião Comunidade do Segredinho
Dia 22/01/2011.

- 1- Conceição Lisboa
- 2- Izabete Lisboa dos Reis
- 3- Rita Santos
- 4- Maria Monteiro
- 5- Ana Cláudia do Nascimento Sarias.
- 6- Edith dos Reis
- 7- Yorisman da Silva do Rosário.
- 8- Celso Hilgarias Costa Silva.
- 9- Francilene Tavares Brito
- 10- Rosa dos Reis
- 11- Edinido Peneira dos Santos
- 12- Luclene dos Reis
- 13- Suzia Moran
- 14- Samara Aires de Almeida
- 15- Marilene Farias dos Reis
- 16- Ana Maria do Rosário Reis
- 17- Manoel José do Rosário
- 18- Rosilene Lima dos Santos
- 19- José dos Reis Lisboa
- 20- António de Alvis Reis
- 21- Manoel Farias do Rosário
- 22- Sebastião Alves Pereira
- 23- José Naveir da Silva
- 24- Manoel dos Reis
- 25- FRANCISCO FARIAS dos Reis
- 26- José Maria dos Santos
- 27- Gervásio Tavares dos Santos
- 28- José Santos da Silva

- 29 - M^{te} Sebastiana do Nascimento Parais
- 30 - Maria do Carmo Tavares dos Santos
- 31 - Irene do Rosario Torres
- 32 - Adriano Gomes Galvão
- 33 - Rosemire Costa Reis
- 34 - Luzia Tavares de Sousa
- 35 - Menza dos Santos Tavares
- 36 - Anelicia dos Reis
- 37 - Maria da Conceição Mendonça de Loster
- 38 - G. Momar Batista Salustiano
- 39 - Francisca dos Reis
- 40 - José Barreto Quadros (Lunal Velho)
- 41 - Karlene Oliveira Pinto
- 42 - Marley Oliveira Pinto
- 43 - Paulo Roberto
- 44 -
- 45 - Bernardo dos Reis
- 46 - Camila Santana Teixeira
- 47 - Rosângela
- 48 - Natanael m. da s
- 49 - Benedito dos Santos
- 50 - Francisco do Rosário Toril
- 51 - Raimunda dos Santos Tavares
- 52 - Juúcileia Trindade Ribeiro
- 53 - Maria Sônia Cavies dos Reis
- 54 - Maria de Fátima Trindade Ribeiro
- 55 - Valdivânia Costa dos Reis
- 56 -
- 57 -
- 58 -
- 59 -